



# Diário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 5.294 de 11 de outubro de 2001

Alterada pela Lei Nº. 6.485 de 28 de agosto de 2014

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE - PREFEITO

ANO XXV - Nº. 5810 - NATAL/RN, QUINTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 2025

## PODER EXECUTIVO

MENSAGEM Nº. 112/2025

À sua Excelência o Senhor  
Eriko Samuel Xavier de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal do Natal  
Natal, 21 de julho de 2025.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 186/2024, de autoria do Ex-Vereador Dickson Nasser Júnior, subscrito pelo Vereador Daniel Santiago, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, o qual “Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação de leitos adaptados em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades especiais”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

### RAZÕES DE VETO

Como se vê, a partir do exame do teor do Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal instituir, no âmbito do Município de Natal, a “obrigatoriedade da criação de leitos adaptados em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades especiais” (art. 1.º).

Para tanto, se propõe que todos os leitos adaptados sejam projetados e equipados de modo a proporcionar um ambiente acolhedor e confortável para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e necessidades especiais, visando minimizar estresse, ansiedade, e sobrecarga sensorial (art. 2º). O art. 3º dispõe sobre as características que devem constar nos Leitos adaptados. O art. 4º do Projeto de Lei aponta que os hospitais e UPAs têm um prazo de 360 dias a partir da data de promulgação da Lei, para se adequarem às disposições estabelecidas no art. 2º e art. 3º.

O art. 5º dispõe que caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar a forma de implementação da Lei, estabelecendo diretrizes detalhadas para a implantação e fiscalização das adaptações nos hospitais e UPAs. Por fim, o art. 6º estabelece que a norma entrará em vigor na data de sua publicação.

Com efeito, os fins buscados pelo Poder Legislativo Municipal com o presente Projeto de Lei afiguram-se claramente louváveis, na medida em que visam fomentar a melhoria nos atendimentos na Rede Municipal de Saúde. No entanto, tal proposição não merece prosperar em razão das inconstitucionalidades que a maculam.

Nessa esteira, há que se observar que o Projeto de Lei ora em exame, nos moldes em que foi apresentado, acaba por adentrar, de forma indevida, nos juízos de oportunidade e conveniência pertencentes ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Isso porque impõe à Administração Pública a criação de leitos adaptados em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades especiais, afirmando ainda que ao Poder Executivo incumbirá a tarefa de regulamentar a forma de implementação da Lei, bem como fiscalizar a implantação de tais leitos nos Hospitais e UPAs.

Trata-se, portanto, de proposição que determina a adoção de medidas concretas pela Administração Pública Municipal, ensejando a previsão de despesas públicas, sem qualquer margem para avaliação discricionária do Executivo quanto à viabilidade, oportunidade e conveniência da política pública em questão.

Desse modo, constata-se, nesta proposição de lei, a existência de inconstitucionalidade de caráter material, vez que o seu conteúdo se afigura como invasão à forma de administrar do Poder Executivo Municipal.

É que, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar lei com o objetivo de impor atuação administrativa em determinado sentido, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Efetivamente, compete ao Executivo especialmente a função de administrar, a qual se institui por meio de atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, cabendo ao Poder Legislativo primordialmente a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Assim, esta proposição legislativa revela patente ingerência do Poder Legislativo em atividades típicas do Poder Executivo, quais sejam os poderes de gestão política e administrativa.

Deveras, cabe ao Chefe do Executivo Municipal definir se o Poder Público deverá ou não efetivar a criação de leitos adaptados em hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades especiais, na medida em que tal iniciativa se insere no âmbito das políticas públicas de saúde, cuja formulação, planejamento e execução são atribuições típicas e indelegáveis do Poder Executivo. Cuida-se de competência que envolve a definição de prioridades administrativas, a alocação de recursos orçamentários, a mobilização de pessoal técnico e a articulação entre secretarias e instituições parceiras, elementos que pressupõem juízo discricionário de oportunidade e conveniência por parte do gestor municipal, não podendo, portanto, ser objeto de imposição legislativa de iniciativa parlamentar.

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei, afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, caput, da Constituição Federal)., senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

“Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

LOM:

“Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Por outro lado, percebe-se que o Projeto de Lei em comento, ao buscar a imposição de instalação de Leitos Adaptados na Rede de Saúde Municipal, acaba por impor obrigações administrativas específicas à estrutura da Administração Pública Municipal, especialmente à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), incorrendo em inconstitucionalidade de cunho formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias.

Cumprе salientar, ainda, que a execução do projeto pretendido, nos termos apresentados, implicará inevitável aumento de gastos públicos, o que acaba por violar o disposto no art. 21, inciso X, c/c art. 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município de Natal, segundo os quais compete privativamente ao Chefe do Executivo municipal a iniciativa dos projetos de lei que versem sobre matéria financeira e orçamentária.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a proposição sob análise, ao conferir novas atribuições que recairão inevitavelmente sobre órgãos da Administração Pública Municipal (especialmente a SMS), interferindo na organização administrativa, bem como criando novas despesas para esta Municipalidade, invade a esfera de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal.

Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, tem-se o seguinte:

“Art. 61. (...)

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”  
(grifos acrescidos).

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

“Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

(...)

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.”

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei analisado contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham

vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, e criação de novas despesas.

Ante o exposto, opino pelo VETO INTEGRAL do Projeto de Lei n.º 186/2024, de autoria do Ex-Vereador Dickson Nasser Júnior, subscrito pelo Vereador Daniel Santiago, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,  
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito

#### MENSAGEM N.º 113/2025

À sua Excelência o Senhor  
Eriko Samuel Xavier de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal do Natal  
Natal, 21 de julho de 2025.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 531/2024, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, o qual “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para abastecimento de veículos elétricos nas rodovias de responsabilidade do Município de Natal e dá outras providências.”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

#### RAZÕES DE VETO

Como se vê, a partir do exame do teor do Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal impor ao Executivo Municipal a obrigatoriedade da instalação de pontos de recarga para abastecimento de veículos elétricos nas rodovias de responsabilidade do Município de Natal, com o objetivo de equipar trechos das rodovias municipais com pontos de recarga para abastecimento de veículos elétricos durante toda a extensão das rodovias sob a responsabilidade do Município, conforme dispõe o art. 1.º.

Nos termos do art. 2.º a STTU deve garantir a operacionalidade e a manutenção adequada dos pontos de recarga para veículos elétricos, assegurando o funcionamento correto dos equipamentos e a disponibilidade de energia elétrica necessária para a recarga dos veículos. Já o art. 3.º faculta ao Município a celebração de parcerias público-privadas para a implantação de sistemas fotovoltaicos, com o propósito de fornecer energia limpa e sustentável destinada ao abastecimento de veículos elétricos, nos pontos de recarga.

Por fim, o art. 4.º estabelece que a norma entrará em vigor na data de sua publicação.

Com efeito, os fins buscados pelo Poder Legislativo Municipal com o presente Projeto de Lei afiguram-se claramente louváveis, na medida em que visam fomentar o fornecimento de energia limpa e sustentável destinada ao abastecimento de veículos elétricos, nos pontos de recarga durante toda a extensão das rodovias sob sua responsabilidade. No entanto, tal proposição não merece prosperar em razão das inconstitucionalidades que a maculam. Nessa esteira, há que se observar que o Projeto de Lei ora em exame, nos moldes em que foi apresentado, acaba por adentrar, de forma indevida, nos juízos de oportunidade e conveniência pertencentes ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Isso porque impõe à Administração Pública a obrigatoriedade de instalação de pontos para recarga de veículos elétricos, com objetivos e ações definidos, afirmando ainda que ao Poder Executivo incumbirá a tarefa de garantir a operacionalidade e a manutenção adequada dos pontos de recarga para veículos elétricos, assegurando o funcionamento correto dos equipamentos e a disponibilidade de energia elétrica necessária para a recarga dos veículos. Trata-se, portanto, de proposição que determina a adoção de medidas concretas pela Administração Pública Municipal, e, apesar de não constar expressamente no projeto de lei, enseja a previsão de despesas públicas, sem qualquer margem para avaliação discricionária do Executivo quanto à viabilidade, oportunidade e conveniência da política pública em questão. Desse modo, constata-se, nesta proposição de lei, a existência de inconstitucionalidade de caráter material, vez que o seu conteúdo se afigura como invasão à forma de administrar do Poder Executivo Municipal.

É que, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar lei com o objetivo de impor atuação administrativa em determinado sentido, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Efetivamente, compete ao Executivo especialmente a função de administrar, a qual se institui por meio de atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, cabendo ao Poder Legislativo primordialmente a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Assim, esta proposição legislativa revela patente ingerência do Poder Legislativo em atividades típicas do Poder Executivo, quais sejam os poderes de gestão política e administrativa.

Deveras, cabe ao Chefe do Executivo Municipal definir se o Poder Público deverá ou não proceder à instalação de pontos de recarga para abastecimento de veículos elétricos nas

rodovias de responsabilidade do Município de Natal, com o intuito de garantir o fornecimento de recarga para os veículos elétricos, na medida em que tal iniciativa se insere no âmbito das políticas públicas de mobilidade urbana sustentável, e mais especificamente, na área de infraestrutura para veículos elétricos, cuja formulação, planejamento e execução são atribuições típicas e indelegáveis do Poder Executivo. Cuida-se de competência que envolve a definição de prioridades administrativas, a alocação de recursos orçamentários, a mobilização de pessoal técnico e a articulação entre secretarias e instituições parceiras, elementos que pressupõem juízo discricionário de oportunidade e conveniência por parte do gestor municipal, não podendo, portanto, ser objeto de imposição legislativa de iniciativa parlamentar.

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei, afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, caput, da Constituição Federal)., senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

“Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

LOM:

“Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Por outro lado, percebe-se que o Projeto de Lei em comento, ao buscar instituir a instalação de pontos de recarga para abastecimento de veículos elétricos nas rodovias de responsabilidade do Município de Natal e ao estabelecer que o Município deve garantir a operacionalidade e a manutenção adequada dos pontos de recarga para veículos elétricos, assegurando o funcionamento correto dos equipamentos e a disponibilidade de energia elétrica necessária para a recarga dos veículos (art. 2º), acaba por impor obrigações administrativas específicas à estrutura da Administração Pública Municipal, especialmente à Secretaria Municipal do Mobilidade Urbana (STTU), incorrendo em inconstitucionalidade de cunho formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias. Cumpre salientar, ainda, que a execução do projeto pretendido, nos termos apresentados, implicará inevitável aumento de gastos públicos, o que acaba por violar o disposto no art. 21, inciso X, c/c art. 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município de Natal, segundo os quais compete privativamente ao Chefe do Executivo municipal a iniciativa dos projetos de lei que versem sobre matéria financeira e orçamentária.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a proposição sob análise, ao conferir novas atribuições que recairão inevitavelmente sobre órgãos da Administração Pública Municipal (especialmente a STTU), interferindo na organização administrativa, bem como criando novas despesas para esta Municipalidade, invade a esfera de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal.

Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, tem-se o seguinte: “Art. 61. (...)

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;” (grifos acrescidos).

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

“Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

(...)

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.”

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, e criação de novas despesas.

Ante o exposto, opino pelo VETO INTEGRAL do Projeto de Lei n.º 531/2024, de autoria do Vereador Kleber Fernandes, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,  
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito

## MENSAGEM Nº.114/2025

À sua Excelência o Senhor  
Eriko Samuel Xavier de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal do Natal  
Natal, 21 de julho de 2025.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 18/2025, de autoria do Vereador Subtenente Eliabe, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, que visa, entre outras providências, dispor sobre a Proibição de contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infante juvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado, uso de drogas e práticas delituosas ou de confronto à lei e dá outras providências.", por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea "b", todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

## RAZÕES DE VETO

Como se vê, a partir do exame do teor do Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal estabelecer, no âmbito desta Municipalidade, a proibição de contratação pela Administração Pública Municipal, direta ou indireta, de shows, artistas e eventos abertos ao público infante juvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado, uso de drogas e práticas delituosas (art. 5.º). Para tanto, se aponta que o Município deve adotar medidas eficazes para a prevenção da violência e da exploração de Crianças e Adolescentes, além de fomentar iniciativas que afastem o menor de idade de atividades como o uso de drogas, práticas delituosas, e apologia ao crime organizado, que o deixe vulnerável à criminalidade (art. 4.º).

No art. 6.º se define que em Eventos realizados no Município de Natal, todas as peças publicitárias e divulgação em geral, em qualquer mídia, deverá haver a expressa indicação da classificação etária permitida e intensiva fiscalização no ingresso de participantes, para conferência de identidade e adequação à faixa etária permitida.

O art. 8.º determina que é vedado ao Município apoiar, patrocinar ou divulgar shows, artistas e eventos abertos ao público infante juvenil que envolvam expressão de apologia ao crime organizado, uso de drogas e práticas delituosas.

No Projeto de Lei ainda consta a previsão de que incumbe ao Executivo Municipal a regulamentação e implementação da lei, bem como que as despesas para execução dos dispositivos legais correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, caso necessário.

Com efeito, os objetivos colimados pelo Poder Legislativo Municipal por meio do Projeto de Lei n.º 18/2025 revelam-se, em princípio, legítimos, na medida em que buscam ampliar a segurança e a fiscalização de atividades potencialmente prejudiciais às crianças e Adolescentes. Trata-se de intento compreensível sob a ótica da proteção do menor. Todavia, malgrado o mérito da iniciativa, a proposição legislativa sob análise não merece prosperar, em razão das inconstitucionalidades que a maculam.

Nessa linha, importa destacar que o Projeto de Lei em análise, tal como redigido, avança sobre matérias cuja iniciativa legislativa é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, na medida em que impõe obrigações concretas à Administração Pública, como a fiscalização e execução de Shows e eventos abertos ao público em geral e a aplicação de sanções administrativas, para o cumprimento das exigências ora criadas.

Ainda que a proposta tenha por finalidade contribuir com o controle de práticas ilícitas no intuito de consolidar meios de proteção ao menor, ela incorre em vício de inconstitucionalidade ao instituir obrigações que demandam atuação operacional de órgãos municipais, reorganização de fluxos administrativos, definição de competências específicas e eventual alocação de recursos públicos, aspectos estes que se inserem no âmbito de discricionariedade administrativa e no poder de autoadministração do Executivo, a quem cabe avaliar a oportunidade, conveniência e viabilidade das ações de monitoramento e fiscalização. É que, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar lei com o objetivo de impor atuação administrativa em determinado sentido, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Efetivamente, compete ao Executivo especialmente a função de administrar, a qual se institui por meio de atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, cabendo ao Poder Legislativo primordialmente a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Assim, esta proposição legislativa revela patente ingerência do Poder Legislativo em atividades típicas do Poder Executivo, quais sejam os poderes de gestão política e administrativa.

Deveras, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal definir se o Município deverá ou não implementar medidas voltadas à Proibição de contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infante juvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado, uso de drogas e práticas delituosas ou de confronto à lei, especialmente quando tais medidas implicam ações fiscalizatórias, definição de exigências técnicas, aplicação de sanções administrativas e condicionamento de atos como apoio cultural e patrocínios. Trata-se de decisão inserida no campo da formulação e execução de políticas públicas de Controle de Atividades Econômicas e Proteção ao Menor, cujo

planejamento, regulamentação e gestão competem exclusivamente à Administração Pública, por envolverem juízos de oportunidade, conveniência, disponibilidade de meios técnicos e financeiros, além de impacto direto na estrutura organizacional dos órgãos municipais. Por essa razão, tais providências não podem ser legitimamente impostas mediante iniciativa parlamentar, sob pena de violação à reserva de iniciativa e à separação dos poderes.

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei, afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, caput, da Constituição Federal)., senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

"Art. 2.º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

LOM:

"Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Por outro lado, observa-se que o Projeto de Lei em exame, ao dispor sobre a obrigatoriedade de controle de contratações tanto pela Administração Pública Direta e Indireta, bem como de eventos particulares e a imposição de sanções administrativas, acaba por atribuir, de forma direta, concretas responsabilidades à Administração Pública Municipal. A execução dessas medidas pressupõe a atuação coordenada de órgãos do Poder Executivo, como os responsáveis pela fiscalização urbana, licenciamento e segurança pública, além de demandar estrutura técnica, logística e regulamentação própria. Ao estabelecer tais providências por meio de iniciativa parlamentar, sem observância da reserva de iniciativa do Prefeito Municipal, a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade formal, por tratar de matéria atinente à organização e funcionamento da Administração, com repercussões sobre a alocação de recursos e a estrutura fiscalizatória, cuja iniciativa legislativa é de competência exclusiva do Executivo.

Cumprido salientar, ainda, que a execução do projeto pretendido, nos termos apresentados, implicará em inevitável aumento de gastos públicos, o que acaba por violar o disposto no art. 21, inciso X, c/c art. 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município de Natal, segundo os quais compete privativamente ao Chefe do Executivo municipal a iniciativa dos projetos de lei que versem sobre matéria financeira e orçamentária.

Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea "b", tem-se o seguinte:

"Art. 61. (...)

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;"

(grifos acrescidos).

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

"Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

(...)

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1.º É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei."

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, e criação de novas despesas.

Ante o exposto, opino pelo VETO INTEGRAL do Projeto de Lei n.º 18/2025, de autoria do Vereador Subtenente Eliabe, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea "b", todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito



**MENSAGEM Nº. 115/2025**

À sua Excelência o Senhor  
Eriko Samuel Xavier de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal do Natal  
Natal, 21 de julho de 2025.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente Projeto de Lei nº 12/2025, de autoria do Vereador Fúlvio Saulo, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, o qual “Dispõe sobre a inclusão, no acervo das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Municipais, de equipamentos para manejo de vias aéreas difíceis e procedimentos de emergência respiratória”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

**RAZÕES DE VETO**

Como se vê, a partir do exame do teor do Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal instituir, no âmbito do Município de Natal, a “inclusão, no acervo das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Municipais, de equipamentos para manejo de vias aéreas difíceis e procedimentos de emergência respiratória, com o objetivo louvável de melhor equipar as UPAs quando da necessidade de atendimentos em “situações clínicas com pacientes em que se constate dificuldade de intubação ou ventilação tradicional” (art. 1.º). Para tanto, se propõe que todas as UPAs do Município sejam equipadas com Kits de Via Aérea Difícil (VAD) e Ultrassom Portátil, como forma de prestar atendimento médico resolutivo e qualificado em situações clínicas com pacientes em que o acesso às suas vias aéreas para intervenções de intubação e ventilação tradicional fiquem inviabilizadas pelo método tradicional. Nos termos do art. 2.º, caput, fica do Executivo Municipal autorizado a adquirir tantos Kits de Via Aérea Difícil e Ultrassom portáteis quanto necessários ao atendimento de todas as UPAs instaladas no Município.

O art. 2º, Parágrafo Único, lista em seus incisos os equipamentos necessários para a formação dos Kits de Via Aérea Difícil.

Já o art. 3º dispõe que Compete à Secretaria Municipal de Saúde a distribuição dos equipamentos, garantindo sua manutenção periódica e substituição, em caso de necessidade. O art. 4º do Projeto de Lei aponta que caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar a forma de implementação da Lei, bem como treinar adequadamente os profissionais de saúde para manejo dos equipamentos.

O art. 5º dispõe que a aquisição dos equipamentos será custeada com recursos próprios do Município, para financiamento de ações da área da saúde, nos termos da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Por fim, o art. 6º estabelece que a norma entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Com efeito, os fins buscados pelo Poder Legislativo Municipal com o presente Projeto de Lei afiguram-se claramente louváveis, na medida em que visam fomentar a melhoria nos atendimentos na Rede Municipal de Saúde. No entanto, tal proposição não merece prosperar em razão das inconstitucionalidades que a maculam.

Nessa esteira, há que se observar que o Projeto de Lei ora em exame, nos moldes em que foi apresentado, acaba por adentrar, de forma indevida, nos juízos de oportunidade e conveniência pertencentes ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Isso porque impõe à Administração Pública a aquisição de equipamentos, dispondo inclusive que tais aquisições devem se dar com recursos próprios do Município, para financiamento de ações da área da saúde, nos termos da Lei Orçamentária Anual – LOA, afirmando ainda que ao Poder Executivo incumbirá a tarefa de regulamentar a forma de implementação da Lei, bem como treinar adequadamente os profissionais de saúde para manejo dos equipamentos. Trata-se, portanto, de proposição que determina a adoção de medidas concretas pela Administração Pública Municipal, ensejando a previsão de despesas públicas, sem qualquer margem para avaliação discricionária do Executivo quanto à viabilidade, oportunidade e conveniência da política pública em questão.

Desse modo, constata-se, nesta proposição de lei, a existência de inconstitucionalidade de caráter material, vez que o seu conteúdo se afigura como invasão à forma de administrar do Poder Executivo Municipal.

É que, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar lei com o objetivo de impor atuação administrativa em determinado sentido, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Efetivamente, compete ao Executivo especialmente a função de administrar, a qual se institui por meio de atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, cabendo ao Poder Legislativo primordialmente a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Assim, esta proposição legislativa revela patente ingerência do Poder Legislativo em atividades típicas do Poder Executivo, quais sejam os poderes de gestão política e administrativa.

Deveras, cabe ao Chefe do Executivo Municipal definir se o Poder Público deverá ou não realizar a aquisição dos equipamentos citados, como meio de melhor aparelhar as UPAs, na medida em que tal iniciativa se insere no âmbito das políticas públicas de saúde, cuja formulação, planejamento e execução são atribuições típicas e indelegáveis do Poder Executivo. Cuida-se de competência que envolve a definição de prioridades administrativas,

a alocação de recursos orçamentários, a mobilização de pessoal técnico e a articulação entre secretarias e instituições parceiras, elementos que pressupõem juízo discricionário de oportunidade e conveniência por parte do gestor municipal, não podendo, portanto, ser objeto de imposição legislativa de iniciativa parlamentar.

Destaca-se que o projeto de lei que busca autorizar o Poder Executivo a agir em assuntos de sua iniciativa privativa implica, em verdade, em uma determinação, afigurando-se, por consequência, como inconstitucional.

Nesta linha, colacionam-se abaixo os seguintes julgados, senão vejamos:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei Nº 2.057/09, DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A COMUNICAR O CONTRIBUINTE DEVEDOR DAS CONTAS VENCIDAS E NÃO PAGAS DE ÁGUA, IPTU, ALVARÁ A ISS, NO PRAZO MÁXIMO DE 60 DIAS APÓS O VENCIMENTO – INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL - VÍCIO DE INICIATIVA E VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO - AÇÃO PROCEDENTE. A lei inquinada originou-se de projeto de autoria de vereador e procura criar, a pretexto de ser meramente autorizativa, obrigações e deveres para a Administração Municipal, o que redundaria em vício de iniciativa e usurpação de competência do Poder Executivo. Ademais, a Administração Pública não necessita de autorização para desempenhar funções das quais já está imbuída por força de mandamentos constitucionais”

(TJSP, ADI 994.09.223993-1, Rel. Des. Artur Marques, v.u., 19-05-2010) (grifos acrescidos)

“Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 2.531, de 25 de novembro de 2009, do Município de Andradina, 'autorizando' o Poder Executivo Municipal a conceder a todos os alunos das escolas municipais auxílio pecuniário para aquisição de material escolar, através de vale-educação no comércio local. Lei de iniciativa da edilidade, mas que versa sobre matéria reservada à iniciativa do Chefe do Executivo. Violação aos arts. 5º, 25 e 144 da Constituição do Estado. Não obstante com caráter apenas 'autorizativo', lei da espécie usurpa a competência material do Chefe do Executivo. Ação procedente”

(TJSP, ADI 994.09.229479-7, Rel. Des. José Santana, v.u., 14-07-2010). (grifos acrescidos)

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei, afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, caput, da Constituição Federal)., senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

“Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

LOM:

“Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Por outro lado, percebe-se que o Projeto de Lei em comento, ao buscar a imposição de aquisição dos equipamentos, a distribuição dos equipamentos, garantindo sua manutenção periódica e substituição, em caso de necessidade, e ainda o treinamento do pessoal para manuseio dos equipamentos, acaba por impor obrigações administrativas específicas à estrutura da Administração Pública Municipal, especialmente à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), incorrendo em inconstitucionalidade de cunho formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias.

Cumprido salientar, ainda, que a execução do projeto pretendido, nos termos apresentados, implicará inevitável aumento de gastos públicos, o que acaba por violar o disposto no art. 21, inciso X, c/c art. 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município de Natal, segundo os quais compete privativamente ao Chefe do Executivo municipal a iniciativa dos projetos de lei que versem sobre matéria financeira e orçamentária.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a proposição sob análise, ao conferir novas atribuições que recairão inevitavelmente sobre órgãos da Administração Pública Municipal (especialmente a SMS), interferindo na organização administrativa, bem como criando novas despesas para esta Municipalidade, invade a esfera de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal.

Consoante especifica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, tem-se o seguinte:

“Art. 61. (...)

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”

(grifos acrescidos).

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

“Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X – matéria financeira e orçamentária;

(...)

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1.º. É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.” Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, e criação de novas despesas.

Ante o exposto, opino pelo VETO INTEGRAL do Projeto de Lei n.º 12/2025, de autoria do Vereador Fúlvio Saulo, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município. Atenciosamente,

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

#### MENSAGEM Nº. 116/2025

À sua Excelência o Senhor

Eriko Samuel Xavier de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal do Natal

Natal, 21 de julho de 2025.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente Projeto de Lei nº 90/2025, de autoria do Vereador Eribaldo Medeiros, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, o qual “Dispõe sobre a alteração da nomenclatura da Guarda Municipal do Natal para Polícia Municipal do Natal”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando o art. 144, § 8º CF c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

#### RAZÕES DE VETO

Do exame do texto da proposição legislativa supracitada, observa-se que a matéria suscitada enseja alguns esclarecimentos.

De pronto, observa-se inconstitucionalidade no projeto de lei, que busca alterar o nome da “Guarda Municipal do Natal” para “Polícia Municipal do Natal”.

Deve-se ressaltar que já consta manifestação contrária do Supremo Tribunal Federal (STF) a esse tipo de proposta em outros municípios.

Apesar de se entender que se busca a valorização da Guarda Municipal, com o Projeto de Lei proposto, tal proposta está eivada de inconstitucionalidade.

Isso porque, conforme decisão proferida nos Autos da ADPF 1.214, o Ministro Flávio Dino afirmou que a Constituição Federal é clara ao estabelecer que os municípios podem manter “guardas municipais”, e não “polícias municipais”. Trata-se, segundo o Ministro, de uma opção jurídica e política deliberada, “resultado de uma escolha que reflete a distinção entre os diferentes órgãos de segurança pública”.

Acrescentou ainda o Ministro que, além do aspecto jurídico, levou-se em consideração os impactos administrativos e financeiros da mudança. Conforme destacado pelo TJ-SP e ratificado pelo Ministro, a alteração de nome exigiria uma série de medidas da Administração Pública, como a troca de uniformes, viaturas, placas e materiais de divulgação institucional, ensejando a previsão de despesas pelo Executivo Municipal.

Por fim, o Ministro destacou decisões anteriores da corte que reconhecem as guardas municipais como integrantes do sistema de segurança pública, sem, contudo, equipará-las a polícias ou denominá-las dessa forma.

Assim, de acordo com os ditames do art. 144, § 8º, da Constituição Federal, cabe aos Municípios instituírem suas Guardas Municipais, sem se falar em Polícia Municipal, vez que tal nomenclatura está expressamente prevista na Constituição Federal.

Entende-se que essas nomenclaturas previstas expressamente na Constituição Federal têm relevância jurídica, pois delimitam funções, competências e hierarquias institucionais dentro do sistema federativo. Alterá-las geraria confusão institucional, comprometeria a uniformidade do sistema e poderia provocar conflitos interpretativos nos âmbitos jurídico e administrativo.

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador das normas constitucionais para dispor sobre organização e funcionamento da Administração, além de que, tal alteração ensejaria a criação de novas despesas pelo Executivo Municipal, violando o disposto no art. 21, inciso X, c/c art. 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município de Natal, segundo os quais compete privativamente ao Chefe do Executivo municipal a iniciativa dos projetos de lei que versem sobre matéria financeira e orçamentária.

Ante o exposto, opino pelo VETO INTEGRAL do Projeto de Lei n.º 90/2025 de autoria do Vereador Eribaldo Medeiros, subscrito pelo Vereador Ériko Jácome, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando o art. 144, § 8º, da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município. Atenciosamente,

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

#### MENSAGEM Nº. 117/2025

À sua Excelência o Senhor

Eriko Samuel Xavier de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal do Natal

Natal, 21 de julho de 2025.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 11/2025, de autoria do Vereador Faustino, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, o qual “Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas aos torcedores envolvidos em brigas de torcidas organizadas no município de Natal e dá outras providências.”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município, na forma das RAZÕES DE VETO INTEGRAL, adiante explicitadas.

#### RAZÕES DE VETO

Como se vê, a partir do exame do teor do Projeto de Lei apresentado, pretende o Poder Legislativo Municipal estabelecer, no âmbito do Município de Natal, sanções administrativas para indivíduos identificados como participantes de brigas entre torcidas organizadas no âmbito do Município de Natal, com o objetivo de preservar a ordem pública e a segurança nos eventos esportivos e em suas imediações.

Para tanto, se apontam diretrizes a serem seguidas para se identificar as chamadas “Brigas de Torcidas Organizadas”, o “envolvimento” e a “reincidência” dos participantes nesses episódios de violência.

No art. 3.º descrevem-se as penalidades a serem aplicadas, aponta-se que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEL) em conjunto com a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES) serão as responsáveis pela aplicação das sanções, podendo ainda contar com o apoio da Guarda Municipal para a identificação dos infratores e aplicação das sanções.

Com efeito, os fins buscados pelo Poder Legislativo Municipal com o presente Projeto de Lei afiguram-se claramente louváveis, na medida em que visam fomentar a melhoria nos mecanismos de combate aos atos de violência nos eventos esportivos no âmbito municipal. No entanto, tal proposição não merece prosperar em razão das inconstitucionalidades que a maculam.

Nessa esteira, há que se observar que o Projeto de Lei ora em exame, nos moldes em que foi apresentado, acaba por adentrar, de forma indevida, nos juízos de oportunidade e conveniência pertencentes ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Isso porque impõe à Administração Pública a adoção de mecanismos para realizar a Fiscalização e a aplicação de sanções, afirmando ainda que ao Poder Executivo incumbirá a tarefa de regulamentar a forma de implementação da Lei, para garantir a aplicação dos mecanismos citados no Projeto de Lei.

Trata-se, portanto, de proposição que determina a adoção de medidas concretas pela Administração Pública Municipal, ensejando a previsão de despesas públicas, sem qualquer margem para avaliação discricionária do Executivo quanto à viabilidade, oportunidade e conveniência da política pública em questão.

Desse modo, constata-se, nesta proposição de lei, a existência de inconstitucionalidade de caráter material, vez que o seu conteúdo se afigura como invasão à forma de administrar do Poder Executivo Municipal.

É que, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar lei com o objetivo de impor atuação administrativa em determinado sentido, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Efetivamente, compete ao Executivo especialmente a função de administrar, a qual se institui por meio de atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, cabendo ao Poder Legislativo primordialmente a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Assim, esta proposição legislativa revela patente ingerência do Poder Legislativo em atividades típicas do Poder Executivo, quais sejam os poderes de gestão política e administrativa.

Deveras, cabe ao Chefe do Executivo Municipal definir se o Poder Público deverá ou não promover a adoção de meios para a identificação e aplicação de penalidades em face de infratores que se envolvam em brigas de torcidas organizadas, na medida em que tal iniciativa se insere no âmbito das políticas públicas de Esporte e Lazer, bem como de Segurança Pública, cuja formulação, planejamento e execução são atribuições típicas e indelegáveis do Poder Executivo. Cuida-se de competência que envolve a definição de prioridades administrativas, a alocação de recursos orçamentários, a mobilização de pessoal técnico e a articulação entre secretarias e instituições parceiras, elementos que pressupõem juízo discricionário de oportunidade e conveniência por parte do gestor municipal, não podendo, portanto, ser objeto de imposição legislativa de iniciativa parlamentar.

Nesses termos, pode-se dizer que há, no presente Projeto de Lei, afronta direta ao princípio fundamental da separação dos poderes, garantido no art. 2.º da Constituição da República c/c art. 16 da Lei Orgânica do Município – LOM em decorrência do princípio da simetria (art. 29, caput, da Constituição Federal)., senão vejamos as respectivas redações:

Constituição Federal:

“Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

LOM:

“Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Por outro lado, percebe-se que o Projeto de Lei em comento, ao buscar a imposição de tais medidas, acaba por impor obrigações administrativas específicas à estrutura da Administração Pública Municipal, especialmente à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEL) e à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES), incorrendo em inconstitucionalidade de cunho formal, sob a ótica da competência para deflagrar o processo legislativo em relação a determinadas matérias.

Cumpra salientar, ainda, que a execução do projeto pretendido, nos termos apresentados, implicará inevitável aumento de gastos públicos, o que acaba por violar o disposto no art. 21, inciso X, c/c art. 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município de Natal, segundo os quais compete privativamente ao Chefe do Executivo municipal a iniciativa dos projetos de lei que versem sobre matéria financeira e orçamentária.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a proposição sob análise, ao conferir novas atribuições que recairão inevitavelmente sobre órgãos da Administração Pública Municipal (especialmente SEL e SEMDES), interferindo na organização administrativa, bem como criando novas despesas para esta Municipalidade, invade a esfera de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal.

Consoante específica a Carta da República em seu art. 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, tem-se o seguinte:

“Art. 61. (...)

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”

(grifos acrescentados).

Tal disposição constitucional caracteriza-se como sendo de observância obrigatória pelos demais entes da Federação, o que inclui os próprios Municípios também por força do princípio da simetria (art. 29, caput, da CF). Assim, no Município de Natal, a indicação das competências privativas do Chefe do Executivo Municipal para legislar encontra fundamento de validade nos arts. 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, ambos da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

“Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

IX – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

(...)

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1.º É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.”

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei analisado contém, de fato, vícios insanáveis de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), assim como por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da sua Administração, e criação de novas despesas.

Ante o exposto, opino pelo VETO INTEGRAL do Projeto de Lei n.º 11/2025, de autoria do Vereador Faustino, subscrito pelo Vereador Érico Jácome, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de junho de 2025, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando os arts. 2.º e 61, § 1.º, inciso II, alínea “b”, todos da Constituição da República c/c arts. 16, 21, incisos IX e X, e 39, § 1.º, todos da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

#### LEI Nº 7.916 DE 21 DE JULHO DE 2025

Institui a “Semana Municipal da Maternidade Atípica” no Calendário Oficial de Eventos do Município de Natal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e que sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a “Semana Municipal da Maternidade Atípica” no Calendário Oficial de Eventos do Município de Natal a ser comemorada, anualmente, na terceira semana do mês de maio.

Art. 2º Os objetivos da “Semana Municipal da Maternidade Atípica” são:

I – incentivar e promover a realização de debates, encontros, rodas de conversa e outros eventos sobre a maternidade atípica;

II – estimular políticas públicas em prol das mulheres que experimentam a maternidade atípica, sobretudo políticas públicas para a saúde mental;

III – apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em favor das mulheres que experimentam a maternidade atípica; e

IV – estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e a proteção, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a função e as interações familiares.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 21 de julho de 2025.

Paulo Eduardo da Costa Freire

Prefeito

#### PORTARIA N.º 081/2025-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Natal e,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da legislação municipal de saneamento básico às diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;

CONSIDERANDO os mecanismos criados pela Lei Complementar Estadual nº 682, de 15 de julho de 2021, que institui as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e do Litoral-Seridó no Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO as metas obrigatórias de universalização dos serviços de saneamento básico estabelecidas pelo Marco Legal Federal, com 99% de cobertura de abastecimento de água e 90% de cobertura de esgotamento sanitário até 2033;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento do Município de Natal como poder concedente dos serviços de saneamento básico;

CONSIDERANDO a importância da articulação intersetorial para elaboração de propostas técnicas de qualidade;

CONSIDERANDO a recomendação técnica apresentada pela Secretaria Municipal de Planejamento através da Nota Recomendatória nº 008/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho para Revisão e Atualização da Legislação Municipal de Saneamento Básico, com o objetivo de estudar e propor a revisão e atualização da legislação municipal de saneamento básico, bem como elaborar propostas de minutas dos documentos normativos relacionados.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I- Estudar e propor a revisão e atualização da Lei nº 6.880, de 27 de março de 2019, que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Natal, adequando-a às diretrizes do Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020) e às oportunidades criadas pela Lei Complementar Estadual nº 682/2021;

II- Elaborar minuta de lei atualizando a legislação municipal que instituiu o Conselho Municipal de Saneamento Básico, adequando-a à nova lei municipal de saneamento básico;

III- Elaborar minuta de decreto regulamentando o Plano Municipal de Saneamento Básico, atualizando o Decreto nº 11.447, de 28 de dezembro de 2017, que aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Natal;

IV- Elaborar minuta de lei para atualizar a Lei nº 5.346, de 28 de dezembro de 2001, que criou a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal - ARSBAN;

V- Elaborar minuta de decreto municipal para regulamentar o Fundo Municipal de Saneamento Básico com base na nova legislação;

VI- Elaborar nota técnica com análise jurídica de recomendação ao Prefeito Municipal sobre encaminhamentos e estratégia para o cumprimento da meta de universalização do saneamento básico de Natal, conforme previsto no marco regulatório nacional;

VII- Identificar e elaborar outros atos normativos e encaminhamentos cuja necessidade for identificada no curso dos trabalhos;

VIII- Apresentar relatório final consolidado com todos os produtos elaborados e recomendações para implementação.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes órgãos, indicados pelos respectivos titulares:

I- Secretaria Municipal de Governo;

II- Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA;

III- Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal - ARSBAN;

IV- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB;

V- Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA;

VI- Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN;

VII- Secretaria Municipal de Habitação - SEHARPE;

VIII- Procuradoria Geral do Município - PGM;

IX- Secretaria Municipal de Administração - SEMAD;

X- Secretaria Municipal de Concessões, Parcerias, Empreendedorismo e Inovações- SEPAE;

XI- Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º Cada órgão indicará um representante titular e um suplente, preferencialmente com formação técnica ou jurídica relacionada ao objeto dos trabalhos.

§ 2º Os representantes deverão ser indicados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação desta Portaria.

§ 3º A participação no Grupo de Trabalho será considerada serviço relevante, não ensejando remuneração adicional.

Art. 4º A coordenação do Grupo de Trabalho ficará a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, na qualidade de órgão que preside o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. Compete ao coordenador:

I- Convocar e presidir as reuniões do Grupo de Trabalho;

II- Definir a metodologia de trabalho e distribuir as atividades entre os membros;

III- Articular com os órgãos representados para obtenção das informações necessárias;

IV- Acompanhar o cumprimento do cronograma de trabalhos;

V- Consolidar os produtos elaborados e apresentar o relatório final.

Art. 5º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, contados da data de publicação desta Portaria.

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa fundamentada apresentada pelo coordenador e aprovada pelo Prefeito Municipal.

§ 2º O Grupo de Trabalho terá o prazo adicional de 15 (quinze) dias, após a conclusão dos trabalhos, para apresentação do relatório final e dos produtos elaborados.



Art. 6º O Grupo de Trabalho reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo coordenador.

§ 1º As reuniões serão realizadas preferencialmente nas dependências da Secretaria Municipal de Planejamento.

§ 2º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao coordenador o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Das reuniões serão lavradas atas circunstanciadas, que integrarão o relatório final dos trabalhos.

Art. 7º Os órgãos representados no Grupo de Trabalho deverão disponibilizar as informações, documentos e dados necessários para o desenvolvimento dos trabalhos, observadas as normas de sigilo e confidencialidade aplicáveis.

Art. 8º O Grupo de Trabalho poderá convidar especialistas, técnicos e representantes de outros órgãos ou entidades para participar de reuniões específicas, na qualidade de colaboradores, sem direito a voto.

Art. 9º Os produtos elaborados pelo Grupo de Trabalho deverão observar:

I- As diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020);

II- As regras criadas pela Lei Complementar Estadual nº 682/2021;

III- As melhores práticas identificadas em outras capitais brasileiras;

IV- A necessidade de fortalecimento do poder concedente municipal;

V- A viabilização do cumprimento das metas de universalização até 2033;

VI- A articulação com as políticas municipais correlatas;

VII- A participação e controle social;

VIII- A sustentabilidade econômico-financeira dos serviços.

Art. 10 O relatório final deverá conter:

I- Diagnóstico da legislação municipal atual;- Análise comparativa com o marco regulatório nacional e estadual;

II- Identificação de lacunas e necessidades de atualização;

III- Propostas de minutas dos documentos normativos especificados no art. 2º;

IV - Cronograma de implementação das propostas;

V - Recomendações estratégicas para o setor de saneamento básico municipal;

VI - Anexos com documentos de referência e fundamentação técnica e jurídica.

Art. 11 Os produtos elaborados pelo Grupo de Trabalho serão encaminhados ao Prefeito Municipal para análise e deliberação sobre os encaminhamentos necessários.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal poderá determinar a submissão das propostas à consulta pública antes da formalização dos atos normativos correspondentes.

Art. 12 A Secretaria Municipal de Planejamento e a Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARSBAN providenciarão o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pelo coordenador do Grupo de Trabalho, ouvidos os demais membros.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 23 de julho de 2025.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

#### PORTARIA Nº. 3011/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o artigo 55, inciso II, da Lei Orgânica do Município, Ofício nº 767/2025-GP, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear TIAGO COSTA DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Topografia, símbolo CS, da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, em conformidade com as Leis Complementares nº 141 e nº. 142, de 28 de agosto de 2014, regulamentadas pelo Decreto nº. 11.673, de 27 de dezembro de 2018, alterado pela Lei Complementar nº. 210, de abril de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - O nomeado através desta portaria deverá acessar o link para o envio da documentação: <https://forms.gle/pwDsforRjGUTq8j9>.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº. 3010/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso II da Lei Orgânica do Município de Natal, Ofício nº 767/2025-GP, RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar DANILO CRUZ ALVES SILVA, do cargo em comissão de Chefe do Setor de Topografia, símbolo CS, da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº. 3009/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o Artigo 55, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, Ofício nº 766/2025-GP, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os titulares dos cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, cujos nomes, cargos e simbologia constam na relação abaixo, em conformidade com as Leis Complementares nº. 141 e nº. 142 de 28 de agosto de 2014, regulamentadas pelo Decreto nº. 11.509, de 04 de maio de 2018.

Denominação de Cargo	Símb	Nome
Chefe do Setor de Planejamento, Inovação e Desenvolvimento Socioeconômico	CS	RAYSSA CLAUDIA ALVES BEZERRA
Chefe do Setor de Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Projetos	CS	DANILO CRUZ ALVES SILVA

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Os nomeados através desta portaria deverão acessar o link para o envio da documentação: <https://forms.gle/pwDsforRjGUTq8j9>

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº. 3008/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso II da Lei Orgânica do Município de Natal, Ofício nº 765/2025-GP, RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar RAYSSA CLAUDIA ALVES BEZERRA, do cargo em comissão de Chefe do Setor de Gestão de Contratos, símbolo CS, da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº. 3007/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o artigo 55, inciso II, da Lei Orgânica do Município, Ofício nº 764/2025-GP, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear LUIZ GONZAGA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica, símbolo DGA, do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Natal - NATALPREV, em conformidade com as Leis Complementares nº. 141 e nº. 142, de 28 de agosto de 2014, regulamentadas pelo Decreto nº. 11.677, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - O nomeado através desta portaria deverá acessar o link para o envio da documentação: <https://forms.gle/pwDsforRjGUTq8j9>.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

#### \*PORTARIA Nº. 2985/2025-A.P., 22 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do artigo 55, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Natal, Ofício nº 760/2025-GP, Ofício nº 1044/2025-SMG/SMG, RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar os titulares dos cargos comissionados da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, cujos nomes constam na relação abaixo.

Denominação do Cargo	Símb.	Nome do Ocupante
Diretor do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas	DD	VÂNIA MARIA HOLANDA DE OLIVEIRA*
Chefe do Setor de Regulação da Atenção e da Assistência	CS	LUDMILA OLIVEIRA DE SOUZA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

\*Replicar por incorreção, publicada no DOM de 23.07.2025

#### \*PORTARIA Nº. 2986/2025-A.P., DE 22 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o Artigo 55, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, Ofício nº 760/2025-GP, Ofício nº 1044/2025-SMG/SMG, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os titulares dos cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, cujos nomes, cargos e simbologia constam na relação abaixo, tudo em conformidade com as Leis Complementares nº. 141 e nº. 142, de 28 de agosto de 2014, regulamentadas pelo Decreto nº. 13.061 de 30 de abril de 2024.

Denominação de Cargo	Símb	Nome
Diretor do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas	DD	LUDMILA OLIVEIRA DE SOUZA
Chefe do Setor de Gerenciamento da Unidade Central e Contratos Administrativos	CS	VÂNIA MARIA HOLANDA DE OLIVEIRA*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Os nomeados através desta portaria deverão acessar o link para o envio da documentação: <https://forms.gle/pwDsforRjGUTq8j9>.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

\*Replicar por incorreção, publicada no DOM de 23.07.2025

PORTARIA Nº. 3003/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251035033, de acordo com Sentença Judicial proferidapelo1º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0816896-17.2025.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei nº. 4.108/1992, e da Lei Complementar nº. 120/2010, conforme quadro a seguir:

NOME	MATRÍCULA	CLASSE/NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/NÍVEL ATUAL
ODENICE RODRIGUES DE CARVALHO	12.929-1	I - C	III - C

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 3002/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251031194, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 5º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0857347-21.2024.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
MERCIA SILVA DO NASCIMENTO	41.628-2	N2 - G	N2 - I

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

\*PORTARIA Nº. 2108/2025-A.P., DE 23 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20250702099, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 1º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0872940-90.2024.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
MARIA DE FATIMA CANINDE SILVA	48.312-5	N2- E	N2-G*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

\*Replicar por incorreção, publicado do DOM de 26.05.2025.

PORTARIA Nº. 3001/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251034541, de acordo com Sentença Judicial proferidapelo1º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0815147-62.2025.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei nº. 4.108/1992, e da Lei Complementar nº. 120/2010, conforme quadro a seguir:

NOME	MATRÍCULA	CLASSE/NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/NÍVEL ATUAL
CARMEN ROSALLY PEREIRA DE ANDRADE ALVES	36.765-6	I - A	II - D

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 3000/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251032379, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 1º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0804543-42.2025.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 114, de 17 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 18 de junho de 2010.

NOME	MATRÍCULA	PADRÃO/NÍVEL ANTERIOR	PADRÃO/NÍVEL ATUAL
NAYRA MATEUS DO NASCIMENTO BARBOSA	45.367-6	C - VII	C - VIII

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2999/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251032204, de acordo com Sentença Judicial proferidapelo1º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0919228-67.2022.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
MARLIETH MEDEIROS FALCAO DE ANDRADE	18.285-1	N2 - E	N2 - I

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2998/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251037346, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 5º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0806518-02.2025.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
NUBIA MARIA PIRES TEIXEIRA	43.202-4	N2 - G	N2 - H

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2997/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251038490, de acordo com Sentença Judicial proferidapelo5º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0873115-84.2024.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
HELENA FREITAS DA SILVA PONTES	18.713-5	N2 - I	N2 - J

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2996/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Artigo 55, Inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, em conformidade com a Lei Complementar nº. 120/2010, alterada pela LC nº. 143/2014, Processo nº. SEMAD-20251032182, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 5º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0883057-43.2024.8.20.5001,

RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir a Gratificação de Plantão - GP, à servidora LAIANE GRAZIELA PAULINO DA C DA FRANCA, matrícula nº. 72.756-7, Técnica em Enfermagem, Classe 1, Nível A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração



PORTARIA Nº. 2995/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Artigo 55, Inciso XII da Lei Orgânica do Município do Natal, em conformidade com a Lei Complementar nº. 120/2010, alterada pela LC nº. 143/2014, Processo nº. SEMAD-20250976717, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 6º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0843620-92.2024.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir a Gratificação de Plantão - GP, ao servidor CHARLES ROSENDO DE OLIVEIRA MUNIZ, matrícula nº. 72.782-9, Farmacêutico, Classe I, Nível A, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SMS.  
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2994/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251032344, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 4º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0805713-49.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 120/2010, conforme quadro a seguir:

NOME	MATRÍCULA	CLASSE/NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/NÍVEL ATUAL
CLEONICE MARIA DE MEDEIROS NASCIMENTO	72.803-3	I - A	II - B

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2993/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251027413, e de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 2º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0850517-39.2024.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Professor abaixo mencionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
LUIZ ALEXANDRE DE ALMEIDA E SILVA	14.955-1	N2-F	N2-L

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2992/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251027146, e de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 1º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº. 0823515-60.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
JEANE RIBEIRO DA SILVA	41.659-2	N1-G	N2-G

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2991/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Natal, Decreto nº 9.882 de 01 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial do Município, no dia 02 de fevereiro de 2013, e Processo nº. SME-20250906700, RESOLVE:

Art. 1º - Ceder, pelo prazo de 03 (três) anos, ao Gabinete da Vice-Prefeita - GAVIPRE, a servidora CRISTINA DINIZ BARRETO DE PAIVA, matrícula nº. 72.333-7, ocupante do cargo

de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SME, com ônus para o órgão cessionário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

\*PORTARIA Nº. 2972/2025-A.P., DE 22 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251023302, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 3º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0863971-86.2024.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei nº. 4.108/1992, e da Lei Complementar nº. 120/2010, conforme quadro a seguir:

NOME	MATRÍCULA	CLASSE/NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/NÍVEL ATUAL
NADIA CRISTIANA DE SOUSA* DANTAS	35.060-5	1 - B	2 - D

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração  
\*Replicação por incorreção, publicada no DOM de 23/07/2025

PORTARIA Nº. 2990/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e Processo nº. SMS-20251053937, RESOLVE:

Art. 1º - Destituir da Função Gratificada de Administrador de Unidade Especializada em Saúde - FGAUES, a servidora JANDEYGIZA CUNEGUNDES MOREIRA AZEVEDO, matrícula nº. 42.695-4, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2988/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251025305, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 1º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0816391-26.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 120/2010, conforme quadro a seguir:

NOME	MATRÍCULA	CLASSE/NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/NÍVEL ATUAL
LUCIANA PINHEIRO DE SOUZA	14.705-2	I - B	III - A

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2987/2025-A.P., DE 23 DE JULHO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251027022, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 4º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0810719-37.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
MARIA JADILMA DOS SANTOS	17.506-4	N2 - I	N2 - L

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Prefeito  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2983/2025-A.P., DE 22 DE JULHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251024970, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 3º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0807275-93.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
REGINA DA SILVA NUNES OLEGARIO	72.549-0	N2 - A	N2 -C

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2982/2025-A.P., DE 22 DE JULHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251023590, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 5º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0811544-78.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
ADRIANA CRISTINA DA SILVA PATRICIO	31.381-5	N2 - G	N2 - J

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2981/2025-A.P., DE 22 DE JULHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251026816, e de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 6º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0850981-63.2024.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei nº. 4.108/1992, e da Lei Complementar nº.120/2010, conforme quadro a seguir:

NOME	MATRÍCULA	CLASSE/NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/NÍVEL ATUAL
JANEIDE BATISTA DA SILVA	72.792-3	I-A	I-C

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2980/2025-A.P., DE 22 DE JULHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, nos termos do artigo 36, inciso III, parágrafo único, da Lei Complementar nº. 058, de 13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005, Processo nº. SEMAD-20251023361, e de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 2º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0824672-68.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir Gratificação por Título de Especialista, fixada em 10% (dez por cento) sobre o vencimento do cargo, à servidora JANELEIDE FERNANDES DOS SANTOS SILVA, matrícula nº. 47.159-3, Educadora Infantil, C-V, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2979/2025-A.P., DE 22 DE JULHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município do Natal, Processo nº. SEMAD-20251025674, de acordo com Sentença Judicial proferida pelo 2º Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Natal, através do Processo nº.0807967-92.2025.8.20.5001, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Professora abaixo mencionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SME, PROGRESSÃO FUNCIONAL, nos termos da Lei Complementar nº. 058, de

13 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de setembro de 2004 e republicada no dia 05 de março de 2005.

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL/CLASSE ANTERIOR	NÍVEL/CLASSE ATUAL
JULIANA MARIA NUNES	48.383-4	N2 - E	N2 -G

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2633/2025-A.P., DE 02 DE JULHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Natal, em conformidade com a Lei Complementar nº. 196, de 10 de junho de 2021, e Processo nº. SEMTAS-20250843024, RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir a Função Gratificada para Atuação em Comissões de Gestão e Monitoramento, à servidora CRISTIANE ALESSANDRA DOMINGOS DE ARAUJO, matrícula nº. 72.880-9, GNS-B-II, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS, em razão da destituição contida na Portaria nº. 2632/2025-A.P., de 02 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2632/2025-A.P., DE 02 DE JULHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e Processo nº. SEMTAS-20250843024, RESOLVE:

Art. 1º - Destituir da Função Gratificada para Atuação em Comissões de Gestão e Monitoramento, a servidora DANIELLY RODRIGUES DA SILVA EVANGELISTA, matrícula nº. 72.331-0, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2586/2025-A.P., DE 30 DE JUNHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Natal, em conformidade com a Lei Complementar nº. 196, de 10 de junho de 2021, e Processo nº. SEMTAS-20250843130, RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir a Função Gratificada para atuação em Comissões de Gestão e Monitoramento, à servidora ANA LUISA DE ARAUJO LOURENÇO, matrícula nº. 72.388-8, Assistente Administrativa, A-III, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS, em razão da destituição contida na Portaria nº. 2584/2025-A.P., de 30 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2584/2025-A.P., DE 30 DE JUNHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e Processo nº. SEMTAS-20250843130, RESOLVE:

Art. 1º - Destituir da Função Gratificada para atuação em Comissões de Gestão e Monitoramento, o servidor ANDZEIL RODRIGUES DA CRUZ, matrícula nº. 72.996-1, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2517/2025-A.P., DE 26 DE JUNHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Natal, em conformidade com a Lei Complementar nº 142, de 28 de agosto de 2014, e Processo nº. SMS-20250622613, RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir a Função Gratificada de Auditor de Saúde – FGAS, ao servidor DAMIÃO DA SILVA ROCHA, matrícula nº. 46.290-0, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, em razão da destituição contida na Portaria nº. 2617/2025-A.P., de 25 de junho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2516/2025-A.P., DE 26 DE JUNHO DE 2025.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 55, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e Processo nº. SMS-20250622613, RESOLVE:

Art. 1º - Destituir da Função Gratificada de Auditor em Saúde, símbolo FGAS, a servidora FRANKYLEIDE SANTANA GOMES, matrícula nº. 43.739-5, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**GABINETE DO PREFEITO****EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA**

Partícipes: Município de Macaíba, inscrito sob CNPJ n.º 08.234.148/0001-00 e o Município do Natal, com o CNPJ n.º 08.241.747/0001-43.

Objeto: estabelecer cooperação mútua entre os partícipes, visando à formação profissional de 50 (cinquenta) Guardas Municipais de Macaíba/RN, conforme a Matriz Curricular Nacional para Formação de Guardas Municipais da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça — SENASP/MJ.

Recurso: R\$ 91.418,00 (noventa e um mil, quatrocentos e dezoito reais).

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária - 02.001 Gabinete da Prefeito; Programa Gestão Administrativa; Natureza da Despesa - 3.3.90.39 Outros serviços de Terceiros PJ; Fonte de Recursos - 15000000 — Recursos não vinculados de impostos; Região - 0001 - Macaíba.

Base Legal: Leis Orgânicas dos Municípios do Natal e de Macaíba/RN, observando-se, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

Vigência: 06 (seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

Data de assinatura: 22/07/2025.

Signatários: Pelo Município de Macaíba: Edivaldo Emídio da Silva Júnior — Prefeito; pelo Município do Natal: Paulo Eduardo da Costa Freire — Prefeito.

## SECRETARIAS DO MUNICÍPIO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****PORTARIA Nº. 2692/2025-GS/SEAD, DE 23 DE JULHO DE 2025.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Natal, em conformidade com o Decreto nº. 9.308, de 25 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial do Município, de 26 de janeiro de 2011 e Decreto nº 11.784, de 07 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Município de 08 de agosto de 2019 e processo nº. SME-20241555734, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias prêmio, nos termos do artigo 43, da Lei Complementar nº. 058/2004 (Estatuto do Magistério Público do Município de Natal), c/c os artigos 91 a 93, da Lei nº. 1.517/65 (Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Municipais), à servidora LUCIA REGINA DE SOUSA FRAGA SANTOS, matrícula nº. 17.797-1, Professora, N2-N, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SME, referente ao 4º quinquênio (2016/2023), pelo período de 03 (três) meses.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 2682/2025-GS/SEAD, DE 23 DE JULHO DE 2025.**

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Natal, em conformidade com o Decreto nº. 9.308, de 25 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial do Município, de 26 de janeiro de 2011 e Processo nº. SEMURB-20251015091, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares à servidora AMANDA RODRIGUES DE SOUSA, matrícula nº. 73.067-5, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Licenciamento de Obras e Serviços, símbolo DD, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, referente ao exercício 2023/2024, no período de 04/08/2025 a 02/09/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de agosto de 2025.

PEDRO PAULO DE MEDEIROS MONTEIRO LOBATO CRUZ

Secretário Adjunto de Gestão de Pessoas

Delegação - Port. 65/2025-GS/SEAD, de 10.01.2025

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Administração (SEAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público que será realizada a abertura das propostas e a sessão de disputa da LICITAÇÃO a seguir especificada na data e horário abaixo indicado. O Edital e seus Anexos estão disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)), no Portal Nacional de Compras Públicas ([pncp.gov.br](http://pncp.gov.br)) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal ([compras.natal.rn.gov.br](http://compras.natal.rn.gov.br)) Esclarecimentos

adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: ([pregao.semاد@natal.rn.gov.br](mailto:pregao.semاد@natal.rn.gov.br)), ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16:00 horas pelo telefone (84) 3232.4985.

PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	DATA	HORA
20241345900 SMS	PREGÃO ELETRÔNICO 91.019/2025	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de materiais para o desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares (PICS).	05/ AGOSTO / 2025	09h30min (Horário de Brasília)

Natal/RN, 23 de julho de 2025.

Josemar Tavares Câmara Junior — Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****PORTARIA Nº 107/2025-GS/SME, DE 23 DE JULHO DE 2025.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MARCELO DA FONSECA LOPES, Matrícula nº 73.615-7, para atuar como gestor dos Contratos abaixo relacionados, e designar MÁRIO VICTOR DE SOUZA ALVES, Matrícula nº 73.495-2, para substituí-lo legalmente em suas ausências e impedimentos.

Nº PROCESSO	OBJETO DO CONTRATO	Nº CONTRATO
20250366897	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SEUS ANEXOS.	029/2025
20251057029		031/2025
20251057339		032/2025
20251057509		033/2025
20251057622		034/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO

Secretário Municipal de Educação.

**PORTARIA Nº 108/2025-GS/SME, DE 23 DE JULHO DE 2025.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor o servidor MARCELO DA FONSECA LOPES, Matrícula nº 73.615-7, para atuar como gestor da Ordem de Serviço abaixo descrita, e designar o servidor MÁRIO VICTOR DE SOUZA ALVES, Matrícula nº 73.495-2, para substituí-lo legalmente em suas ausências e impedimentos.

Nº PROCESSO	OBJETO	Nº DA ORDEM DE SERVIÇO
20250934798	Tem por objeto o pagamento de taxa de participação, na modalidade de patrocínio, para viabilizar a utilização de stand institucional de 36m² durante o evento Congresso Educacional do Norte-Nordeste — EXPOEDUC 2025. A finalidade é possibilitar à Secretaria Municipal de Educação de Natal (SME/NATAL) a exposição de projetos, ações e melhorias desenvolvidas e implementadas no âmbito da educação municipal. O evento ocorrerá nos dias 24, 25 e 26 de julho de 2025, no Centro de Convenções de Natal/RN.	041/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO

Secretário Municipal de Educação.

**31º ENCONTRO DE CORAIS DA CIDADE DO NATAL****23º ENCONTRO NACIONAL DE COROS EM NATAL — ENCONAT****REGULAMENTO ENCONAT 2025****1. REALIZAÇÃO E OBJETIVOS**

O Encontro de Corais da Cidade do Natal/Encontro Nacional de Coros em Natal — ENCONAT é um evento de caráter não competitivo, promovido pela Prefeitura Municipal do Natal — PMN e realizado pela Secretaria Municipal de Educação — SME. O evento tem como finalidade proporcionar o intercâmbio cultural, a difusão, a integração, o incentivo, o desenvolvimento e o fortalecimento de laços entre os corais participantes.

Em 2025, o ENCONAT realizará sua 31ª edição local e a 23ª nacional.

**2. PERÍODO E LOCAIS DE REALIZAÇÃO**

2.1. O ENCONAT será realizado no período de 11 a 15 de novembro de 2025, no Auditório do Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves — CEMURE, com início às 19h, conforme a seguinte programação:

-Cinco concertos oficiais nos dias 11, 12, 13, 14 e 15 de novembro de 2025, sempre às 19h -TRALALANDO NO ENCONAT (Concerto Infante-Juvenil) — 13 de novembro de 2025, às 9h, no Auditório do Centro Municipal de Referência em Educação — CEMURE.

-Apresentação paralela — 14 de novembro de 2025, no Parque da Cidade.

**3. PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar do ENCONAT os coros locais, nacionais e internacionais de todas as categorias e instituições, sem distinção de raça, etnia, categoria ou número de integrantes;

3.2. Cada regente poderá participar, no máximo, com até quatro corais, sendo um coral a cada noite ou a união de vários grupos do mesmo regente, contanto que não ultrapasse 50 (cinquenta) participantes no palco (cantores e instrumentistas);

3.3. Cada coral deverá apresentar 03 (três) peças musicais de livre escolha, com tempo máximo total de 15 minutos;

3.4. A participação no ENCONAT 2025 será limitada a 60 (sessenta) corais, divididos entre as apresentações noturnas e diurnas (Tralalando e paralelas).

**4. INSCRIÇÃO E SELEÇÃO**

4.1. As inscrições são gratuitas e poderão ser realizadas até 12 de setembro de 2025, por meio do preenchimento do formulário de inscrição disponível pelo site: <https://forms.gle/uSgTya7Vub7ETjHJ6>



Para efetivação da inscrição, será necessário:

- a) Histórico resumido do coral e do regente;
- b) Uma foto do grupo;
- c) Link de site e/ou vídeo no YouTube
- d) Vídeo de divulgação com a apresentação de uma música do repertório do grupo.

Obs.: Caso o número de corais inscritos ultrapasse o limite de 60 (sessenta) antes do prazo final, as inscrições serão automaticamente encerradas.

4.2. A lista dos corais selecionados será divulgada em 20 de setembro de 2025 e comunicada via e-mail ou pelas redes sociais oficiais do evento.

#### 5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. As despesas com transporte (incluindo traslados locais), alimentação e hospedagem serão de inteira responsabilidade dos corais participantes, não cabendo à Secretaria Municipal de Educação – SME qualquer cobertura desses custos;

5.2. Nas apresentações com acompanhamento instrumental, somente serão permitidos os seguintes instrumentos executados ao vivo: teclado, violão e percussão (exceto bateria);

5.3. Todos os corais receberão certificados de participação;

5.4. No ato da inscrição, os participantes concordarão em ceder, gratuitamente, à organização do evento, todos os direitos autorais sobre registros em vídeo, áudio e fotografias, os quais poderão ser utilizados, expostos, publicados ou reproduzidos, no todo ou em parte, a qualquer tempo, em número ilimitado de vezes, sem que haja qualquer remuneração aos participantes;

5.5. A inscrição do coral implica na aceitação integral deste regulamento;

5.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do 31º ENCONAT.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO

Secretário Municipal de Educação

#### TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, V, da Lei nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade, com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 20240281910		
NOME DO CREDOR	CLUBE DE NATAL – ALECRIM	
CNPJ/CPF	02.351.594/0001-00	
ENDEREÇO	Rua Apodi, 708, Tirol, Natal/RN	
OBJETO	O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de contratação de Locação do Imóvel situado Rua dos Paiatis, 1797, bairro Quintas, Natal/RN, onde funcionará o CMEI MARIA DO SOCORRO LIMA	
CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	ATIVIDADE	2-922; 2-179
	FONTE	15500000; 15000000
	ELEMENTO DE DESPESA	33.90.39
VALOR TOTAL	O valor contratual a ser pago mensalmente é de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o período de 12 (doze) meses.	

Natal, 22 de julho de 2025.

Marília Castellano Pereira de Souza Yurtdas

Diretora do DAG/SME – matrícula nº 73.624-7

RATIFICO a mencionada declaração de inexigibilidade de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.

Publique-se na forma da lei.

Natal, 22 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO

PROCESSO Nº 20240281910 – SME/PMN

LOCATÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME, CNPJ 08.241.747/0005-77.

LOCADORA: CLUBE DE NATAL – ALECRIM – CNPJ 02.351.594/0001-00.

ENDEREÇO: Rua Apodi, 708, Tirol, Natal/RN

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de contratação de Locação do Imóvel situado Rua dos Paiatis, 1797, Quintas, Natal/RN, onde funcionará o CMEI MARIA DO SOCORRO LIMA.

VIGÊNCIA: O prazo da locação será de 12 meses, com início em 1º de agosto de 2025 e término em 31 de julho de 2026, podendo ser renovado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo.

VALOR TOTAL: O valor contratual a ser pago mensalmente é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor total de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o período de 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade: 2-922; 2-179 Fontes: 15500000; 15000000;

Elemento de Despesa: 33.90.39.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, V, da Lei nº 14.133/2021.

ASSINATURAS:

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO – LOCATÁRIO

SÔNIA SOLANGE NASCIMENTO DE ANDRADE – LOCADORA

Natal, 22 de julho de 2025.

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2025

PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO Nº 20250366897 SME/PMN

PELA CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SME

CNPJ 08.241.747/0005-77

PELA CONTRATADA: LUCAS VICTOR DE SOUZA PAULA-ME, CNPJ 53.299.538/0001-05

ENDEREÇO: Rua Engenheiro João Hélio Alves Rocha, 2184, Bloco B, apto 103, CEP 59073-070, Planalto, Natal/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO – Pelo Contratante

LUCAS VICTOR DE SOUZA PAULA – Pela Contratada

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2025

PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO Nº 20251057029 SME/PMN

PELA CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SME

CNPJ 08.241.747/0005-77

PELA CONTRATADA: J.S.A. COMERCIO LTDA-ME CNPJ 54.361.487/0001-67

ENDEREÇO: Rua Pereira Bueno, 20, Vila Industrial, CEP 13035-275, Campinas/SP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 5.628,12 (cinco mil, seiscentos e vinte oito reais e doze centavos).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO – Pelo Contratante

GUSTAVO HENRIQUE FERRARO DE MIRANDA – Pela Contratada

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2025

PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO Nº 20251057339 SME/PMN

PELA CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SME

CNPJ 08.241.747/0005-77

PELA CONTRATADA: J P MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, CNPJ 18.334.420/0001-70.

ENDEREÇO: Rua Angelo Varela, 1306, Tirol, CEP 59015-010, Natal/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 6.257,86 (seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO – Pelo Contratante

JOÃO PAULO DE AGUIAR TAVARES – Pela Contratada

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2025

PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO Nº 20251057509 SME/PMN

PELA CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SME

CNPJ 08.241.747/0005-77

PELA CONTRATADA: UNIVERSO LTDA – EPP, CNPJ 50.435.233/0001-95.

ENDEREÇO: Rua Vereadora Francisca Lins Rodrigues, 360, Bairro Jardins, CEP 59293-846, São Gonçalo do Amarante/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 17.914,00 (dezessete mil, novecentos e quatorze reais)

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO – Pelo Contratante

RAFAEL ALVES FERREIRA – Pela Contratada

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2025

PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO Nº 20251057622 SME/PMN

PELA CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SME

CNPJ 08.241.747/0005-77

PELA CONTRATADA: VEAR TECNOLOGIA LTDA-ME CNPJ: 45.704.834/0001-16.

ENDEREÇO: Rua Coronel Pedro Benedit, 333, Sala 1013, Bairro Centro, CEP 88.801-250, Criciúma/SC.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 3.062,55 (três mil, sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO – Pelo Contratante

LUIZ ALBERTO DE ROSA – Pela Contratada

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade, com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20250366897

NOME DO CREDOR: LUCAS VICTOR DE SOUZA PAULA-ME, CPNJ 53.299.538/0001-05.

ENDEREÇO: Rua Engenheiro João Hélio Alves Rocha, 2184, Bloco B, apto 103, CEP 59073-070, Planalto, Natal/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

VALOR TOTAL: R\$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais).

Natal, 23 de julho de 2025.

MARÍLIA CASTELLANO PERERIA DE SOUZA YURTDAS-Diretora do DAG/SME

RATIFICO a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.

Publique-se na forma da lei.

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação.

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade, com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20251057029

NOME DO CREDOR: J.S.A. COMERCIO LTDA-ME, CPNJ 54.361.487/0001-67.

ENDEREÇO: Rua Pereira Bueno, 20, bairro Vila Industrial, CEP 13035-275, Campinas/SP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

VALOR TOTAL: R\$ 5.628,12 (cinco mil, seiscentos e vinte oito reais e doze centavos).

Natal, 23 de julho de 2025.

MARÍLIA CASTELLANO PERERIA DE SOUZA YURTDAS-Diretora do DAG/SME

RATIFICO a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.

Publique-se na forma da lei.

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação.

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade com o parecer jurídico, acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20251057339

NOME DO CREDOR: J P MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CPNJ 18.334.420/0001-70

ENDEREÇO: Rua Angelo Varela, 1306, Tirol, CEP 59015-010, Natal/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

VALOR TOTAL: R\$ 6.257,86 (seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

Natal, 23 de julho de 2025.

MARÍLIA CASTELLANO PERERIA DE SOUZA YURTDAS-Diretora do DAG/SME

RATIFICO a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.

Publique-se na forma da lei.

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação.

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade com o parecer jurídico, acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20251057509

NOME DO CREDOR: UNIVERSO LTDA – EPP CPNJ 50.435.233/0001-95.

ENDEREÇO: Rua Vereadora Francisca Lins Rodrigues, 360, Bairro Jardins, CEP 59293-846, São Gonçalo do Amarante/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

VALOR TOTAL: R\$ 17.914,00 (dezessete mil, novecentos e quatorze reais).

Natal, 23 de julho de 2025.

MARÍLIA CASTELLANO PERERIA DE SOUZA YURTDAS-Diretora do DAG/SME

RATIFICO a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.

Publique-se na forma da lei.

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação.

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade com o parecer jurídico, acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20251057622

NOME DO CREDOR: VEAR TECNOLOGIA LTDA-ME CPNJ 45.704.834/0001-16.

ENDEREÇO: Rua Coronel Pedro Benedet, 333, Sala 1013, Centro, CEP 88801-250, Criciúma/SC.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

VALOR TOTAL: R\$ 3.062,55 (três mil, sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Natal, 23 de julho de 2025.

MARÍLIA CASTELLANO PERERIA DE SOUZA YURTDAS-Diretora do DAG/SME

RATIFICO a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.

Publique-se na forma da lei.

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade com o parecer jurídico, acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20251055883

NOME DO CREDOR: ALPHATRONIC COMERCIO E SERVICOS LTDA/EPP

CPNJ 02.162.198/0001-35.

ENDEREÇO: Rua Piloto Pereira Tim, 1235, Parque das Exposições, CEP 59146.480, Parnamirim/RN.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Elétrico para suprir as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e seus anexos

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será até dia 31 de dezembro de 2025, contados da assinatura do contrato.

## CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 1-143; 1-151;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.39

VALOR TOTAL: R\$ 6.988,16 (seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos).  
Natal, 23 de julho de 2025.

MARÍLIA CASTELLANO PERERIA DE SOUZA YURTDAS-Diretora do DAG/SME

RATIFICO a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.  
Publique-se na forma da lei.

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação.

## EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 041/2025

PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO Nº 20250934798 SME/PMN

PELA CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SME

CNPJ 08.241.747/0005-77

PELA CONTRATADA: EXPOEDUC EXPOSIÇÕES E CONGRESSOS LTDA/EPP, CNPJ 44.581.492/0001-21.

ENDEREÇO: Av. Engenheiro Roberto Freire, 340, sala 01B/01C, Ponta Negra, CEP 59146-480, Natal/RN.  
OBJETO: Tem por objeto o pagamento de taxa de participação, na modalidade de patrocínio, para viabilizar a utilização de stand institucional de 36m² durante o evento Congresso Educacional do Norte-Nordeste – EXPOEDUC 2025. A finalidade é possibilitar à Secretaria Municipal de Educação de Natal – SME/NATAL a exposição de projetos, ações e melhorias desenvolvidas e implementadas no âmbito da educação municipal. O evento ocorrerá nos dias 24, 25 e 26 de julho de 2025, no Centro de Convenções de Natal/RN.

VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 2-168;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39

Natal, 22 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO – Pelo Contratante

## TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores e, em conformidade com o parecer jurídico, acostado aos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20250934798

NOME DO CREDOR: EXPOEDUC EXPOSIÇÕES E CONGRESSOS LTDA /EPP CNPJ 44.581.492/0001-21.

ENDEREÇO: Av. Engenheiro Roberto Freire, 340, sala 01B/01C, Ponta Negra, CEP 59146-480, Natal/RN.  
OBJETO: Tem por objeto o pagamento de taxa de participação, na modalidade de patrocínio, para viabilizar a utilização de stand institucional de 36m² durante o evento Congresso Educacional do Norte-Nordeste – EXPOEDUC 2025. A finalidade é possibilitar à Secretaria Municipal de Educação de Natal – SME/NATAL a exposição de projetos, ações e melhorias desenvolvidas e implementadas no âmbito da educação municipal. O evento ocorrerá nos dias 24, 25 e 26 de julho de 2025, no Centro de Convenções de Natal/RN.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE: 2-168;

FONTE DO RECURSO: 15000000

SUB-FONTE: 1001

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39

VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Natal, 23 de julho de 2025.

MARÍLIA CASTELLANO PERERIA DE SOUZA YURTDAS-Diretora do DAG/SME

RATIFICO a mencionada declaração de dispensa de licitação ficando, pois, autorizada a contratação.  
Publique-se na forma da lei.

Natal, 23 de julho de 2025.

ALDO FERNANDES DE SOUSA NETO-Secretário Municipal de Educação

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## PORTARIA Nº 097/2025-GS/SMS DE 23 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre o estabelecimento de critérios de jornada de trabalho em regime de plantão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, II, da Lei Orgânica do Município de Natal; e Considerando a Lei nº 6.070, de 24 de março de 2010, que fixa a jornada de trabalho para ocupantes do cargo cargo de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar técnico do quadro efetivo e servidores recebidos em cessão no âmbito do Município do Município do Natal em 30 horas semanais; Considerando a Lei nº 120, de 03 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos;

Considerando a Lei nº 157, de 15 de abril de 2017, que dispõe sobre a Carreira Médica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Natal; Considerando a Ação Civil Pública nº 0839097-03.2025.8.20.5001, o qual solicita que esta SMS realize as devidas adequações no quantitativo de plantões; Considerando o imperativo social da ampliação da oferta de serviços de saúde à população e a necessidade de incrementar ações para o alcance de metas traçadas no Plano Municipal de Saúde para as Redes de Atenção à Saúde do Município de Natal; E considerando a necessidade de racionalizar a estrutura técnico-administrativa e de definição de diretrizes para a organização das escalas de trabalho dos servidores que se encontram em regime de plantão nas Redes de Atenção à Saúde do Município de Natal;

RESOLVE:

Estabelecer critérios de jornada de trabalho em regime de plantão objetivando a organização

e cumprimento de escalas em unidades/serviços da rede da Secretaria Municipal de Saúde de Natal que operam em regime de plantão, nos seguintes termos:

## CAPÍTULO I - DA CARGA HORÁRIA E NÚMERO DE PLANTÕES

Art. 1º Os profissionais que trabalham em escala de plantão nas unidades de produção assistencial classificadas para o regime de atividades ininterruptas em escalas de 12 horas, terão a quantidade de plantões definida sob a égide do interesse público e tendo como parâmetro a carga horária do servidor, bem como a necessidade do serviço em que o profissional esteja lotado, ficando estabelecidos que:

I - A carga horária de 20 horas deve ser cumprida em escala com um quantitativo mínimo de 06 plantões mensais; resultando em 72 horas mensais de trabalho;

II - A carga horária de 30 horas deve ser cumprida em escala com um quantitativo mínimo de 10 plantões mensais; resultando em 120 horas mensais de trabalho;

III - A carga horária de 40 horas deve ser cumprida em escala com um quantitativo mínimo de 12 plantões mensais; resultando em 144 horas mensais de trabalho.

§ 1º. Será permitido ao servidor que trabalha em regime de plantão acrescer a sua jornada de trabalho mensal o quantitativo máximo de 24 horas, o que corresponde a 02 plantões de 12 horas.

§ 2º. A escala deverá ser organizada obrigatoriamente com a estrutura 12x36 visando assegurar ao servidor o intervalo adequado.

## CAPÍTULO II – DAS TROCAS OU PERMUTAS NA ESCALA DE PLANTÃO

Art. 2º. É permitido ao servidor realizar permuta na escala de plantões, desde que obedecidos os limites e condições estabelecidos neste capítulo.

## Seção I – DO NÚMERO MÁXIMO DE PERMUTAS

Art. 3º. A realização de permutas submete-se aos seguintes limites quantitativos mensais:

I – Ao servidor cuja carga horária semanal é de 20 horas, será permitido permutar, no máximo 02 plantões dentro da escala do mês;

II – Ao servidor cuja carga horária semanal é de 30 horas, será permitido permutar, no máximo 03 plantões dentro da escala do mês;

III – Ao servidor cuja carga horária semanal é de 40 horas, será permitido permutar, no máximo 04 plantões dentro da escala do mês.

Parágrafo Único. A escala do mês deverá ser disponibilizada/apresentada em local acessível à visualização dos usuários com todas as informações: nome, carga horária, vínculo e horário de trabalho.

## Seção II – DO PROCEDIMENTO PARA A PERMUTA

Art. 4º. A realização de permuta deverá ser solicitada por escrito ao setor competente pela elaboração da escala de plantão, através de formulário próprio elaborado pela unidade no qual deverá constar obrigatoriamente:

I – O nome e matrícula dos servidores permutantes, data e turno da troca;

II – Autorização da chefia imediata.

§ 1º. O formulário referido no caput deverá ser encaminhado ao recursos humanos da unidade de lotação para fins de justificativa.

§ 2º. A não observância das formalidades de que trata este artigo, implicará na imposição de falta ao servidor titular da escala.

Art. 5º. É vedada a realização de permuta se qualquer dos permutantes não tiver vínculo efetivo com a Secretaria Municipal de Saúde, bem como, não esteja lotado na mesma unidade que ocorrer a permuta.

Art.º 6º. A realização de segunda permuta referente a um mesmo plantão (permuta da permuta) somente poderá ocorrer com a autorização expressa da chefia imediata com a observância das formalidades do Art. 4º.

Art. 7º. Fica terminantemente proibido o repasse parcial ou total da escala e a permanência do servidor por 24 horas (vinte e quatro) horas consecutivas fora da prorrogação utilizado para cobrir faltas.

## Seção III – DA SUSPENSÃO DO DIREITO DE PERMUTAR

Art. 8º. Ficarão impedidos de permutar plantões na escala do mês, os servidores que no mês anterior tenham faltas não justificadas ou abandono de plantão, ainda que no caso de sobreaviso de dobra.

## CAPÍTULO III – DAS PENALIDADES POR PREJUÍZO AO PLANTÃO

Art. 9º. Em caso de abandono ou demais faltas que comprometem o regular andamento do plantão, o servidor estará submetido à aplicação de uma das penas disciplinares previstas no Art. 199 da Lei Municipal nº 1.517/65.

## CAPÍTULO IV – DA NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PLANTÃO

Art. 10. Nos casos em que o plantonista faltar ao serviço, o seu antecessor na escala deverá estender o seu plantão (prorrogação de plantão) por adicionais de 06 e excepcionalmente 12 horas, conforme a necessidade do serviço.

Art. 11. Ao servidor que necessitar estender o seu plantão serão concedidas a título de compensação, o dobro de horas de descanso, a serem definidas na escala de plantão em acordo com a chefia imediata.

Art. 12. A autorização da prorrogação utilizada para cobrir faltas (dobra de plantão), só pode ser realizada com a autorização do responsável técnico pela escala, após avaliação da situação, levando em consideração a possibilidade de compensação até o mês subsequente.

Seção I – DA PERMANÊNCIA NAS FUNÇÕES DE ACOILHIMENTO OU CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Art. 13. O servidor plantonista deverá permanecer por, no máximo, 06 horas, consecutivas, no exercício das funções de classificação de risco ou acolhimento, ressalvado o excepcional interesse do serviço.

Art. 14. Será permitido o rodízio do servidor quando este estiver no setor de classificação/acolhimento de risco entre setores.

## CAPÍTULO V – DAS AUSÊNCIAS POR MOTIVO DE SAÚDE

Art. 15. Ao servidor que não comparecer ou ausentar-se do plantão por motivo de saúde caberá a apresentação de prova documental de tal circunstância junto à chefia imediata no prazo de 72 horas.

Parágrafo Único. Nos casos de faltas sucessivas serão computados, para efeito de desconto, os dias de repouso, domingos e feriados intercalados.

Art. 16. Na apresentação da declaração de comparecimento a inspeção ou consulta médica, será



justificada a ausência do funcionário, entretanto, somente será abonado o desconto remuneratório com a reposição do plantão do qual ficou ausente, a ser realizada em acordo com a chefia imediata.

**CAPÍTULO VI – REVEZAMENTO DE DESCANSO NOTURNO/DIURNO**

Art. 17. Nos casos em que a demanda do plantão possibilitar é autorizado o gozo de repouso alternado, nos seguintes termos.

§ 1º. O revezamento de que trata o caput será possível no período compreendido entre 00 hora e 06 horas, preservando-se a regular transferência do plantão e organização dos setores.

§ 2º. Os profissionais em regime de revezamento alternar-se-ão a cada 03 horas.

§ 3º. O servidor que se encontrar no repouso ficará em sobreaviso devendo estar sempre à disposição para imediato retorno ao regular quando solicitado, sob pena de aplicação das disposições previstas no “Capítulo III” desta norma.

§ 4º. O repouso alternado poderá ser realizado por profissionais plantonistas independente da categoria funcional, desde que fiquem garantidos os índices de segurança técnica e o profissional não seja o único da sua categoria naquele plantão.

§ 5º. Nos casos em que a demanda possibilitar, em situação onde fique um único profissional da categoria no plantão noturno, este poderá ficar excepcionalmente de sobreaviso na unidade, retornando ao seu setor imediatamente e sempre que solicitado.

Art. 18. Aos profissionais em exercício em plantão diurno fica reservado o período único de 01 hora de intervalo intrajornada para alimentação e repouso.

Art. 19. Nos casos atinentes ao regime de repouso alternado que não foram tratados por esta norma caberá a gestão da unidade a decisão acerca da organização do serviço, sempre tendo como base a manutenção do mais amplo e irrestrito atendimento aos usuários e manutenção da qualidade dos índices técnicos.

#### CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Fica vetada a proposição de plantão de 24 horas, na escala, pela chefia imediata.

Art. 21. Nos turnos de trabalho é terminantemente proibida a saída do funcionário.

§ 1º. Em situações excepcionais o servidor deverá apresentar a gerência local documento idôneo que comprove a necessidade da ausência.

§ 2º. A ausência de prova documental que comprove o motivo da ausência implicará na presunção de abandono de plantão, com a aplicação das disposições do “Capítulo III” desta norma.

§ 3º. Em caso de apresentação de documento inábil a comprovar a ausência justificada, a exemplo de declarações de comparecimento, deverá ser adotado o procedimento do capítulo III.

#### CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Fica vedado escala com turno fixo. Os turnos de trabalho sempre serão definidos respeitando a necessidade do serviço, não garantindo aos profissionais a escolha antecipada do seu turno de trabalho. Quando não houver acordo interno quanto a preferência de turno de trabalho, entre todos os profissionais, as escalas devem ser mistas (diurna/noturna).

Art. 23. A construção e gerenciamento das escalas são atribuições exclusivas dos responsáveis técnicos (RT), registrados junto aos conselhos de classe.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2025.

GERALDO SOUZA PINHO ALVES

Secretário Municipal de Saúde

#### PORTARIA Nº 096/2025-GS/SMS DE 23 DE JULHO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica do Município, e Processo SMS-20250900451,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Devolver, a pedido do servidor, PEDRO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR, Matrícula: 315991, Farmacêutico, a Prefeitura Municipal de Pendências.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO SOUZA PINHO ALVES

Secretário Municipal de Saúde

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº SMS\_022/2025** Secretaria Municipal de Saúde de Natal - SMS, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/2021, Art.75, inciso VIII, torna público que pretende realizar coleta de propostas e lances para Dispensa Eletrônica nº SMS\_022/2025, Processo administrativo eletrônico nº 20250437875 do tipo Menor Preço por ITEM. Tendo como Objeto: Trata-se de uma Aquisição Emergencial para à eventual compra de trombolíticos (Tenecteplase), conforme quantitativo, especificações e valores que estão descritos em edital.

As propostas deverão ser cadastradas exclusivamente por meio do endereço eletrônico (<https://www.portaldecomprasnatal.com.br>)

Período para envio das propostas: começa às 09h00 do dia 24/07/2025 até às 06h59 do dia 30/07/2025

Etapas de lances: ocorrerá no dia 30/07/2025, das 07h00 às 13h00.

Setor de Gerenciamento de Compras – Rua Fabrício Pedroza, nº 915 – 1º Piso, Areia Preta, Natal/RN – CEP: 59014-030.

Aline Ribeiro da Silva.-Chefe do Setor de Gerenciamento de Compras/SMS-Natal. Natal/RN, 23 de julho de 2025.

#### RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Processo: SMS-20221383367;

Contratante/Devedor: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS;

Contratada/Servidor: CLINICA ASCLEPIADES OLIVEIRA CIRURGIA PLASTICA LTDA;

CNPJ: Nº 35.662.873/0001-44;

Objeto: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SMS, reconhece o dever de indenizar a CREDDORA, no montante de R\$ 46.683,22 (Quarenta e seis mil e seiscentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos) referente ao pagamento indenizatório.

Dotação Orçamentária:

ATIVIDADE: 10.122.001.2-414 - GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Elemento: 3.33.90.93 - Indenizações e Restituições ;

Fonte: 15000000;

Valor R\$: 46.683,22.

Na condição de ordenador de despesa, reconheço a dívida nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, regulamentada pelo Decreto nº 62.115, de 15/01/1968. Natal, 18 de julho de 2025.

Geraldo Souza Pinho Alves-Secretário Municipal de Saúde - SMS

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU E DE TAXA DE LIXO Nº 007/2025.**

A Secretaria Municipal de Finanças, através da Chefia do Setor de Cadastro Imobiliário, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos artigos 142, 144 e 145 da Lei 5.172 de 25/10/1966 – Código Tributário Nacional –, e artigos 18, 46, 103 e 106 da Lei 3.882/89 – Código Tributário Municipal; Considerando o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação do Lixo – Taxa de Lixo;

**RESOLVE:** Ficam os proprietários, titulares do domínio útil ou os possuidores a qualquer título dos imóveis localizados no município de Natal, constantes da relação abaixo, notificados do lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e da Taxa de Coleta, Remoção, Transporte e Destinação do Lixo – Taxa de Lixo, ambos referentes aos exercícios abaixo relacionados:

CNPJ/CPF	Processo	Proprietário/Contribuinte	Notif. de lançamento	Sequencial
200.924.234-34	20250102563	GISelda ALVES	4853950	10024174
852.830.024-20	20250102407	MARIA ZELIA AUGUSTO DE BRITO	4853958	92120962
308.049.064-91	20250105724	AVANY DE SOUZA BARBOSA	4854143	69033471
154.573.114-49	20250106429	EDNALDO FELIX DE ALMEIDA	4854145	20042981
444.550.621-49	20250109509	LUCIA MARIA DA CONCEICAO	4854146	40030989
108.157.164-00	20250111430	AFLAUDISIO INACIO RIBEIRO	4852282	10027050
136.824.234-00	20250117463	MARIA MARGARIDA SOARES	4854362	10548793
574.289.804-53	20250120049	MARIA DAS GRACAS DA SILVA SANTIAGO	4854392	90734483
254.283.574-87	20250057894	JOANA DARC CHAVES DA SILVA	4854407	92416982
085.648.504-78	20250105236	EDGAR FERREIRA DE ANDRADE	4855022	92058906
242.373.374-72		MARIA DE LOURDES DA CONCEICAO DA SILVA	4855021	51009048
046.315.024-44 046.446.654-79	20250018945	CARLOS RICHARD DA SILVA CRUZ SUZANA GOMES DO AMARAL	4855073	40024210
			4855079	91827892
			4855078	91827884
			4855077	91827876
			4855076	91827868
			4855075	91827850
146.571.984-91	20250168440	JANICE BATISTA PIMENTEL	4849458	10052089
175.924.614-04	20250124362	MARILENE FRANCISCA DE OLIVEIRA	4855227	91690285
430.458.124-49	20250161306	MARIA GORETTI SOARES DE MELO	4855251	10029249
156.402.134-34	20250182451	ELDINANTE VIEIRA DA SILVA	4849584	10323074
175.345.694-00	20250186198	AUREA SOUSA DA SILVA	4849571	10026630
261.015.484-49	20250153702	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	4855172	91449200
090.413.288-90	20250149101	ELIGIA GOMES DE MOURA	4854382	11469137
			4854963	10107207
019.785.034-07	20250186538	MARIA SONIA DIAS DE MACEDO	4854995	30071828
307.526.714-72	20250183210	MARIA TELMA DE MOURA PEGADO	4854997	91682886
455.146.744-87	20250177873	MANOEL EUCLIDES COSTA	4854923	10739564
058.250.864-98	20250192953	BRENO MOURA LOPES PAULA MOURA LOPES	4854930	92100805
062.566.554-60			4854767	92236812
012.324.644-06	20250193674	FRANCISCO RICELY DA SILVA	4854771	91827280
404.098.054-91	20250170585	RAIMUNDO PEREIRA	4854776	91860202
317.527.724-15	20250199206	FRANCISCO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	4854838	91522676
971.301.924-53	20250200468	ANTONIETA GUALBERTO DE FREITAS	4854572	30077354
214.562.754-53	20250199788	MARIA GUIOMAR DAMASCENO MAIA	4854934	92153410
156.605.674-87	20250208523	FRANCISCO COSTA DA SILVA FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA BATISTA	4854225	61012297
412.967.964-34			4854302	92411550
143.850.584-15	20250025488	RAIMUNDO RIBEIRO BARBOSA	4854288	50007467
242.299.894-15	20250127060	FRANCISCA DE ASSIS ALVES	4850152	11523441
071.111.224-02	20250226190	RAFAEL DEIVID BORGES FERREIRA KELLY ELEUTERIO SILVA	4854089	50052039
092.377.674-55			4854090	91600499
552.114.537-00	20250221732	JOSE SANTANA	4853801	12701254
010.634.754-30	20250242497	FABIO HENRIQUE OLIVEIRA ROCHA	4852254	91491193
			4852257	11575530
			4852255	91491207
			4852256	91491215
358.392.954-34	20250256129	NEVOLANDIA SILVA MANDU	4852258	91491223
136.847.524-87	20250241733	ROSALUCIA DA SILVA	4850152	11523441
852.358.574-53	20250241164	ANA MARIA DE MORAIS CRUZ	4854089	50052039
221.467.764-04	20250256234	JACINTA MARIA DE OLIVEIRA	4854090	91600499

377.781.534-91	20250236195	MARIA JOSE ALCANTARA DE ABREU	4853929	90669398
020.163.324-84	20250259470	MARIA DAS NEVES DE FARIAS NUNES	4853942	59012986
876.917.444-04	20250091901	MARIZA TEIXEIRA DE SOUSA VALENTIM	4853854	90775236
779.102.814-04	20250087688	MARIA DE FATIMA DA SILVA	4853860	91865220
966.614.104-34	20240649526	GRACIANO DE ANDRADE TAVARES	4500401	91887410
035.604.854-36	20250095842	RENATA LIMA DE OLIVEIRA PONTES	4853977	91162076
552.942.864-91		MOISES PONTES DE LIMA		
093.011.214-84	20250097160	ELAINE ROZANA DE SOUZA MOURA	4853979	90736230
121.547.064-95	20250096253	LUIZ CARLOS ABBOTT GALVAO NETO	4849274	90973054
751.154.764-87	20250102350	KEILIA OLEGARIO SILVA LEMOS	4854068	60034661
047.207.834-81	20250109606	LUCINEIDE LINDOLFO DA COSTA	4854150	90887930
			4854151	91468493
703.007.674-55	20250110914	MARIA LUIZA DO NASCIMENTO GOMES	4854199	91751080
703.147.184-27		ANDRYEGO FELIPPE DO NASCIMENTO		
705.075.264-90		MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO GOMES		
807.607.084-87		ANDREA CARLA DO NASCIMENTO GOMES		
058.943.774-71	20250113700	MARIA FRAGA DA SILVEIRA	4854553	92124704
851.320.474-91	20240987308	JAIR DOS SANTOS	4849417	19093470
553.001.624-34	20250016071	TILBERIO BERNARDO DA SILVA	4855375	10288139
915.704.684-00	20250018368	FABIO SANDRO DA SILVA TEIXEIRA	4855417	30041228
673.292.414-15	20250018007	ROSEMARY CANDIDO DA SILVA	4855315	91867304
020.928.784-50	20250122840	MARIA DALVANI ALVES DE OLIVEIRA	4855254	91776279
022.059.284-57	20250018880	MARCIO KLEBER AIRES DE ARAUJO	4855299	10522760
157.058.034-00		MARCELO CARLOS DE ANDRADE		
289.367.604-91		KALINA SUELY DUARTE DE ANDRADE		
072.164.507-01	20250018023	MARIA DE FATIMA HONORIO BATISTA	4855309	90834240
			4855308	92084303
046.928.164-22	20250121282	MICHELE DE OLIVEIRA RIBEIRO	4855284	30064635
913.835.794-15	20250127086	ADRIANA CARLA GOMES DE SOUZA	4855271	40034577
			4855272	92059686
079.830.594-00	20250150681	OZICLEDSON CAVALCANTE DOS SANTOS	4855242	60041889
704.418.884-29		NIVIA MARIANA DA SILVA		
797.158.854-20	20250150762	ANALINE GOUVEIA	4855231	10760539
033.235.124-64	20250134155	SANDRA MARIA DE ARAUJO	4855229	92242162
707.723.074-07	20250159972	JESSICA PAULA BARROS DA SILVA	4855162	10503544
852.960.154-87	20250155713	MARCEL OLIVEIRA DE LIMA	4855155	50033336
915.843.614-68	20250149233	LUCIANA ANDREA DA SILVA	4855154	11449012
052.534.514-04	20250190730	MICHELLE SILVA LUCAS DAS NEVES	4854557	40052923
008.470.094-75	20250157236	MISSILENE MARIA DA COSTA	4855125	90625366
489.926.584-00	20250162418	ERINALVA MARTINS NUNES	4855054	91741637
022.872.524-01	20250185019	TEREZA CRISTINA SALES RAMOS	4854936	10662456
512.995.934-53	20250185990	GENIVAL CUSTODIO DA SILVA	4854879	91728096
			4854881	91728070
			4854880	91728100
877.758.324-87	20250222380	MARIA DAS GRACAS ALVES DO NASCIMENTO	4854834	40037010
026.584.724-98	20250120723	MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA	4854831	90911237
084.807.154-99	20250215872	RIVALDO VICENTE PEREIRA	4854797	91553482
650.710.933-91	20250167533	MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA DA SILVA	4854581	10532897
060.733.214-06	20250168149	VERONICA DA COSTA SABINO	4854590	11550023
048.784.144-13	20250226211	ELIZANGELA PAULINO DE ASSIS	4854765	91967910
538.538.574-34	20250223859	MARISIA FERREIRA DE CARVALHO	4854758	19055722
876.600.084-04	20241829087	KELLY SANDRA SARAIVA DA COSTA	4849986	14010518
108.930.074-39	20250222593	FERNANDA CHACON DE PONTES	4854753	92402378
912.802.574-15	20250206890	ONILA SALDANHA	4854752	91559324
829.184.734-72	20250010405	JULIO CESAR OLIVEIRA DA SILVA	4854271	50014595
081.685.934-56	20230655182	DENMISTROU COSTA BORGES	4853057	10011978
222.560.084-87	20241106565	FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA DE SANTANA	4852906	91573386
08.314.874/0001-25	20250346187	DATANORTE CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO R G DO NORTE	4852470	11502452
046.315.024-44 046.446.654-79	20250018945	CARLOS RICHARD DA SILVA CRUZ SUZANA GOMES DO AMARAL	4855076	91827868
			4855079	91827892
			4855074	91827841
			4855073	40024210
			4855077	91827876
			4855075	91827850
			4855078	91827884
201.013.764-72	20240707550	FRANCISCA DILMA LIMA DE OLIVEIRA	4857427	92031153

O presente lançamento poderá ser impugnado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste edital, através de requerimento de reclamação contra lançamento, protocolado na Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do art. 156 da Lei 3.882/89. Os tributos constantes do presente lançamento podem ser pagos em parcela única ou parcelados, conforme legislação vigente. O contribuinte deverá comparecer na Secretaria Municipal de Finanças, situada na Rua Açu, 394, Tirol, ou acessar o sítio da SEFIN ([www.natal.m.gov.br/semut](http://www.natal.m.gov.br/semut)), para a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM – referente ao pagamento do débito tributário constante do presente lançamento, que vencerá em 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital. A ausência de pagamento, parcelamento ou impugnação do lançamento dos tributos no prazo estabelecido implicará as penalidades previstas no artigo 10 da Lei 3.882/89.

Natal, 23 de Julho de 2025.

Maria das Graças Sousa Pinheiro-Chefe do Setor de Cadastro Imobiliário.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

\*PORTARIA Nº 186/2025 – GS/SEMTAS, DE 23 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre a revogação de portarias anteriores relativas a contratos de locação no âmbito da SEMTAS e institui novos gestores e fiscais para os respectivos contratos.

A SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMTAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei Orgânica do Município e demais disposições aplicáveis, CONSIDERANDO a necessidade de reorganização administrativa dos contratos de locação vinculados à SEMTAS;

CONSIDERANDO a importância de garantir maior controle, transparência e efetividade na fiscalização contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas todas as portarias anteriormente emitidas pela SEMTAS que tratam da nomeação de gestores e fiscais dos contratos de locação de imóveis utilizados pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

Art. 2º Ficam instituídos, a partir desta publicação, os novos gestores e fiscais responsáveis pelos contratos de locação atualmente vigentes no âmbito da SEMTAS, conforme relação abaixo:

PROCESSO/ CONTRATO	SERVIÇO	GESTOR/FISCAL
20240854464 / Nº 11/2025	DSA/CMTE	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221449856 / Nº 52/2013	Depósito e Arquivo	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20231264620 / Nº 011/2016	Centro LGBT	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221433968 / Nº 56/2022	Casa dos Conselhos	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20230254030 / Nº 038/2024	CT – Sul	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20241635827 / Nº 67/2024	CT norte	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221352062 / Nº 84/2018	CT Oeste	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20241022230 / Nº 046/2024	CT – Leste	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20230332812 / Nº 74/2014	CRAS ponta negra	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221624160 / Nº 04/2019	Cras Planalto	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20241117958 / Nº 10/2013	Cras Lagoa azul	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20220596239 / Nº 61/2019	Cras Passo da Pátria	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20210006802 / Nº 43/2021	Cras N. Senhora da Apresentação	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20230677143 / Nº 12/2013	Cras Guarapes	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221029954 / Nº 025/2016	Cras Felipe Camarão	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20231252860 / Nº 070/2023	Cras Pajuçara	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221406952 / Nº 026/2017	Cras Mãe Luiza	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221667055 / Nº 312/2009	Cras Salinas	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
2025026600 / Nº 10/2025	Central - CadÚnico	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20241410353 / Nº 073/2024	SCFV Santos Reis	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221473951 / Nº 26/2016	SCFV Redinha	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20250292435 / Nº 012/2025	Creas leste	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20230783458 / Nº 060/2023	Creas Oeste	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20210181752 / Nº 044/2021	Creas Norte	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221331979 / Nº 14/2020	Creas Sul	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20230278133 / Nº 55/2014	Centro Pop	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20230260854 / Nº 110/2009	Centro Dia	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20220813086 / Nº 002/2017	Unid. de Acolh. II	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221333033 / Nº 033/2018	Unid. Acolhimento III	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2

20211070250 / Nº 008/2022	Unid. Pop de Rua 24h.	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20250468240 / Nº 14/2025	Residência Inclusiva	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20221637180 / Nº 62/2013	Albergue	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20230125108 / Nº 15/2023	PIRANGI PARTICIPAÇÕES LTDA	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2
20250094765 / Nº 04/2025	Unidade de Acolhimento Institucional III	G: José Dário da Silva Júnior, Mat.:73649-3/ F: José Yuri Fernandes Penha, Mat.:72542-2

Art. 3º Compete aos gestores e fiscais designados o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos de locação, observando os aspectos legais, contratuais e administrativos, devendo manter a documentação devidamente atualizada e arquivada, e comunicar imediatamente qualquer irregularidade ou descumprimento.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Natal/RN, 23 de julho de 2025.

IRAGUACY ARAUJO ALMEIDA DE SOUZA

Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social – SEMTAS

\*Republicado por incorreção a PORTARIA Nº 180/2025 – GS/SEMTAS, DE 22 DE JULHO DE 2025.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 04/2025

Processo nº 20250856029

Contratante: Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA

Contratada: ASOLO ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogado, por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do término do prazo anteriormente pactuado, o prazo de vigência do contrato, expirando em 10.09.2025, bem como, fica prorrogado, por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, o prazo de execução dos serviços, expirando em 24.08.2025. CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE PLANILHAS: A planilha da primeira adequação, constante nos autos, passa a substituir a planilha licitada, servindo de base para critérios de medição a partir desta data.

CLÁUSULA QUARTA – DAS MARGENS DE SUPRESSÃO/ACRÉSCIMO: Pela adequação ora realizada, Haverá acréscimo no valor de R\$ 35.154,26 (trinta e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos), correspondente 24,86% do valor originalmente contratado. Os valores e percentuais acima informados, têm por base o valor inicial do contrato nº 04/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA OBRA: Em razão da adequação de planilha, haverá reflexo financeiro, na ordem de R\$ 35.154,26 (trinta e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos), ficando alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 04/2025, passando o valor inicial do contrato de R\$ 141.404,55 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), para R\$ 176.558,81 (cento e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos), para os serviços de Elaboração de projeto executivo de drenagem, pavimentação e acessibilidade em tecnologia BIM, inclusive orçamento referenciado, memória de cálculo dos quantitativos e cronograma de execução da obra de drenagem e pavimentação dos loteamentos: Santa Inês, Kiparonama, Algimar e Rio Mar, localizados no Bairro Pajuçara, Zona Norte de Natal/RN – Etapa 1 – Contratação dos Projetos Executivos de Engenharia em Metodologia BIM. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO: O presente instrumento de aditivo entra em vigor a partir do momento de sua assinatura pelas partes contratantes, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições até então estipuladas e não expressamente alteradas. Base legal: art. 65, inciso I, alíneas “a” e “b” e §1º e §2º, II da Lei 8.666/93 e art. 57, §1º, inciso II e §2º da Lei 8.666/93

Assinaturas: Shirley de Menezes Bezerra Cavalcanti Lago – Contratante e Andre Pavarin – Contratada Natal, 21 de julho de 2025.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

PORTARIA Nº 107/2025 – STTU/GS, DE 21 DE JULHO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento as demais normas pertinentes às atividades da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 14.133/21, em seu Artigo 7º e seus parágrafos e, o disposto na Portaria n.º 061/2013-SEMOB/GS de 23 de julho de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, realizado através do processo administrativo nº STTU-20250878103, cujo objetivo é fornecimento de material de limpeza e descartáveis, celebrado entre a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU e as empresas IRILENE DA SILVA MATIAS - CNPJ: 34.310.563/0001-06, DISTRIBUIDORA SATURNO LTDA - CNPJ: 29.140.323/0001-62 e EXPERT TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 59.187.176/0001-47;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora WALDYNEA NAYARA DA SILVA, matrícula nº 73.643-2, na qualidade de Gestora, e como fiscal o servidor RICARDO HENRIQUE TAVARES DE MELO, matrícula nº 73.620-9, para acompanhar e fiscalizar o instrumento contratual;

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

JÓDIA FERREIRA SANTOS DE MELO MENEZES

\*EXTRATO DO ADITIVO 006 AO CONTRATO Nº.: 010/2021– STTU

Processo Nº.: STTU- STTU-20250619914/STTU-20240090650

Contratante: Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - STTU, CNPJ nº 08.565.566/0001-72.

Contratada: PROEX CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ nº 17.679.352/0001-18

Objeto: Renovação contratual por mais 12 (doze) meses, o Contrato nº 010/2021, o qual passa a vigor até o dia \*21/06/2026.

Valor: R\$ 52.591,98 (cinquenta e dois mil quinhentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos) e global de R\$ 631.103,76 (seiscentos e trinta e um mil, cento e três reais setenta e seis centavos).

Fundamentação Legal: Artigo no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Dotação Orçamentária: Atividade/Projeto 15.122.001.2-533 – Manutenção e Funcionamento da STTU, Elementos de Despesas 33.90.37 – Locação de Mão de Obra - Fonte 17530000 – Sub Elemento: 99

Da ratificação das demais Cláusulas: Permanecem inalteradas.

Data da assinatura: 18/06/2025

Contratante: Jódia Ferreira dos Santos de Melo Menezes – Secretária de Mobilidade Urbana-STTU

Contratada: Marcílio José da Silva - PROEX CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Ordenadora de despesas: Jódia Ferreira dos Santos de Melo Menezes

\*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

PESQUISA MERCADOLÓGICA Nº 22/2025 – PROCESSO Nº 20240923512 –

A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Natal – SEMUL torna pública a realização de Pesquisa Mercadológica, visando atender o grau de competitividade e a aferição do menor preço de mercado preconizado pela Administração, visando a contratação do objeto a seguir:

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Locação de Mão de obra Terceirizada, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SEMUL) e de suas unidades descentralizadas.

A pesquisa tem o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data desta publicação.

As informações e especificações do objeto poderão ser solicitadas por meio do endereço eletrônico: semulcompras@gmail.com, mesmo contato para o envio das propostas de preços. Mais Informações através do WhatsApp: (84) 3232-1038, no horário das 08h às 14h, de segunda a sexta-feira.

Natal/RN, 24 de Julho de 2025

Delânia Melo de Medeiros - Chefe da Unidade Setorial de Administração e Finanças – USAF/ SEMUL - Matrícula 72.759-3

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

\*PORTARIA 65/2025

NOMEIA FUNCIONÁRIOS PARA A COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO TERMO DE FOMENTO 16/2025.

O Secretário de Esporte e Lazer do Município de Natal no uso de suas atribuições e:

Considerando o processo administrativo SEL-20250907723 que trata sobre Termo de Fomento 16/2025. RESOLVE:

Artigo 1º: Nomear, para composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação do termo de fomento 16/2025, os funcionários abaixo designados:

LARISSA BRUNA DUARTE OLIVEIRA – MATRÍCULA 73.621-8 (PRESIDENTE)

DENNIS FERNANDES LISBOA - MATRÍCULA Nº 26.174-2 (MEMBRO)

MARIANA LAYZE RIBEIRO LIMA - MATRÍCULA Nº 73.622-8 (MEMBRO)

Artigo 2º: As nomeações ora realizadas são específicas para atendimento do Processo Administrativo SEL-20250907723, perdendo seu efeito, após o encerramento do mesmo, momento no qual a presente Portaria estará automaticamente revogada.

Artigo 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Natal, 23 de julho de 2025.

HERMES CÂMARA DE SOUZA

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

\*REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

\*PORTARIA 64/2025

NOMEIA FUNCIONÁRIO PARA SER GESTOR DO TERMO DE FOMENTO 16/2025.

O Secretário de Esporte e Lazer do Município de Natal no uso de suas atribuições e:

Considerando o processo administrativo SEL-20250907723 que trata sobre Termo de Fomento 16/2025. RESOLVE:

Artigo 1º: Nomear com gestor do Termo de Fomento o servidor ERIC PATRICK OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 73.521-7

Artigo 2º: A nomeação ora realizada é específica para atendimento do Processo Administrativo nº SEL-20250907723, perdendo seu efeito, após o encerramento do mesmo, momento no qual a presente Portaria estará automaticamente revogada.

Artigo 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Natal, 23 de julho de 2025.

HERMES CÂMARA DE SOUZA

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

\*REPUBLICAR POR INCORREÇÃO\*



\*EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 16/2025

PROCESSO Nº 20250907723

PARCEIROS:

- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer-SEL

- Shiro Sport Club

CNPJ Nº 17.836.986/0001-37

ENDEREÇO: Avenida Romualdo Galvão, nº 2109, Condomínio Empresarial Trade Center – Sala 812, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59056-165.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27.812.148.2-390 – Fortalecimento de Iniciativas de Fomento À Integração Social, Desportiva e de Lazer – 33.50.41 – Contribuições - Fonte 15000000 – Anexo 9. VALOR TOTAL: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

BASE LEGAL: Art. 51, Lei nº 13.019/14

OBJETO: Apoio ao projeto “Shiro em movimento – Judô e Wrestling em Competição.

VIGÊNCIA: 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado justificadamente. Natal, 23 de julho de 2025.

PARCEIROS:

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer-SEL – Hermes Câmara de Souza

Shiro Sport Club – Victor Sousa e Silva Nascimento

\*PUBLICAR POR INCORREÇÃO

#### JUSTIFICATIVA

##### INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 20250907723

OBJETO: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria entre a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEL e o SHIRO SPORT CLUB, conforme justificativa do Projeto anexa nesse processo, por meio de formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a Transferência de recursos financeiros, para a entidade por meio do projeto de “Apoio ao projeto “Shiro em movimento – Judô e Wrestling em Competição”.

##### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Diante de todo o exposto, ao analisarmos que tal projeto recebeu emenda impositiva do Vereador Licenciado Hermes Câmara.

Assim, conforme proposta apresentada e documentação acostada, atendidos os preceitos do art. 31, inciso II da Lei 13.019/2014, assinamos o termo de fomento, com inexigibilidade de chamamento público. Natal, 23 de julho de 2025.

HERMES CÂMARA DE SOUZA-Secretário Municipal de Esporte e Lazer

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

##### TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº SEMDES-20250600717

Interessado: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social-Semdes.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos e eletrônicos a serem destinados à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social—Semdes.

Assunto: Dispensa Eletrônica – 004/2025

Legislação Aplicada: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Enquadramento Legal: Art. 75, Inciso II

Critério de julgamento: Menor preço por item

Valor: R\$ 24.546,96 (Vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Adjudico o objeto e homologo o procedimento de dispensa eletrônica nº 004/2025, processo: SEMDES-20250600717, apresentando-se como propostas mais vantajosas as das empresas:

A ECONOMICA COMERCIO LTDA 44.854.551/0001-98		
Produto	Qtde	Valor Unitário
FRIGOBAR – CAPACIDADE LÍQUIDA MÍNIMA DE 90 LITROS; TENSÃO: 220 V; COR: BRANCA, PRATELEIRAS INTERNAS AJUSTÁVEIS; PORTA COM VEDAÇÃO MAGNÉTICA; NÍVEL DE RUÍDO &#8804; 50 DB(A); CLASSIFICAÇÃO “A” NO SELO PROCEL; GÁS ECOLÓGICO (R-600A OU R-134A); CONFORMIDADE COM ABNT NBR 15529; ENTREGA LACRADA, COM MANUAL EM PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	01	R\$ 937,99
K J DE M ANDRADE LTDA 49.385.374/0001-61		
GELADEIRA DE USO DOMESTICO FROSTFREE – CAPACIDADE LÍQUIDA MÍNIMA DE 400 LITROS; TENSÃO: 220 V; SISTEMA FROST FREE; FREEZER SEPARADO (SUPERIOR OU INFERIOR), COM CONTROLE DE TEMPERATURA INDEPENDENTE; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA MÍNIMA “A” NO SELO PROCEL; GÁS ECOLÓGICO (R-600A OU EQUIVALENTE); CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15747; ENTREGA LACRADA, COM MANUAL EM PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	02	R\$ 3.500,00
A. J. G. HACHEN LTDA 50.427.383/0001-57		
BEBEDOURO – REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR; CAPACIDADE MÍNIMA DE 2 L/H; TENSÃO: 110 V (127 V); COMPATÍVEL COM GALÕES DE 20L; BANDEJA REMOVÍVEL; GÁS ECOLÓGICO (R-600A OU R-134A); CLASSIFICAÇÃO “A” NO SELO PROCEL; CONFORMIDADE COM ABNT NBR 13906/2016; ENTREGA LACRADA, COM MANUAL EM PORTUGUÊS; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	08	R\$ 735,00
R C N DINIZ JUNIOR 27.545.583/0001-92		

LIQUIDIFICADOR – POTÊNCIA MÍNIMA 700 W – CAPACIDADE ÚTIL DO COPO: NO MÍNIMO 2L—VOLTAGEM: 220 V.	03	R\$ 138,00
WYLLER PACIFICO BATISTA DA COSTA 43.011.876/0001-46		
MICRO-ONDAS – CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS; POTÊNCIA MÍNIMA: 700 W; TENSÃO: 220 V; PRATO GIRATÓRIO; VISOR TRANSPARENTE; FUNÇÕES BÁSICAS DE AQUECIMENTO E DESCONGELAMENTO; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA “A” NO SELO PROCEL; PROTEÇÃO TÉRMICA; CONFORMIDADE COM ABNT NBR IEC 60335-2- 25; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MSES; MANUAL EM PORTUGUÊS.	02	R\$ 619,00
MICROTECNICA INFORMATICA LTDA 01.590.728/0009-30		
SMART TV LED DE 50 – COM RESOLUÇÃO 4K (3.840 X 2.160) E FREQUÊNCIA DE PAINEL DE 60 HZ. PROCESSADOR CRYSTAL PROCESSOR 4K. SUPORTA HDR 10, MEGA CONTRAST, UHD DIMMING, MOTION XCELERATOR E 4K UPSCALING. POTÊNCIA DE ÁUDIO DE 20 W, COM 2 CANAIS DE ÁUDIO. CONECTIVIDADE WI-FI 5, BLUETOOTH 5.2. ENTRADAS: 3 HDMI (4K 60 HZ), 1 USB-A, 1 ETHERNET (LAN), 1 ENTRADA DE RF (TERRESTRE/CABO).	01	R\$ 2.176,97
SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA 51.659.136/0001-49		
SMART TV LED DE 65 – RESOLUÇÃO NATIVA DE NO MÍNIMO 3.840 X 2.160. (4K UHD). DEVERÁ POSSUIR TELA DE TECNOLOGIA LED; TECNOLOGIA HDR ATIVO OU HDR+. FORMATO DE TELA: 16:09 (WIDESCREEN). VELOCIDADE DE ATUALIZAÇÃO DA TELA: A PARTIR DE 60 HZ. TECNOLOGIA DE CONEXÃO: BLUETOOTH: WI-FI, USB E HDMI. COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) ENTRADAS HDMI, 2 (DOIS) USB, 1 ENTRADA (AV), SAÍDA DE ÁUDIO DIGITAL ÓTICA, 1 (UM) SAÍDA DE ÁUDIO MINI JACK (P2). POTÊNCIA DE SAÍDA: MÍNIMO 19 WATTS. PADRÃO DE FIXAÇÃO: VESA. VOLTAGEM: BIVOLT (110/220). DEVERÁ SER FORNECIDA COM CONTROLE REMOTO, CABO DE FORÇA, PILHAS AA E MANUAIS. ETIQUETA NACIONAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (ENCE) - A COR: PRETA. GARANTIA DE 12 MESES	02	R\$ 3.450,00
VALOR TOTAL		R\$ 24.546,96

Natal-RN, 23 de julho de 2025.

Samara Félix Trigueiro da Silva -Secretária Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº SEMDES-20250627852

Interessado: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social-SEMDES.

Objeto: Contratação de empresa especializada em Gêneros Alimentícios e Materiais Descartáveis a serem destinados à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social—Semdes.

Assunto: Dispensa Eletrônica – 003/2025

Legislação Aplicada: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Enquadramento Legal: Art. 75, Inciso II

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Valor: R\$ 15.678,80 (Quinze mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

Adjudico o objeto e homologo o procedimento de dispensa eletrônica nº 003/2025, processo: SEMDES-20250627852, apresentando-se como propostas mais vantajosas as das empresas:

EXPERT TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA 59.187.176/0001-47			
	Item	Qtde	Valor Unitário
Açúcar – origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar. A embalagem em polietileno e deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade e quantidade do produto, de acordo as normas e/ ou em resoluções vigentes da ANVISA/MS. Embalagens de 1 kg (um quilograma).		100	R\$ 4,82
Café em pó – tipo SUPERIOR, torrado e moído, torração média, embalado a vácuo em papel-alumínio, pacotes com 250 g, com Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade – NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos, na Escala Sensorial do Café (SUPERIOR).Café em pó – tipo SUPERIOR, torrado e moído, torração média, embalado a vácuo em papel-alumínio, pacotes com 250 g, com Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade – NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos, na Escala Sensorial do Café (SUPERIOR).		600	R\$ 16,96
LUCAS VICTOR DE SOUZA PAULA 53.299.538/0001-05			
Adoçante líquido 100ml – dietético, sem aspartame e sacarina, embalagem plástica, com data de validação mínima de 06 meses à data de entrega, sem presença de danos físicos e sujeiras.		36	R\$ 5,30
Prato Descartável raso material plástico, aplicação sobremesa, características adicionais, resistentes, tamanho 15 cm pct c/ 10 unidades.		300	R\$ 3,03
BALBINOS COMERCIO E SERVICOS LTDA 54.352.243/0001-18			
Guardanapo de Papel folha dupla extra macio 20x20 (pacote com 50 unidades)		300	R\$ 3,40
WYLLER PACIFICO BATISTA DA COSTA 43.011.876/0001-46			
Colher Descartável material plástico, aplicação sobremesa, características adicionais, resistentes. Pacotes com 50 unidades.		300	R\$ 3,19
IRILENE DA SILVA MATIAS 07042571495 34.310.563/0001-06			
Garfo Descartável material plástico, aplicação sobremesa, características adicionais, resistentes. Pacotes com 50 unidades.		300	R\$ 2,98
Copo Plástico descartável 180 ml pacote c/ 100 unidades.		300	R\$ 4,53
Total			R\$ 15.678,80

Natal-RN, 23 de julho de 2025

Samara Félix Trigueiro da Silva-Secretária Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

## EXCEPCIONALIDADE DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS – SEMSUR.

Considerando o comando do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, que cada unidade da Administração no pagamento das obrigações relativas aos serviços obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Considerando a regulamentação da obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento, por meio da Resolução nº 032/2016 - TCE, de 01 de novembro de 2016, Decreto Municipal nº 11.416, de 04 de dezembro de 2017.

Considerando que as referidas normas prevêem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a sua publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

Considerando que a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, compete os serviços de iluminação, cemitérios, mercados, feiras livres, paisagismo, manutenção de praças, canteiros, além de concessões, permissões e autorizações de espaços públicos, todos estabelecidos na Lei Complementar nº 141/2014, mostrando-se como requisito indispensável a oferta de serviços dos usuários da municipalidade.

Autorizo a quebra da ordem cronológica de pagamento dos fornecedores abaixo descritos, tendo em vista tratar-se de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações municipais da área de serviços urbanos.

PROCESSOS	INTERESSADOS	NF/faturas	VALOR
20240996714	LIDERANCA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA	1465	R\$ 1.061.063,94
20230425241	R2 LIMPA FOSSA E LOCAÇÕES EIRELI	5408	R\$ 95.580,00

Em seguida, publique-se.

Natal, 23 de julho de 2025.

FELIPE QUEIROZ DA CUNHA ALVES-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

## PORTARIA Nº 37/2025 – GS/SETUR/NATAL, DE 22 DE JULHO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) JOSE AURELIO RODRIGUES DE ARAUJO, – Matrícula 73626-2, para atuar como Gestora da Parceria, firmada entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SETUR e a ASSOCIACAO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES - SECCIONAL/RN - ABRASEL-RN, inscrita no CNPJ sob o nº 07.708.180/0001-00, referente ao processo administrativo nº 20251002445.

Art. 2º - Designar o(a)s servidor(a) abaixo, para compor a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Contrato Administrativo da Parceria firmado, entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR e a ASSOCIACAO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES - SECCIONAL/RN - ABRASEL-RN, inscrita no CNPJ sob o nº 07.708.180/0001-00, referente ao processo administrativo nº 20251002445:

LEONARDO LYRA LOPES, matrícula nº 73.607-1;

SIDNEY CABRAL FAGUNDES DA COSTA, matrícula 73.607-7

THATIANA CRISTINA GREVY DA COSTA TINOCO, matrícula nº 73230-4

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga todas as disposições em contrário.

Natal/RN, 22 de julho de 2025.

SANCLAIR SOLON DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Turismo

## EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2025-SETUR/ABRASEL-RN

PROCESSO Nº 20251002445

CONVENIENTE: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES - SECCIONAL/RN - ABRASEL-RN

CONCEDENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO-SETUR

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR

• Unidade Orçamentária: GABINETE DO SECRETÁRIO

• Projeto/Atividade: 23.695.155.2-642 – FOMENTO AO TURISMO DE EVENTOS.

• Elemento de Despesa: 3339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

• Anexo: 9

• Fonte: 15000000

• Valor: R\$20.000,00 (vinte mil reais)

BASE LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; LEI 13.204/2015.

OBJETO: REALIZAÇÃO DA FESTA DO CAMARÃO 2025, NO INTUITO DE PROMOVER E VALORIZAR A GASTRONOMIA POTIGUAR E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA, COM FORTE ÊNFASE NA ANCESTRALIDADE E NA INCLUSÃO SOCIAL, A SER REALIZADO PELA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES - SECCIONAL/RN - ABRASEL-RN.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA 10 DE AGOSTO DE 2025 A 20 DE SETEMBRO DE 2025. DATA DE ASSINATURA: 23 DE JULHO DE 2025.

ASSINATURAS:

CONCEDENTE: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES - SECCIONAL/RN - ABRASEL-RN

THIAGO HADDAD MACHADO

CONVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO-SETUR

SANCLAIR SOLON DE MEDEIROS

## EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Inexigibilidade do Chamamento Público para celebração do Termo de Fomento, O presente Termo de Fomento tem por objeto o aporte de recursos financeiros à Associação Brasileira De Bares E Restaurantes - Seccional/RN - ABRASEL-RN para atingir os objetivos de realização da FESTA DO CAMARÃO 2025, no intuito de promover e valorizar a gastronomia potiguar e a cultura afro-brasileira, com forte ênfase na ancestralidade e na inclusão social, a ser realizado pela ASSOCIACAO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES - SECCIONAL/RN - ABRASEL-RN, visando uma ação cooperada com intuito decorrentes deste Termo de Fomento serão executadas pela parte CONVENIADA e CONVENIENTE, conforme instrução do PROCESSO Nº: 20251002445, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações. Justificativa: Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, sendo assim o caso do termo de fomento em tela, o qual beneficia o evento citado, confirmando o mérito da proposta em razão da natureza singular do objeto de parceria e as metas somente podem ser atingidas por uma entidade específica, onde é o caso do referido Termo de Fomento em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Natal/RN, 23 de abril de 2025. Atenciosamente, José Aurélio Rodrigues de Araújo, Diretor de Operações Turísticas – SETUR. E de acordo com a justificativa acima expressa, solicito ao Senhor Secretário o acato referente ao termo de fomento e a dispensa de inexigibilidade do chamamento público. Sanclair Solon de Medeiros - Secretário Municipal de Turismo

## SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROJETOS ESTRUTURANTES

## PESQUISA MERCADOLÓGICA Nº 013/2025 - PROCESSO Nº 20241496401

## 2ª CHAMADA

A Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes - SEHARPE, torna pública a realização de Pesquisa Mercadológica objetivando o grau de competitividade preconizado pela Administração Pública e a aferição do real valor de mercado, visando a aquisição de balanças mecânicas e carrinhos para transporte de cargas. As especificações serão disponibilizadas aos interessados através do email [usag.seharpe@gmail.com](mailto:usag.seharpe@gmail.com), ou presencialmente, na Unidade Setorial de Administração Geral - USAG, localizado na Rua Princesa Isabel, nº 799, Cidade Alta, Natal/RN.

A presente pesquisa tem o prazo máximo estabelecido de 03 (três) dias corridos, a contar da data de publicação.

Natal, 23 de Julho de 2025

## PESQUISA MERCADOLÓGICA Nº 014/2025 - PROCESSO Nº 20241025344

## 2ª CHAMADA

A Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes - SEHARPE, torna pública a realização de Pesquisa Mercadológica objetivando o grau de competitividade preconizado pela Administração Pública e a aferição do real valor de mercado, visando a aquisição de cavaletes flip-chart e outros utensílios de escritório.

As especificações serão disponibilizadas aos interessados através do email [usag.seharpe@gmail.com](mailto:usag.seharpe@gmail.com), ou presencialmente, na Unidade Setorial de Administração Geral - USAG, localizado na Rua Princesa Isabel, nº 799, Cidade Alta, Natal/RN.

A presente pesquisa tem o prazo máximo estabelecido de 03 (três) dias corridos, a contar da data de publicação.

Natal, 23 de Julho de 2025

## SECRETARIA MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL, DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## \*PORTARIA Nº06/2025\* – DAF/SEMIDH, DE 23 DE JULHO DE 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL, DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,

No uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.1º – Designar os servidores THIAGO BARRETO RAMOS TINOCO E RAFAEL BARBOSA DE ARQUINO LOPES, como GESTOR e FISCAL do CONTRATO Nº 07/2024, respectivamente, no processo nº 20240538147 para tratar da aquisição de material permanente, especificamente ar-condicionado 32000 BTUs.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRE-SE.

Natal/RN, 22 de Julho de 2025.

LUCIANA DANTAS DA COSTA OLIVEIRA

SEMIDH/NATAL

\*Replicar por Incorreção, publicada no DOM de 06 de junho de 2025

## \*PORTARIA Nº07/2025\* – DAF/SEMIDH, DE 23 DE JULHO DE 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL, DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,

No uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.1º – Designar os servidores THIAGO BARRETO RAMOS TINOCO E RAFAEL BARBOSA DE ARQUINO LOPES, como GESTOR e FISCAL do CONTRATO Nº 08/2024, respectivamente, no processo nº 20240538147 para tratar da aquisição de material permanente especificamente

ar-condicionado split 18000 BTUs e ar-condicionado split 36000 BTUs e contratação de serviço de instalação de ar-condicionados de 18000 BTUs, 32000 BTUs e 36000 BTUs.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRE-SE.

Natal/RN, 22 de Julho de 2025.

LUCIANA DANTAS DA COSTA OLIVEIRA

SEMIDH/NATAL

\*Republishar por Incorreção, publicada no DOM de 10 de junho de 2025

#### PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA Nº 025/2025

Processo nº: PGM-20250534056

Unidade Gestora: Fundo de Desenvolvimento e Reestruturação da PGM/Natal

CNPJ: 24.720.199/0001-90

ENDEREÇO: Rua Princesa Isabel, 799 – Cidade Alta – Natal/ RN

CEP: 59025-400 – Telefone: (84) 3232-8875

Contratado(A): M DE L M BEZERRA COMERCIO – CNPJ: 49.695.571/0001-87

Objeto: Aquisição de bens permanentes para apoio funcional e adequação de ambientes institucionais da Procuradoria-Geral do Município de Natal.

Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021, no seu artigo 75, inciso II - Dispensa de Licitação

VALOR: R\$ 3.020,00 (três mil e vinte reais)

Assinaturas:

Samanta Maia de Lima Melo-Chefe do Setor de Adm. Geral, Licitações e Contratos

Celina Maria Lins Lobo-Procuradora-Geral do Município

Natal, 23 de julho de 2025.

EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA Nº 026/2025

Processo nº: PGM-20250534056

Unidade Gestora: Fundo de Desenvolvimento e Reestruturação da PGM/Natal

CNPJ: 24.720.199/0001-90

ENDEREÇO: Rua Princesa Isabel, 799 – Cidade Alta – Natal/ RN

CEP: 59025-400 – Telefone: (84) 3232-8875

Contratado(A): ADM TECNOLOGIA, PESQUISAS, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 57.787.873/0001-03

Objeto: Aquisição de bens permanentes para apoio funcional e adequação de ambientes institucionais da Procuradoria-Geral do Município de Natal.

Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021, no seu artigo 75, inciso II - Dispensa de Licitação

VALOR: R\$ 1.494,00 (mil e quatrocentos e noventa e quatro reais)

Assinaturas:

Samanta Maia de Lima Melo-Chefe do Setor de Adm. Geral, Licitações e Contratos

Celina Maria Lins Lobo-Procuradora-Geral do Município

Natal, 23 de julho de 2025.

EXTRATO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 028/2025

PROCESSO N.º 20250534056

CONTRATANTE: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DA PGM/NATAL

CONTRATADA: M DE L M BEZERRA COMERCIO

OBJETO: Aquisição de bens permanentes para apoio funcional e adequação de ambientes institucionais da Procuradoria-Geral do Município de Natal RN (PGM).

VALOR: R\$ 3.020,00 (três mil e vinte reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Atividade 03.124.162.1-125 – REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PGM

Elemento de Despesa:

3.4490-30 – MATERIAL CONSUMO

3.4490-52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte 117991101 – Anexo IV

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Natal, 23 de julho de 2025.

Assinatura:

Celina Maria Lins Lobo

Procuradora-Geral do Município

EXTRATO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 029/2025

PROCESSO N.º 20250534056

CONTRATANTE: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DA PGM/NATAL

CONTRATADA: ADM TECNOLOGIA, PESQUISAS, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de bens permanentes para apoio funcional e adequação de ambientes institucionais da Procuradoria-Geral do Município de Natal RN (PGM).

VALOR: R\$ 1.494,00 (mil e quatrocentos e noventa e quatro reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Atividade 03.124.162.1-125 – REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PGM

Elemento de Despesa 3.4490-52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte 117991101 – Anexo IV

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Natal, 23 de julho de 2025.

Assinatura:

Celina Maria Lins Lobo-Procuradora-Geral do Município

#### FUNDAÇÃO CULTURAL CAPITANIA DAS ARTES

PORTARIA Nº 295/2025 – GP/FUNCARTE DE 23 DE JULHO DE 2025.

A Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes - FUNCARTE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 43 da Lei complementar nº. 141, de 28 de agosto de 2014, RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor(a) MATHEUS FELIPE MARTINS FEITOSA, de Matrícula 73.523-0, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 179/2025, firmado entre a FUNDAÇÃO CULTURAL CAPITANIA DAS ARTES - FUNCARTE e a empresa : LL VILAS EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.673.878/0001-44, referente ao processo administrativo nº Funcarte-20250988855.

Art. 2º – Designar a servidor(a) NIZIA MARIA KLOSOUSKI DE ALMEIDA, de Matrícula 728.94-2, para atuar como Gestora do Contrato Administrativo nº 179/2025, firmado entre a FUNDAÇÃO CULTURAL CAPITANIA DAS ARTES - FUNCARTE e a empresa LL VILAS EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.673.878/0001-44, referente ao processo administrativo nº Funcarte-20250988855.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroagindo a data da assinatura do contrato.

Natal-RN, 23 de julho de 2025.

IRACY GOIS DE AZEVEDO

Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes – FUNCARTE

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

É dispensada licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no Art.75, inciso I ( ) II ( X ) III ( ) IV ( ) da Lei 14.133/2021 com alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

Nº do processo: Funcarte-20250881333

Contratante: FUNDAÇÃO CAPITANIA DAS ARTES - FUNCARTE

Contratado: MINERACAO CUNHA COMERCIO LTDA;

Objeto: Empresa especializada em contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral em caixas com 48 copos de 200 ml para atender as demandas necessárias aos eventos promovidos pela PMN, através da FUNCARTE.

Classificação da Despesa: Projeto/Atividade 13.392.0149-2067 APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS E OS FESTEJOS POPULARES DO MUNICIPIO DE NATAL; Elemento de Despesa: 333.90.30;

Valor: R\$ 50.250,00 (cinquenta mil, duzentos e cinquenta reais)

Natal/RN, 21 de julho de 2025.

Reconhecimento: Eliogevison Fidelis de Lima - Chefe da Unidade Setorial de Administração – FUNCARTE - Patrimônio - FUNCARTE

Ratificação: IRACY GOIS DE AZEVEDO - Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes – FUNCARTE.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 164/2025

Nº do processo: Funcarte-20250881333

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL CAPITANIA DAS ARTES

Contratado: MINERACAO CUNHA COMERCIO LTDA;

Objeto: Empresa especializada em contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral em caixas com 48 copos de 200 ml para atender as demandas necessárias aos eventos promovidos pela PMN, através da FUNCARTE

Classificação da Despesa: Projeto/Atividade 13.392.0149-2067 APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS E OS FESTEJOS POPULARES DO MUNICIPIO DE NATAL; Elemento de Despesa: 333.90.30; Fonte: 15000000.

Valor: R\$ 50.250,00 (cinquenta mil, duzentos e cinquenta reais)

Vigência: será da data de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação no diário oficial do Município, até 31 de Dezembro de 2025

Assinaturas:

IRACY GOIS DE AZEVEDO - FUNCARTE

MINERACAO CUNHA COMERCIO LTDA;

EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2025

Nº do processo: Funcarte-20250988855

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL CAPITANIA DAS ARTES

Contratado: LL VILAS EVENTOS LTDA

Objeto: contratação da empresa LL VILAS EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.673.878/0001-44, referente apresentação musical de Camila Barros e banda, no evento Adore Comigo Music Festival, que acontecerá na Praça Cívica do Anfiteatro da UFRN, Lagoa Nova, Natal/RN, no dia 02 de agosto do corrente ano, com duração de até 02 (duas) horas e horário a definir. Recursos oriundos de emenda impositiva destinada por Milklei Leite.

Classificação da Despesa: Projeto/Atividade 13.392.0149-2067 APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS E OSFESTEJOS POPULARES DO MUNICIPIO DE NATAL; Elemento de Despesa 333.90.39; Fonte: 15000000;

Valor: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Vigência: será até 30 de setembro de 2025 e iniciará a partir da data da assinatura desse instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

Assinaturas:

IRACY GOIS DE AZEVEDO - FUNCARTE

LL VILAS EVENTOS LTDA

#### TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente Justificada, com fundamento no Art.74, Inciso II, da Lei 14.133/21. E em conformidade com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do mesmo diploma legal.

Nº do Processo: Funcarte-20250988855

Nome do Credor: LL VILAS EVENTOS LTDA CNPJ/CPF: 27.673.878/0001-44

Classificação Orçamentária: Projeto/Atividade 13.392.0149-2067 APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS E OSFESTEJOS POPULARES DO MUNICIPIO DE NATAL; Elemento de Despesa 333.90.39; Fonte: 15000000;



Valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Objeto: contratação da empresa LL VILAS EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.673.878/0001-44, referente apresentação musical de Camila Barros e banda, no evento Adore Comigo Music Festival, que acontecerá na Praça Cívica do Anfiteatro da UFRN, Lagoa Nova, Natal/RN, no dia 02 de agosto do corrente ano, com duração de até 02 (duas) horas e horário a definir. Recursos oriundos de emenda impositiva destinada por Milklei Leite.

Natal/RN, 23 de julho de 2025.

Reconhecimento: DANIELLE CRISTINA VASCONCELOS DE BRITO - Diretora do Departamento de Programas Projetos e Eventos - FUNCARTE

Ratificação: IRACY GOIS DE AZEVEDO – Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes – FUNCARTE

#### INSTITUTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 006/2025

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON/NATAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.869.559/0001-03, com sede a Rua Ulisses Caldas, nº 181, Cidade Alta, na cidade do Natal/RN, CEP: 59.025-090, neste ato representado pela Diretora Geral, a Sra. DINA EMMANUELLE PÉREZ MEDEIROS, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que pretende realizar coleta de propostas e lances para Dispensa Eletrônica nº 06/2025, Processo Administrativo eletrônico nº – 20251061549, do tipo menor preço, que tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, para atender as necessidades do INSTITUTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON/NATAL.

Informamos que o Termo de Referência estará disponível no site: <https://compras.natal.rn.gov.br>.

O recebimento de propostas ocorrerá de forma eletrônica entre os dias 24/07/2025 e 29/07/2025. Data fim de recebimento de propostas: 29/07/2025 às 07:59 (horário de Brasília) e a etapa de lances ocorrerá no dia 29/07/2025 no período que compreende das 08:00hs às 14:00hs no site Portal de Compras Pública (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/instituto-municipal-de-protacao-e-defesa-do-consumidor-de-natal-procon-3735/de-03-2025-2025-387307>).

Eventuais dúvidas poderão ser solicitadas ao Setor Administrativo e Financeiro – SAF/PROCON/NATAL, localizada na Rua Ulisses Caldas, 181 – Cidade Alta – NATAL/ RN – CEP: 59025-090, e/ou e-mail [safproconnatal@gmail.com](mailto:safproconnatal@gmail.com).

#### COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL

PESQUISA MERCADOLÓGICA – 1ª Chamada

PROCESSO:20251037257

A COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS – URBANA, através da Gerência Administrativa, no uso de suas atribuições legais e em observância aos dispositivos da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como aos princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, disciplinados no art. 37 da Constituição Federal e, ainda, considerando a necessidade legal de realização de ampla pesquisa mercadológica para fins de parâmetro de preço com a realidade do mercado atual, nos termos do Decreto n.º 11.247/2017, TORNA PÚBLICA a realização da pesquisa mercadológica para contratação de empresa de consultoria e assessoria nas áreas Contábil e financeira com sistemas informatizados de contabilidade e processamento de movimentação financeiro.

A Pesquisa tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação, e a documentação deverá ser entregue nesta Companhia, localizada na Rua Drº Mário Negócio, nº 2389, Quintas - Natal/RN CEP 59.040-000, ou encaminhada para o e-mail [andrade@natal.rn.gov.br](mailto:andrade@natal.rn.gov.br). Maiores informações através do telefone (84) 3646-2820, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h.

Natal/RN, 23 de julho de 2025.

Vinicius Oliveira de Andrade-Gerente Administrativo

PESQUISA MERCADOLÓGICA – 1ª Chamada

PROCESSO:20250956708

A COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS – URBANA, através da Gerência Administrativa, no uso de suas atribuições legais e em observância aos dispositivos da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como aos princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, disciplinados no art. 37 da Constituição Federal e, ainda, considerando a necessidade legal de realização de ampla pesquisa mercadológica para fins de parâmetro de preço com a realidade do mercado atual, nos termos do Decreto n.º 11.247/2017, TORNA PÚBLICA a realização da pesquisa mercadológica para locação de equipamentos de informática novos e sem uso, conforme abaixo descrito.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
01	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL CORE I3 DE 14 GERAÇÃO (SIMILAR OU SUPERIOR). MEMÓRIA DDR5 8GB (2 X 4GB OU 1 X 8GB). DISCO RÍGIDO DE NO MÍNIMO 515GB COM PADRÃO SSD. PLACA MÃE COM NO MÍNIMO 6 PORTAS USB TRASEIRAS, COM PELO MENOS 2 PORTAS USB 3.2, ENTRADA GLOBAL PARA HEADSET, PORTA HDMI, PORTA VGA, PORTA ETHERNET RJ45 DE 1GBIT/S, CONEXÃO DE REDE SEM FIO (WLAN), CONEXÃO BLUETOOTH 5.4. ACOMPANHADO DE TECLADO USB (PADRÃO ABNT II) E MOUSE USB (COM FIOS). SISTEMA OPERACIONAL EMBUTIDO MICROSOFT WINDOWS 11, VERSÃO PROFISSIONAL OU SUPERIOR E SOFTWARE DE ESCRITÓRIO CONTENDO EDITOR DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES DE SLIDES DO MESMO FABRICANTE DO SISTEMA OPERACIONAL.	95
02	MONITOR FULL HD (1920 x 1080) DE 20" OU SUPERIOR, COM AJUSTE E REGULAGEM DE ALTURA, INCLINAÇÃO E GIRO DE TELA EM 90º, COM PELO MENOS UMA ENTRADA HDMI E UMA ENTRADA VGA, COM TODOS OS CABOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO.	103

03	NOBREAK MICROPROCESSADO COM ESTABILIZADOR INTERNO. FILTRO DE LINHA INTERNO. SUPORTE A RECARGA DE BATERIAS MESMO COM NÍVEIS MUITO BAIXOS DE CARGA. RECARGA AUTOMÁTICA DAS BATERIAS. INVERSOR SINCRONIZADO COM A REDE ELÉTRICA. PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO ENTRE FASE E NEUTRO. PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E CURTO CIRCUITO (INVERSOR). ALARME AUDIOVISUAL INTERMITENTE PARA QUEDA DE REDE ELÉTRICA (MODO BATERIA) E O FINAL DE TEMPO DE AUTONOMIA. CIRCUITO DESMAGNETIZADOR. CHAVE LIGA/DESLIGA EMBUTIDA PARA EVITAR DESLIGAMENTO ACIDENTAL. POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,2 KVA. AUTONOMIA MÍNIMA DE 20 MINUTOS, COM BATERIA SELADA. TENSÃO DE ENTRADA DE 110/220 VOLTS (BIVOLT AUTOMÁTICO). TENSÃO DE SAÍDA DE 110 VOLTS, COM NO MÍNIMO 4 TOMADAS TRIPOLARES ESTABILIZADAS. VARIAÇÃO DE REDE ADMISSÍVEL NA ENTRADA DE 15% PARA MAIS OU PARA MENOS.	100
04	NOBREAK MICROPROCESSADO PADRÃO RACK COM ESTABILIZADOR INTERNO. FILTRO DE LINHA INTERNO. SUPORTE A RECARGA DE BATERIAS MESMO COM NÍVEIS MUITO BAIXOS DE CARGA. RECARGA AUTOMÁTICA DAS BATERIAS. INVERSOR SINCRONIZADO COM A REDE ELÉTRICA. PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO ENTRE FASE E NEUTRO. PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E CURTO CIRCUITO (INVERSOR). SINCRONIZADO COM A REDE ELÉTRICA. PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO ENTRE FASE E NEUTRO. PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E CURTO CIRCUITO (INVERSOR), VARIAÇÃO DE FREQUÊNCIA, SUBTENSÃO, SOBRETENSÃO, DESCARGA DE BATERIAS, SOBREQUECIMENTO. ALARME AUDIOVISUAL INTERMITENTE PARA QUEDA DE REDE ELÉTRICA (MODO BATERIA) E O FINAL DE TEMPO DE AUTONOMIA. CIRCUITO DESMAGNETIZADOR. CHAVE LIGA/DESLIGA EMBUTIDA PARA EVITAR DESLIGAMENTO ACIDENTAL. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3KVA. PLACA DE REDE RJ45 PARA GERENCIAMENTO COM BATERIA SELADA. TENSÃO DE ENTRADA DE 110/220 VOLTS (BIVOLT AUTOMÁTICO). TENSÃO DE SAÍDA DE 220 VOLTS, COM NO MÍNIMO 4 TOMADAS TRIPOLARES ESTABILIZADAS. VARIAÇÃO DE REDE ADMISSÍVEL NA ENTRADA DE 15% PARA MAIS OU PARA MENOS.	1
05	COMPUTADOR SERVIDOR COM PROCESSADOR DE NÚCLEO QUÁDRUPLO. MEMÓRIA RAM COM NO MÍNIMO 16 GB, COM CAPACIDADE DE EXPANSÃO A NO MÍNIMO 32 GB. SUPORTE A TECNOLOGIA DE RAID 5. DISCOS RÍGIDOS PADRÃO SATA, COM HOT-SWAP. CAPACIDADE DE 2TB POR DISCO EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA INTEGRAR O RAID 5. UNIDADE DE GRAVADOR DE DVD DUAL LAYER. CONTROLADORA DE VÍDEO ON BOARD COM MEMÓRIA NÃO INFERIOR A 64 MB. MONITOR DE LCD 19". PLACA DE REDE GIGABIT ETHERNET COM MÍNIMO DE 4 INTERFACE RJ-45. TECLADO DE NO MÍNIMO 104 TECLAS PADRÃO ABNT II. MOUSE ÓPTICO USB COM MOUSE PAD ANTIDERRAPANTE. MÍNIMO DE 6 PORTAS USB, SENDO 2 NA PARTE FRONTAL DO GABINETE. FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM VENTILADORES REDUNDANTES JÁ INSTALADOS, HOT-SWAP E POTÊNCIA DEVIDAMENTE DIMENSIONADA PARA SUPRIR TODOS OS PERIFÉRICOS, COM TENSÃO DE ENTRADA 110/220 V COM CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO. SOFTWARE MS-WINDOWS SERVER 2008 R2 OU SUPERIOR, EM IDIOMA PORTUGUÊS – BRASIL, COM LICENÇA AUTORIZADA PARA NO MÍNIMO 150 USUÁRIOS. DEVE ESTAR INCLuíDO LICENÇA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO, INCLUINDO PROGRAMAS E GUIAS DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO NECESSÁRIAS À SUA ATIVAÇÃO. TODOS OS DISPOSITIVOS DEVERÃO VIR INSTALADOS PARA TESTE DE FUNCIONAMENTO NO ATO DA ENTREGA. O EQUIPAMENTO DEVE ESTAR ADEQUADO PARA SER INSTALADO EM RACK.	2
06	RACK PISO PADRÃO 19" PERFURADO. ALTURA MÍNIMA DE 40U E PROFUNDIDADE NÃO INFERIOR A 600MM. PORTA FRONTAL EMBUTIDA COM ARMAÇÃO EM AÇO DE 1,5MM DE ESPESURA, COM VISOR EM ACRÍLICO FUMÊ DE 2,0MM DE ESPESURA, COM FECHADURA ESCAMOTEÁVEL. 04 PÉS NIVELADORES, CONFECCIONADO EM AÇO, COM BITOLA MÍNIMA DE 8MM. LATERAIS E FUNDOS REMOVÍVEIS COM 0,75MM DE ESPESURA COM ALETAS DE VENTILAÇÃO E FECHO RÁPIDO. TETO COM ABERTURA PARA NO MÍNIMO 2 VENTILADORES. KIT DE 1º E 2º PLANO MÓVEL 1,5MM DE ESP. COM Furos 9X9MM PARA PORCA GAIOLA. DEVE ACOMPANHAR GUIA DE ARGOLAS SOLDADAS INTERNAMENTE NAS COLUNAS TRASEIRAS PARA ACOMODAÇÃO DE CABOS. DEVE POSSUIR BASE DE 1,9MM DE ESP. COM ABERTURA NA PARTE TRASEIRA PARA PASSAGEM DE CABOS. KIT VENTILAÇÃO FORÇADA PARA TETO COM NO MÍNIMO DE 02 VENTILADORES. PORTA EM VIDRO TEMPERADO.	1
07	IMPRESSORA TÉRMICA COM VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 250 MM/S PARA MODO TEXTO E GRÁFICO. VELOCIDADE DE AVANÇO DE PAPEL DE NO MÍNIMO 59 LPS. Nº DE CARACTERES POR LINHA MÍNIMO DE 24, 32, 48, 64 OU 21, 28, 42, 56. VIDA ÚTIL DA GUILHOTINA MÍNIMO DE 2 MILHÕES DE CORTES. INTERFACE DE COMUNICAÇÃO USB. ALIMENTAÇÃO DE 100 A 240 VAC (EXTERNA). TABELA DE CARACTERES: CODE 437, CODE 850, CODE 858, CODE 860, CODE 862, CODE 864, CODE 866. MÉTODO DE IMPRESSÃO TÉRMICO. MODO DE IMPRESSÃO NORMAL, EXPANDIDO NA HORIZONTAL OU VERTICAL, EXPANDIDO NA VERTICAL E HORIZONTAL, ENFATIZADO, ITALICO, INVERTIDO, NEGRO, SUBLINHADO E GRÁFICO. COMPATÍVEL COM WINDOWS XP OU SUPERIOR, COM O DRIVER INCLUSO. DRIVER DE SPOOLER. APRESENTAR SENSORES DE FIM DE PAPEL, PRÓXIMO DO FIM DE PAPEL, TAMPA ABERTA E DE TEMPERATURA DA CABEÇA DE IMPRESSÃO. VIDA ÚTIL DO MECANISMO DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 200 KM. DIMENSÕES DO PAPEL EM LARGURA DE 58 A 82,5 MM. DIÂMETRO EXTERNO DE 102 MM (MÁXIMO) E DE ESPESURA DE 56 A 107 MM.	3
08	SWITCH GERENCIÁVEL DE 24 PORTAS GIGABIT E 4 SFP+. GERÊNCIA POR INTERFACE DE LINHA DE COMANDO, NAVEGADOR WEB, SNMP MANAGER E IEEE 802.3 ETHERNET MIB. VOLTAGEM DE ENTRADA DE 110 220 VAC. ACOMPANHANDO DE PATCH PANEL COMPATÍVEL COM O PADRÃO ESTABELECIDOS NAS NORMAS PARA CAT.6 / CLASSE E. PAINEL FRONTAL EM PLÁSTICO COM PORTA ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO. POSSUIR BORDA DE REFORÇO PARA EVITAR EMPENAMENTO. FORNECIDO COM PARAUÇOS E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO. FORNECER VELCROS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CABOS. PERMITIR INSTALAÇÃO DIRETA EM RACKS DE 19". ATENDENDO A FCC PART 68.5 (EMI – INDUÇÃO ELETROMAGNÉTICA). FORNECIDO COM GUIA TRASEIRO PARA MELHOR ORGANIZAÇÃO DOS CABOS.	6
09	SWITCH GERENCIÁVEL DE 48 PORTAS GIGABIT E 4 SFP+. GERÊNCIA POR INTERFACE DE LINHA DE COMANDO, NAVEGADOR WEB, SNMP MANAGER E IEEE 802.3 ETHERNET MIB. VOLTAGEM DE ENTRADA DE 110 220 VAC. ACOMPANHANDO DE PATCH PANEL COMPATÍVEL COM O PADRÃO ESTABELECIDOS NAS NORMAS PARA CAT.6 / CLASSE E. PAINEL FRONTAL EM PLÁSTICO COM PORTA ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO. POSSUIR BORDA DE REFORÇO PARA EVITAR EMPENAMENTO. FORNECIDO COM PARAUÇOS E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO. FORNECER VELCROS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CABOS. PERMITIR INSTALAÇÃO DIRETA EM RACKS DE 19". ATENDENDO A FCC PART 68.5 (EMI – INDUÇÃO ELETROMAGNÉTICA). FORNECIDO COM GUIA TRASEIRO PARA MELHOR ORGANIZAÇÃO DOS CABOS.	4

10	ACCESS POINT WI-FI 6 MESH, COM INTERFACE DE GERENCIAMENTO WEB, INTERFACE DE REDE (1) PORTA RJ45 DE 2,5 GbE, PoE+, COM ADAPTADOR DE PoE 0,5a, 48V, MIMO 2,4GHz 2X2, 5GHz 4X4 E 6GHz 4X4, COM TAXA DE TRANSFERÊNCIAS DE 2,4GHz 573,5 Mbps, 5GHz 4,8Gbps E 6GHz 4,8 Gbps, KIT PARA MONTAGEM EM PAREDE E TETO, COM SUPORTE AOS PROTOCOLOS IEEE 802.11A, IEEE 802.11G, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3AF, IEEE 802.3U, IEEE 802.3. COM SUPORTE A GERENCIAMENTO POR INTERFACE DE LINHA DE COMANDO, TELNET, TELNET SEGURA, GERENCIAMENTO WEB VIA HTTP E HTTPS, SNMP, SEGURANÇA GERENCIÁVEL PERMITINDO O CONFIGURAR WPA™, WPA2™, 64/128-bit WEP. DEVE PERMITIR A DESATIVAÇÃO DE TRANSMISSÃO SSID, CONTROLE DE ACESSO A ENDEREÇOS MAC E PORTAL PARA CONTROLE DE ACESSO AO USUÁRIO. DEVE SUPOORTAR OS MODOS DE OPERAÇÕES EM ACCESS POINT, WDS COM AP, WDS/BRIDGE (SEM AP BROADCAST) E CLIENTE WIRELESS.	7
11	MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL COM PROCESSADOR INTEL CORE I5 DE 14 GERAÇÃO (SIMILAR OU SUPERIOR). MEMORIA DDR5 8GB (2 X 4GB OU 1 X 8GB). DISCO RÍGIDO DE NO MÍNIMO 515GB COM PADRÃO SSD. DEVE APRESENTAR SAÍDA PADRÃO HDMI. ADAPTADOR DE REDE WIRELESS IEEE 802.11 A/B/G/N. ADAPTADOR BLUETOOTH INTEGRADO. SOM INTEGRADO AO EQUIPAMENTO. INTERFACE DE SAÍDA PARA AUTO-FALANTE, FONE DE OUVIDO E MICROFONE. PLACA DE REDE PADRÃO FAZ ETHERNET 802.3 PCI, CONFIGURADA POR SOFTWARE E SAÍDA PADRÃO RJ-45 AUTO-SENSING 10/100/1000 MBPS. WEBCAM INTEGRADA. TECLADO NO PADRÃO ABNT II. PORTAS USB 3.0 E 2.0 EM QUANTIDADE NÃO INFERIOR A 4 PORTAS. FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT. SOFTWARE MS-WINDOWS 11 PROFESSIONAL OU SUPERIOR ACRESCIDO DE SOFTWARES DE EDIÇÃO DE TEXTO, PLANILHA E SLIDES DO MESMO FABRICANTE DO SISTEMA OPERACIONAL. MALA OU BOLSA ADEQUADA PARA TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO E MOUSE USB.	5
12	PROJETOR COM LÂMPADA DE PROJEÇÃO NÃO INFERIOR A 3.000 LÚMENS EM MODO NORMAL. RESOLUÇÃO NATIVA NÃO INFERIOR A 1024 X 768 PIXELS E RESOLUÇÃO MÁXIMA NÃO INFERIOR A 1600 X 1200 PIXELS. LÂMPADA DE NO MÍNIMO 225W AC. CONTRASTE NÃO INFERIOR A 2.000:1. TEMPO DE VIDA DA LÂMPADA DE NO MÍNIMO 3.000 HORAS EM MODO NORMAL. DISTÂNCIA DE PROJEÇÃO DEVE ESTAR ENTRE 1 E 12 METROS. REGULAGEM DE FOCO MANUAL. ALTO FALANTE EMBUTIDO DE NO MÍNIMO 7W. CONECTIVIDADE DE REDE LAN, VGA (COM NO MÍNIMO 2 ENTRADAS), HDMI E RCA, INTEGRADOS AO EQUIPAMENTO. CORREÇÃO DE TRAPÉZIO VERTICAL DE NO MÍNIMO 40 GRAUS PARA MAIS OU PARA MENOS. CORREÇÃO DA COR DA PAREDE PARA IMAGENS VÍVIDAS, MESMO SEM A UTILIZAÇÃO DE TELA.	2
13	SWITCH KVM 4P USB TEC/VD/MOUSE. DEVE PERMITIR ADMINISTRAR 4 COMPUTADORES INTERMITENTES. DEVE POSSUIR CONEXÃO USB PARA TECLADO E MOUSE E CONEXÃO VGA, PARA CADA UM DOS 4 COMPUTADORES. ALIMENTAÇÃO VIA PORTA USB. DEVE ACOMPANHAR 4 CABOS KVM.	2
14	HD EXTERNO 2TB COMPATÍVEL COM WINDOWS 10 OU SUPERIOR. INTERFACE DE COMUNICAÇÃO USB 3.0 E 2.0, COM TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE BARRAMENTO SERIAL (USB 3.0) DE ATÉ 5GB/S. DEVE ACOMPANHAR CABO USB E BOLSA PARA TRANSPORTE.	6
15	SCANNER DE MESA COLORIDO, COM SUPORTE ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO QUE SUPORTE DOCUMENTOS EM FORMATO DE A3, COM RESOLUÇÃO ÓTICA DE NO MÍNIMO 600 DPI. SUPORTE A CICLO DIÁRIO DE 2.000 DIGITALIZAÇÕES. COM ALIMENTADOR AUTOMÁTICO CONECTIVIDADE USB. PROFUNDIDADE DE CORES NÃO INFERIORES A 48 BITS INTERNA E 24 BITS EXTERNA. COMPATÍVEL COM WINDOWS 10 PROFESSIONAL OU SUPERIOR.	2
16	SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA COM CÂMERA E SISTEMA DE ÁUDIO COM RESOLUÇÃO DE 4K ULTRA HD, COM ÂNGULO DE VISÃO NÃO INFERIOR A 120 GRAUS, COM ZOOM ÓPTICO, ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO, COM CONEXÃO USB PLUG-AND-PLAY, COM MICROFONE INTEGRADO COM REDUÇÃO DE RUÍDO, COMPATÍVEL COM WINDOWS, MACOS, CHROMEOS E LINUX.	2

A Pesquisa tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação, e a documentação deverá ser entregue nesta Companhia, localizada na Rua Drº Mário Negócio, nº 2389, Quintas - Natal/RN CEP 59.040-000, ou encaminhada para o e-mail vinicius.andrade@natal.rn.gov.br. Maiores informações através do telefone (84) 3646-2820, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h.

Natal/RN, 23 de julho de 2025.

Vinicius Oliveira de Andrade-Gerente Administrativo

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

### RESOLUÇÃO Nº 04/2025 CMS-NATAL/RN

O plenário do Conselho Municipal de Saúde de Natal/RN, reunido na 1ª Reunião Ordinária de 2025, realizada em 16 de Janeiro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas e trinta minutos, através da ferramenta digital do Google Meet, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990; pela Emenda Constitucional de nº 29 e respectiva Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012; Lei 8.142/90, Lei 141/2012, na Lei Municipal de nº 4.007, de 22 de Julho de 1991 e em cumprimento às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata. Após um longo processo de análise do Relatório Anual de Gestão do Exercício 2023, (RAG/2023), para o qual solicitou documentos a Secretaria Municipal de Saúde-SMS/Natal-RN, analisamos extratos do Fundo Municipal de Saúde, tomando como base a CF 1988, a EC 29, a Lei Federal 8.142/90 e a Lei 141/2012, problemas identificados durante a análise dos RQDA, e as portarias do MS sobre a Política de Assistência Farmacêutica e acesso a medicamentos, Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Por unanimidade de votos.

1)Considerando as denúncias de desvio de medicamentos e insumos apresentadas por usuários(as) e profissionais de saúde, que não foram explicadas e esclarecidas a este colegiado;  
2)Considerando as denúncias de que as empresas atrasavam muito a entrega de medicamentos e quando entregavam o desespero da gestão era tão grande para levar os medicamentos para as UPAS e Hospital Municipal que dada as deficiências na estrutura de controle, somadas a urgência para abastecer as unidadessem situação desesperadora dado o enorme desabastecimento, não conseguiam conferir adequadamente a quantidade recebida e já distribuíam diretamente para as unidades;  
3)Considerando, o desabastecimento generalizado de medicamentos e insumos na rede da SMS, verificado nos três quadrimestres do exercício 2023, sem explicações ao CMS/Natal, acerca das causas: não tendo sido possível identificar se: o desabastecimento foi motivado

somente pela insuficiência de recursos, se foi provocado por problemas com fornecedores que não entregaram no prazo? Se o desabastecimento seria consequências dos atrasos no pagamento aos fornecedores? Se os fornecedores solicitaram aditivos? Se houve aditivos e em que percentual? Se em caso de descumprimento dos contratos, a SMS instaurou processo administrativo para apurar e requerer as providências cabíveis? Se face as denúncias de desvio na distribuição e dispensação de medicamentos foi instaurada alguma sindicância para apuração? Se houve fraude na entrega dos medicamentos por parte dos fornecedores dada a insuficiência da estrutura para recebimento quanto ao Sistema de Controle adotado pela SMS? E, em que medida cada problemática dessa influenciou na redução da capacidade de abastecimento de medicamentos e insumos na Rede da SMS/Natal;  
4)Considerando a generalizada falta de manutenção da estrutura das unidades, da rede da SMS, sem esclarecer as razões a este colegiado. Obras paralisadas, por exemplo: se por insuficiência de recursos? Se houve descumprimento de contratos por parte das empresas contratadas? Se a previsão orçamentária foi insuficiente, e/ou se houve atraso no pagamento dos fornecedores;  
5)Considerando as denúncias sobre a péssima qualidade das obras voltadas para recuperação e reforma da estrutura das unidades;  
6)Considerando que a SMS/Natal recebeu recursos federais para a implementação da política de saúde do trabalhador e da trabalhadora, mas a exemplo de exercícios anteriores, aplicou valor inferior ao recebido, mais uma vez, sem explicar em que utilizou os recursos que são exclusivos para ações em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Enquanto isso, em várias visitas ao CEREST/Natal, constatamos inúmeras dificuldades para seu funcionamento e atuação tanto em Natal/RN, quanto nos demais municípios da 7a. Região de Saúde do RN. Inclusive relatos de membros da equipe técnica do CEREST/Natal, de que tiravam dinheiro do próprio bolso para poder realizar ações elementares junto as unidades de saúde;  
7)Considerando a continuidade de inúmeras denúncias de clientelismo no acesso a consultas, leitos e exames especializados, formuladas por usuários, servidores e também por prestadores de serviços indicando a existência de interferência de ocupantes de cargos de gestão da SMS/Natal na ordem da fila de atendimento buscando priorizar seus indicados;  
8)Considerando o não fornecimento de explicações sobre a execução de emendas parlamentares;  
9)Considerando denúncias dos(das) usuários(as) de que não recebem esclarecimentos e explicações sobre as dificuldades de acesso a medicamentos, consultas, tempo de espera por exames e consultas. Ao contrário, em casos de reclamação a resposta tem sido chamar a guarda municipal, ameaçando de leva-lós para a delegacia, sendo prática comum na unidades básicas de saúde da rede;  
10)Considerando que a este colegiado, não foi enviado relatórios das auditorias realizadas na SMS/Natal, bem como dado o fato de que o CMS/Natal, não teve acesso aos contratos e empenhos.

Resolve:

Reprovar o Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN do exercício 2023 e requerer as providências cabíveis para apuração das irregularidades e a responsabilização. Natal/RN, 16 de Janeiro de 2025.

Ana Maria do Nascimento Evangelista

Presidente do CMS/Natal/RN

Homologo a Resolução nº 04/2025—CMS-Natal-RN, nos termos do parágrafo 2º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28/12/1990.

Dê-se Ciência e Publique-se.

Geraldo Souza Pinho Alves

Secretário Municipal de Saúde de Natal

### RESOLUÇÃO Nº 06/2025 – CMS/NATAL – RN

O plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do Natal reunido na 6ª Reunião Extraordinária de 2025, realizada em vinte e um de maio de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas e cinco minutos, através da ferramenta digital do Google Meet, no uso de suas atribuições conferidas pela CF 1988, EC 29, Lei 8.080/90, Lei 8.142/90, Lei 141/2012, Lei Municipal de nº 4.007 de 22 de julho de 1991, deliberou sobre o Plano Plurianual (PPA) SAÚDE - 2026-2029, que trata da Política de Saúde no âmbito do SUS municipal, sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Natal (SMS/Natal);

1)Considerando as informações e esclarecimentos feitos pelas diversas equipes da SMS/Natal durante a apresentação da Proposta de Plano Plurianual 2026-2206 na 5ª Reunião Extraordinária de 2025, realizada em 15/05/2025, bem como as sugestões recebidas dos diversos segmentos que compõem este colegiado;  
2)Considerando a avaliação da situação encontrada pela atual gestão acerca da realidade do SUS Municipal com base na análise do RQDA do 3º Quadrimestre 2024, realizada durante a 5ª. Reunião Extraordinária do CMS/Natal que avaliou os principais problemas a serem enfrentados nos próximos anos, servindo de subsídios para a formulação de propostas a curto, médio e longo prazo essenciais para pactuação de alterações consensuais na proposta de PPA2026/2029 apresentada pela SMS/Natal;  
3)Considerando as deliberações das conferências de saúde do município do Natal, especialmente a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Natal/RN e as conferências de temáticas específicas, dentre as quais destacam-se a IV Conferência de Saúde Mental, a 4ª Conferência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e a 5ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;  
4)Considerando as sugestões recebidas de entidades, movimentos social, sindical, e comunitário; de observatórios e grupos de estudos e pesquisas da área da saúde coletiva, saúde mental, saúde da trabalhadora e do trabalhador, saúde e seguridade social;  
5)Considerando o enfrentamento da extrema insuficiência de pessoal na SMS/Natal é condicionante essencial para a implementação das atividades/projetos constantes no PPA-SAÚDE/SMS-Natal 2026-2029, sobre as ações e serviços de saúde que exigem continuidade, acúmulo de experiência, vínculo e responsabilização das equipes de saúde, requerem dispor de servidores efetivos suficientes para assegurar a retaguarda, direção e domínio para garantir a qualidade da atenção mediante planejamento e o devido controle da qualidade de forma a evitar descontinuidades das ações e serviços que não podem

ficar expostos, vulneráveis e dependentes da renovação de contratos e outros problemas pertinentes a relação, público-privado;

6) Considerando a extrema insuficiência de servidores do quadro de pessoal efetivo da SMS/Natal, compromete a governança e a governabilidade da capacidade da SMS/Natal para formular, executar e avaliar a política de saúde, inclusive para a devida e necessária supervisão dos contratos, inclusive compromete a captação de recursos federais, sobretudo nas políticas que requerem equipes consistidas, requisito que constitui condição essencial para execução da maioria das atividades/projetos do PPA-SAÚDE/SMS-Natal 2026-2029. Portanto a recomposição e ampliação do quadro de servidores efetivos é fundamental para a garantia da atenção integral observando os princípios da administração pública. Impõe a necessidade e requer a inserir a atividade/projeto no PPA-PMN 2026-2029 voltado para a garantia da realização do concurso público para recompor e ampliar o quadro de pessoal efetivo da SMS/Natal.

RESOLVE:

1) Aprovar, por unanimidade dos votos, o Plano Plurianual do município do Natal- (PPA)

2026-2029, conforme redação constante no ANEXO I desta resolução;

2) Deliberar sobre a inclusão da SMS/Natal em Projeto /Atividade com título e objetivo voltado para a garantia da realização de concurso público para o provimento do quadro de pessoal efetivo no PPA/PMN -2026-2029 com o objetivo de recompor e ampliar o quadro de pessoal efetivo da SMS/Natal.

Natal/RN, 21 de Maio de 2025.

Ana Maria do Nascimento Evangelista

Presidente do CMS/Natal/RN

Homologo a Resolução nº 06/2025-CMS-Natal-RN, nos termos do parágrafo 2º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28/12/1990.

Dê-se Ciência e Publique-se.

Geraldo Souza Pinho Alves

Secretário Municipal de Saúde de Natal

**ANEXO I – RESOLUÇÃO CMS/NATAL Nº 06/2025**

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO		
Código:	1099	
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS	
Tipo:	PROJETO	
Título:	REFORMA DE PRÉDIO PARA OCUPAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
ODS(s) Vinculado(s):	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR	
Programa:	146 - MAIS SAÚDE	
Produto:	PRÉDIO REFORMADO	
Objetivo:	REALIZAR REFORMA DE PRÉDIO CEDIDO AO MUNICÍPIO PARA OCUPAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Abrangência:	MUNICÍPIO	
Origem:	PODER PÚBLICO	
METAS		
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	
*REFORMAR 1 PRÉDIO DO INSS PARA O NÍVEL CENTRAL DA SMS/NATAL	UNIDADE	

FONTES DE RECURSO		
Municipal	431.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>431.000,00</b>	

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO		
Código:	1232	
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS	
Tipo:	PROJETO	
Título:	CONSTRUÇÃO DA 2ª. ETAPA DO HOSPITAL MUNICIPAL	
ODS(s) Vinculado(s):	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR	
Programa:	146 - MAIS SAÚDE	
Produto:	HOSPITAL 100% CONSTRUÍDO	
Objetivo:	CONCLUIR A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL, VISANDO AMPLIAR A REDE HOSPITALAR E MELHORAR OS SERVIÇOS OFERTADOS À POPULAÇÃO.	
Abrangência:	MUNICÍPIO	
Origem:	PODER PÚBLICO	
METAS		
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	
*CONSTRUIR A SEGUNDA ETAPA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL	UNIDADE	

FONTES DE RECURSO		
Municipal	147.961.000,00	
Federal	13.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>147.974.000,00</b>	

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO		
<b>Código:</b>	2000	
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS	
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE	
<b>Título:</b>	FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA DO SUS MUNICIPAL	
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	



**Programa:** 146 - MAIS SAÚDE  
**Produto:** OUVIDORIA FORTALECIDA  
**Objetivo:** FORTALECER A OUVIDORIA DO SUS MUNICIPAL, COM A MELHORIA DA SUA INFRAESTRUTURA PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA DO SUS.  
**Abrangência:** MUNICÍPIO  
**Origem:** PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA DO SUS	PERCENTUAL
*ADQUIRIR UM SMARTPHONE PARA FACILITAR OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELOS FORMATOS DIGITAIS DA OUVIDORIA E PARA A DIVULGAÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS INFORMATIVOS	UNIDADE
*EXECUTAR 60 AÇÕES DO PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE, ABRANGENDO OS CINCO DISTRITOS SANITÁRIOS DO MUNICÍPIO	UNIDADE
*GARANTIR 100% DA PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS CIDADÃOS POR MEIO DO TRATAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES, ATRAVÉS DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E LEGISLAÇÕES DE GARANTIA QUANTO AO PRAZO DE RESPOSTAS	UNIDADE
*IMPLEMENTAR 100% DAS COORDENAÇÕES DE ACOMPANHAMENTO, ATENDIMENTO E ANÁLISE DE DADOS DISPOSTAS NA LEI ORDINÁRIA 6.019/2009	PERCENTUAL
*IMPLEMENTAR 100% DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA OUVIDORIA DO SUS	PERCENTUAL
*REALIZAR 100% DAS REFORMAS NECESSÁRIAS NA OUVIDORIA	PERCENTUAL
*REALIZAR 100% DE QUALIFICAÇÃO EM OUVIDORIA DO SUS, COM INTUITO DE PROPORCIONAR A INTERLOCUÇÃO ENTRE A GESTÃO, ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E PROTEÇÃO, E SERVIDORES PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DE PROCESSO DE TRABALHO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS, VISANDO A QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	246.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>246.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2002
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO À SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR DO SUS
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	POLÍTICA IMPLEMENTADA
<b>Objetivo:</b>	IMPLEMENTAR A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO À SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A) DO SUS POR MEIO DA REDUÇÃO DA SOBRECARGA, DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO DE AGRAVOS, VIGILÂNCIA, ASSISTÊNCIA, RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO, VISANDO A GARANTIA DA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR DO SUS E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO

Origem: PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADES DE SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR PERCENTUAL	PERCENTUAL
* GERENCIAR 4 PROGRAMAS DE SEGURANÇA DE RISCO- PGR, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE E SAÚDE OCUPACIONAL- PCMSO E LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO- LTCAT; ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO)	UNIDADE
* ASSEGURAR LOTAÇÃO DE 100% DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL COM SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAS EFETIVO CONFORME NECESSIDADE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR DO SUS MUNICIPAL.	PERCENTUAL
REALIZAR 01 CONCURSO PÚBLICO PARA REDUZIR A SOBRECARGA DAS(DOS) TRABALHADORAS(RES) DO SUS MUNICIPAL CONFORME DELIBERAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (9ª. CMS/Natal / IV CMGTES /5ª. CMSTT).	UNIDADE
REALIZAR 03 REUNIÕES QUADIMESTRAIS ORDINÁRIAS DA MESA DE NEGOCIAÇÃO SUS PARA PACTUAR ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DAS TRABALHADORAS(RES) DO SUS MUNICIPAL	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	246.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>246.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2003
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL EM ANÁLISES CLÍNICAS
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	REDE IMPLEMENTADA
<b>Objetivo:</b>	IMPLEMENTAR A REDE DE ASSISTÊNCIA LABORATORIAL POR MEIO DA AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANÁLISES CLÍNICAS DA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL PARA O FORTALECIMENTO DIAGNÓSTICO LABORATORIAL AOS MUNICÍPIOS DE NATAL
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADEQUAR A ESTRUTURA FÍSICA DOS 7 POSTOS DE COLETAS NA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE
ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA OS POSTOS DE COLETAS DA REDE PROPRIA DO SUS MUNICIPAL	UNIDADE
*AMPLIAR A REDE DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL EM ANÁLISES CLÍNICAS EM 100% DAS UNIDADES DA REDE PROPRIA DO SUS MUNICIPAL	PERCENTUAL

\*IMPLEMENTAR EM 100% NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE A  
ENTREGA DE RESULTADOS DE EXAMES LABORATORIAIS EM ANÁLISES CLÍNICAS PERCENTUAL

4

FONTES DE RECURSO	
Municipal	3.699.000,00
Federal	72.393.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>76.092.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2071
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAR A TELESSAÚDE NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE NATAL
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	TELESSAÚDE IMPLANTADA
<b>Objetivo:</b>	AMPLIAR O ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM NATAL POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA TELESSAÚDE, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DIGITAL DA REDE DE ATENÇÃO, OTIMIZANDO RECURSOS E GARANTINDO ATENDIMENTO ÁGIL E EFICIENTE À POPULAÇÃO NA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE SAÚDE DIGITAL	PERCENTUAL
*CAPACITAR 100% DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO NOS DIVERSOS NÍVEIS DE ATENÇÃO PARA OPERACIONALIZAR A OFERTA DE CUIDADOS INTEGRADOS (OCI) DA REDE PROPRIA DO SUS MUNICIPAL	PERCENTUAL
*IMPLANTAR 1 CENTRAL DE SAÚDE DIGITAL DA REDE SUS MUNICIPAL	UNIDADE
*IMPLANTAR 1 NÚCLEO DE GESTÃO DA REGULAÇÃO PARA OPERACIONALIZAR A OFERTA DE CUIDADOS INTEGRADOS (OCI)	UNIDADE
*IMPLANTAR 1 NÚCLEO DE GESTÃO DO CUIDADO E PARA OPERACIONALIZAR A OFERTA DE CUIDADOS INTEGRADOS (OCI)	UNIDADE
*IMPLEMENTAR 1 SERVIÇO DE TELESSAÚDE NO MUNICÍPIO PARA GARANTIR DIFERENTES ACESSOS À SAÚDE PARA CONSULTAS ESPECIALIZADAS E PARECERES PARA USUÁRIAS E USUÁRIOS ASSISTIDAS(OS) NA REDE PROPRIA DO SUS.	UNIDADE
FONTES DE RECURSO	
Municipal	18.495.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.495.000,00</b>



DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO		
Código:	2138	
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS	
Tipo:	ATIVIDADE	
Título:	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E DAS PESSOAS INTERSEXO (LGBTI)	
ODS(s) Vinculado(s):	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR	
Programa:	146 - MAIS SAÚDE	
Produto:	POLÍTICA IMPLEMENTADA	
Objetivo:	IMPLEMENTAR A POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E DAS PESSOAS INTERSEXO, VISANDO O COMBATE ÀS OPRESSÕES NOS SISTEMAS DE SAÚDE E A GARANTIA DO RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA	
Abrangência:	MUNICÍPIO	
Origem:	PODER PÚBLICO	
METAS		
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	
*AMPLIAR O AMBULATÓRIO TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	UNIDADE	
* AMPLIAR O CENTRO MUNICIPAL DE CIDADANIA LGBTQIAPN+	UNIDADE	
FONTES DE RECURSO		
Municipal	147.000,00	
TOTAL	147.000,00	

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO		
Código:	2145	
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS	
Tipo:	ATIVIDADE	
Título:	ESTRUTURAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
ODS(s) Vinculado(s):	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR	
Programa:	146 - MAIS SAÚDE	
Produto:	ATENÇÃO ESPECIALIZADA ESTRUTURADA E MANTIDA	
Objetivo:	FORTALECER A REDE PRÓPRIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DO SUS MUNICIPAL ATRAVÉS DA ESTRUTURAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS.	
Abrangência:	MUNICÍPIO	
Origem:	PODER PÚBLICO	
METAS		
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	
*ADQUIRIR 100% DO MOBILIÁRIO DA NOVA CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO DA ZONA NORTE	UNIDADE	
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DAS DUAS CENTRAIS DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (CME) DA ZONA NORTE E DO NOVO HOSPITAL MUNICIPAL	PERCENTUAL	
*CONSTRUIR 1 CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO NA ZONA NORTE	UNIDADE	
*REFORMAR A ESTRUTURA FÍSICA DA POLICLÍNICA NORTE	UNIDADE	

*CONSTRUIR 1 POLICLÍNICA NA ZONA LESTE	UNIDADE
CONSTRUIR, IMPLANTAR E IMPLEMENTAR 1 CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (CME) PARA ATENDER OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA ZONA NORTE	UNIDADE
*IMPLANTAR 1 CENTRO DE REFERÊNCIA EM PÉ DIABÉTICO NA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	36.991.000,00
Federal	19.828.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>56.819.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2171
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTELECIMENTO E AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DO TRANSPORTE SANITÁRIO DE NATAL E PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE ESPECIAL PORTA-A-PORTA (PRAE)
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	SERVIÇO FORTALECIDO
<b>Objetivo:</b>	FORTELECER O TRANSPORTE SANITÁRIO DE NATAL, POR MEIO DE ESTRUTURAÇÃO, AQUISIÇÃO E APARELHAMENTO DAS AMBULÂNCIAS, A FIM DE MELHORAR O DESLOCAMENTO PROGRAMADO DE PESSOAS PARA REALIZAR PROCEDIMENTOS DE CARÁTER ELETIVO, REGULADOS E AGENDADOS, SEM URGÊNCIA, EM SITUAÇÕES PREVISÍVEIS DE ATENÇÃO PROGRAMADA.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 2 UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO	UNIDADE
*ADQUIRIR 08 AMBULÂNCIAS BÁSICAS PARA TRANSPORTE SANITÁRIO	UNIDADE
*ADQUIRIR UM SOFTWARE DE REGULAÇÃO PARA GESTÃO DO TRANSPORTE SANITÁRIO	UNIDADE
*EQUIPAR 8 AMBULÂNCIAS DO TRANSPORTE SANITÁRIO	UNIDADE
AUMENTAR QUANTITATIVO DO QUADRO DE PESSOAL DAS EQUIPES TÉCNICA E DE CONDUTORES PARA ASSEGURAR 100% DO FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE SANITÁRIO BÁSICO E AVANÇADO..	PERCENTUAL
* ASSEGURAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PERMANENTE DE 100% DA FROTA DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE SANITÁRIO DA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	10.165.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.165.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2192
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	HOSPITAL MUNICIPAL 100 % IMPLANTADO E ESTRUTURADO
<b>Objetivo:</b>	IMPLEMENTAR E ESTRUTURAR TODA A REDE FÍSICA HOSPITALAR DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL, A PARTIR DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, PARA SUBSIDIAR E APERFEIÇOAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À POPULAÇÃO DE NATAL.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL MUNICIPAL	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA EM PÉ DIABÉTICO	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS MOBILIÁRIOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	PERCENTUAL
*ESTRUTURAR E IMPLANTAR 1 CENTRO DE IMAGEM	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	24.661.000,00
Federal	43.107.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>67.768.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2314
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	ESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
	11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	REDE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE ESTRUTURADA E MANTIDA
<b>Objetivo:</b>	FORTALECER A REDE FÍSICA DE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE, GARANTINDO SUA ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 1 PRÉDIO QUE COMPORTE A ATUAL CONFORMAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE COM OS SEUS RESPECTIVOS SETORES E NÚCLEOS	UNIDADE



\*CONCLUIR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES DA ZONA NORTE

UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	6.165.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.165.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2315
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTEALECIMENTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DO HOSPITAL DOS PESCADORES
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA MODERNIZADOS E MANTIDOS
<b>Objetivo:</b>	AMPLIAR E QUALIFICAR A OFERTA DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS NO HOSPITAL DOS PESCADORES, MEDIANTE AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VISANDO A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR E RENOVAR 100% DOS EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL DOS PESCADORES (INCLUINDO O PRONTO SOCORRO, A CLÍNICA MÉDICA, UTI, CENTRO CIRÚRGICO E DOS SERVIÇOS QUE FUNCIONAM NO ANEXO).	PERCENTUAL

AMPLIAR E REFORMAR O PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL DOS PESCADORES.

UNIDADE

CONSISTIR 100% DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO HOSPITAL DOS PESCADORES.

PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	739.000,00
Federal	277.847.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>278.586.000,00</b>

## DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO

<b>Código:</b>	2316
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	ESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA E FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	UNIDADES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS, AMPLIADAS ABASTECIDAS E MANTIDAS
<b>Objetivo:</b>	ASSEGURAR E REALIZAR ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E MANUTENÇÃO DA REDE PRÓPRIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE, INCLUINDO A CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, GARANTINDO UMA MAIOR AMPLITUDE NO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO CONFORME PRIORIDADES DEFINIDAS NAS DELIBERAÇÕES DA 9ª. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATAL.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

## METAS

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*CONSTRUIR NO MÍNIMO 5 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM EM LOCALIZAÇÃO DEFINIDAS NAS DELIBERAÇÕES DA 9ª. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE
*IMPLANTAR 3 POLOS DE ACADEMIAS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, DISTRIBUIDOS NOS DISTRITO NORTE II, DISTRITO LESTE E DISTRITO SUL	UNIDADE
*REALIZAR A MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO TETO DE 100% DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE
*REALIZAR A RECUPERAÇÃO FÍSICA DE 100% DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE/ REDE DE APS	UNIDADE
GARANTIR A MANUTENÇÃO DE 100% DAS UNIDADES DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA – USF E UBS DO SUS MUNICIPAL	PERCENTUAL
ABASTECER 100% DAS UNIDADES DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA – COM INSUMOS, MEDICAMENTOS E MATERIAL NECESSÁRIO	PERCENTUAL

UNIDADE

## FONTES DE RECURSO

Municipal	30.825.000,00
Federal	58.595.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>89.420.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2317
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO-INFANTIL
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	REDE MATERNO INFANTIL IMPLEMENTADA
<b>Objetivo:</b>	IMPLEMENTAR A REDE MATERNO INFANTIL POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO DAS MATERNIDADES MUNICIPAIS COM EFETIVA ACESSIBILIDADE, QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE CUIDADOS E DE NÚCLEOS DE SAÚDE COLETIVA, COM VISTAS AO FORTALECIMENTO DA REDE E GARANTIA DO ACESSO,ACOLHIMENTO E RESOLUTIVIDADE À POPULAÇÃO.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA

11

*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS DUAS MATERNIDADES DO MUNICÍPIO DE NATAL	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DO CENTRO ABRAÇAR	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA A MATERNIDADE DO NOVO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE NATAL	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS MOBILIÁRIOS PARA A MATERNIDADE DO NOVO HOSPITAL MUNICIPAL	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 10 CARROS DE URGÊNCIA PARA AS DUAS MATERNIDADES	UNIDADE
*ADQUIRIR 3 CARROS DE ANESTESIA COMPLETO PARA AS DUAS MATERNIDADES	UNIDADE
*ESTRUTURAR 2 ESPAÇOS ESPECÍFICOS PARA ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DE MÃES DE CRIANÇAS NATIMORTAS NAS DUAS MATERNIDADES	UNIDADE
*ESTRUTURAR ESPAÇOS ESPECÍFICOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 100% MATERNIDADES COM A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS LILÁS.	PERCENTUAL
*ESTRUTURAR 2 NOVOS BLOCOS CIRÚRGICOS COM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA CIRURGIAS GINECOLÓGICAS DA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL	UNIDADE
*IMPLANTAR 10 LEITOS DE UTI MATERNA CONTEMPLANDO 100% DAS MATERNIDADES DA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL	UNIDADE
*IMPLANTAR 10 LEITOS DE UTI NEONATAL 100% DAS MATERNIDADES DA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL	UNIDADE
*REALIZAR MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS DUAS MATERNIDADES	PERCENTUAL
*ADQUIRIR PARA RENOVAR 100% OS EQUIPAMENTOS DE 100% DAS MATERNIDADES DA SMS/NATAL	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	739.000,00
Federal	196.146.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>196.885.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2354
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTALECIMENTO DA REDE DE SAÚDE MENTAL
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL FORTALECIDA
<b>Objetivo:</b>	PROMOVER, CONSOLIDAR, O FORTALECERIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES, REFORMA, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAIS E DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS E UNIDADES DE ACOLOHIMENTO, AMPLIANDO O ACESSO E GARANTINDO A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS PRESTADOS, CONFORME DELIBERAÇÃO DA IV CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO
METAS	



DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*AMPLIAR EM 100% A REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS PSICOLÓGICO ÀS MÃES E PAIS DE AUTISTAS	PERCENTUAL
*CONSTRUÇÃO DE 02 CAPS III TRANSTORNO, SENDO: 01 ZONA NORTE E 01 E 01 NA ZONA SUL	UNIDADE
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CAPS II OESTE TRANSFORMANDO EM CAPS III OESTE.	UNIDADE
CONSTRUÇÃO DE 02 CAPS II AD, SENDO 01 NA ZONA NORTE 01 no DISTRITO LESTE	UNIDADE
*AMPLIAR EM 100% A REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS PSICOLÓGICO ÀS MÃES E PAIS DE AUTISTAS	PERCENTUAL
CONSTRUÇÃO DE 02 CECCO, SENDO 01 NA ZONA NORTE E 01 NA ZONA LESTE.	UNIDADE
* AMPLIAR OS CECCO PARA TODAS AS REGIÕES DA CIDADE INCLUSIVE NA MODALIDADE INTINERANTE	UNIDADE
* AMPLIAR PARA NO MINIMO 32 LEITOS DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE MENTAL EM HOSPIAIS GERAIS DA REDE PROPRIA DO SUS PARA MUNICÍPIOS DE NATAL	UNIDADE
* AMPLIAR PARA NO MINIMO 32 LEITOS DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE MENTAL EM HOSPIAIS GERAIS DA REDE PROPRIA DO SUS PARA MUNICÍPIOS DE NATAL	UNIDADE
* AMPLIAR OS CECCO PARA TODAS AS REGIÕES DA CIDADE INCLUSIVE NA MODALIDADE INTINERANTE	UNIDADE
CONTRATAR PROFISSIONAIS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO ESPECIALIZADO EM SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA CONSISTIR 100% DAS EQUIPES DA RAPS, INCLUINDO HOSPITAL MUNICIPAL, HOSPITAL DOS PESCADORES E AS UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA (UPAS E SAMU)	UNIDADE
	UNIDADE
*CONSTRUÇÃO DE 1 CAPS INFANTIL NA ZONA NORTE	
CONSTRUIR UNIDADE PRÓPRIA, ESTRUTURAR E AMPLIAR AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA NA REDE DE SAÚDE MENTAL LESTE	UNIDADE

*HABILITAR 100% DOS SERVIÇOS DA REDE DE SAÚDE MENTAL DO MUNICÍPIO DE NATAL	PERCENTUAL
CRIAR UM NÚCLEO DE ACOlhIMENTO PARA MELHOR MANEJO DOS EPISÓDIOS DE CRISE EM 100% DOS HOSPITAIS GERAIS DA REDE PRÓPRIA DO SUS MUNICIPAL.	PERCENTUAL
* IMPLANTAR E IMPLEMENTAR 03 NOVAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS, SENDO 01 NA ZONA NORTE, 01 NA ZONA OESTE E 01 NA ZONA LESTE.	UNIDADE
*CONSTRUÇÃO DE 1 CAPS INFANTIL NA ZONA NORTE	UNIDADE
IMPLANTAR AS EMULTIS COM PSICÓLOGOS, MÉDICOS PSIQUIATRAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTE EDUCADORES E OUTRAS CATEGORIAS QUE CONTRIBUAM NO CUIDADO INTEGRAL E TERRITORIAL DE PESSOAS COM SOFRIMENTO PSÍQUICO EM 100% DA RAPS POTENCIALIZANDO AS, ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM TERRITÓRIO.	PERCENTUAL
* FORMAR 100% DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM SAÚDE MENTAL PARA QUE SEJAM ATORES CORRESPONSÁVEIS PELO MAPEAMENTO DE CASOS E FOMENTO A ATIVIDADES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL NOS TERRITÓRIOS.	PERCENTUAL
*INSTITUIR E IMPLANTAR UNIDADES DE ACOlhIMENTO (UA) PARA ADULTOS COM NECESSIDADES DECORRENTES DO USO DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FAMILIAR E QUE DEMANDEM ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E PROTETIVO EM 100% DAS UBS E DAS UPAS.	PERCENTUAL
* REIMPLANTAR E RECONSTRUIR O MODELO DE CUIDADO DA UA PARA ADOLESCENTES COM PROBLEMAS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE. EM 100% DA REDE DE APS E UPAS	PERCENTUAL
*ASSEGURAR A LOTAÇÃO DE AGENTES REDUTORES DE DANOS (RD) E ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS (A T) PARA DAR SUPORTE E TRABALHAR EM ARTICULAÇÃO COM AS EQUIPES DE SAÚDE DA RAPS, PRINCIPALMENTE OS 100% DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS AD), CNR, CECCO E UA..	PERCENTUAL
* PRIORIZAR A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS PARA ATUAR NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL DA APS, DE MODO A GARANTIR A CONTINUIDADE DE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL.	PERCENTUAL
* LOTAR PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM 100% NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (SAMU E UPAS), A FIM DE GARANTIR A QUALIFICAÇÃO DAS ABORDAGENS EM SAÚDE MENTAL	PERCENTUAL
PACTUAR COM OS RESPECTIVOS ENTES FEDERATIVOS PARA ESTABELECEER CRITÉRIOS QUE GARANTAM A PRIORIDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS NOS CASOS GRAVES RELACIONADOS À SAÚDE MENTAL	UNIDADE

\* REATIVAR O FÓRUM MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SAÚDE MENTAL DE NATAL. INSTITUIR O FÓRUM DA REDE DE SAÚDE MENTAL PARA DISCUSSÃO DE CASOS E EDUCAÇÃO PERMANENTE COM PERIODICIDADE MENSAL/BIMENSAL.

UNIDADE

AMPLIAR, IMPLMENTAR E EFETIVAR 100% DAS PARCERIAS JUNTO ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARA INSERÇÃO DE ESTUDANTES NA REDE DE SAÚDE MENTAL A FIM DE AMPLIAR AS DISCUSSÕES, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, GARANTINDO CONTINUIDADE DESTAS RELAÇÕES FORMATIVAS. (PROGRAMAS DE ESTÁGIO, PET SAÚDE MENTAL, SACI/POTI E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA NA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

PERCENTUAL

FORTALECER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) ATRAVÉS DE ATIVIDADES PLANEJADAS DE FORMA CONJUNTA COM 100% DA RAPS E REDE DE APS, PRIORIZANDO 100% DAS ESF DE REFERÊNCIA.

PERCENTUAL

\* REATIVAR O FÓRUM MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SAÚDE MENTAL DE NATAL. INSTITUIR O FÓRUM DA REDE DE SAÚDE MENTAL PARA DISCUSSÃO DE CASOS E EDUCAÇÃO PERMANENTE COM PERIODICIDADE MENSAL/BIMENSAL.

UNIDADE

\*ASSEGURAR A LOTAÇÃO DE AGENTES REDUTORES DE DANOS (RD) E ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS (A T) PARA DAR SUPORTE E TRABALHAR EM ARTICULAÇÃO COM AS EQUIPES DE SAÚDE DA RAPS, PRINCIPALMENTE OS 100% DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS AD), CNR, CECCO E UA.

PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	493.000,00
Federal	41.256.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>41.749.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2394
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA SAÚDE BUCAL NA APS
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	REDE DE SAÚDE BUCAL MANTIDA E FORTALECIDA
<b>Objetivo:</b>	FORTALECER A REDE DE ATENÇÃO DE SAÚDE BUCAL E ASSEGURAR A MANUTENÇÃO PARA GARANTIR SERVIÇOS DE REFERÊNCIA NA ATENÇÃO BÁSICA A TODOS.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DE MATERIAIS PERMANENTES PARA OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE	PERCENTUAL

*ADQUIRIR 4 UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA (UOM)	UNIDADE
*ESTRUTURAR 100% AS UNIDADES ODONTOLÓGICAS MÓVEIS COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	PERCENTUAL
AMPLIAR / AUMENTAR CONSISTIR AS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL, ESPECIALMENTE 100% DA ESF	PERCENTUAL
AMPLIAR 100% DOS SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA HOSPITALAR NA REDE HOSPITALAR DO SUS MUNICIPAL INCLUIVE NO NOVO HOSPITAL MUNICIPAL	PERCENTUAL
GRANTIR 100% DA MANTUENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE UBS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	PERCENTUAL
GARANTIR 100% DOS INSUMOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL NAS UBS	PERCENTUAL
*OFERTAR 1 SERVIÇO DE PRÓTESES DENTÁRIAS NO SUS MUNICIPAL	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	12.331.000,00
Federal	26.029.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>38.360.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2396
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR



**ODS(s) Vinculado(s):** 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

**Programa:** 146 - MAIS SAÚDE**Produto:** AÇÕES IMPLEMENTADAS E FORTALECIDAS

**Objetivo:** AMPLIAR E IMPLEMENTAR AÇÕES PARA FORTALECER A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA, COM ÊNFASE NA VIGILÂNCIA, VISANDO A PROMOÇÃO, A PROTEÇÃO E A REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE DOS TRABALHADORES ACOMETIDOS POR DOENÇAS E/OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO

**Abrangência:** MUNICÍPIO**Origem:** PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO CEREST/NATAL	PERCENTUAL
*IMPLANTAR E IMPLEMENTAR O SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR VINCULADO AO DVS/SMS	PERCENTUAL
+PÚBLICAS CONTEMPLANDO EQUIPES MULTIRPROFISSIONAIS DA RENAST EM 100% DOS DISTRITOS SANITÁRIO, CEREST E DVS	UNIDADE
CAPACITAR PROFISSIONAIS LOTADOS NAS UNIDADES INTEGRANTES DA RENAST DO SUS MUNICIPAL EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM VIGILÂNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA MEDIANTE PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	246.000,00
Federal	1.925.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.171.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2411
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTALECIMENTO DO SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU NATAL
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	SERVIÇO FORTALECIDO
<b>Objetivo:</b>	FORTALECER E AMPLIAR O SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (SAMU) POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO DAS BASES DE APOIO, AQUISIÇÃO E APARELHAMENTO DAS AMBULÂNCIAS, A FIM DE EQUILIBRAR A DEMANDA DE URGÊNCIAS E A PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTO DE QUALIDADE À POPULAÇÃO
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO
METAS	

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 2 POSTOS MÉDICOS AVANÇADOS MÓVEIS DE MÚLTIPLAS VÍTIMAS PARA OS GRANDES EVENTOS DA CIDADE	UNIDADE
*ADQUIRIR 2 VEÍCULOS 4X4 PARA O ACESSO A ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO	UNIDADE
*ADQUIRIR 4 ULTRASSONOGRAFIA PARA AMBULÂNCIAS DE SUPORTE AVANÇADO DO SAMU	UNIDADE
*ADQUIRIR 4 VIDEOLARINGOSCOPIA NAS AMBULÂNCIAS DE SUPORTE AVANÇADO DE VIDA DO SAMU	UNIDADE

18

*ADQUIRIR 6 MOTOS PARA O SERVIÇO DE MOTOLÂNCIA	UNIDADE
*APARELHAR AS 11 AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO	UNIDADE
*APARELHAR AS 4 AMBULÂNCIAS DE SUPORTE AVANÇADO	UNIDADE
*CONSTRUIR 4 BASES DESCENTRALIZADAS DO SAMU EM ALVENARIA	UNIDADE
*CRIAR 1 CENTRAL DE REGULAÇÃO MUNICIPAL	UNIDADE
*RENOVAR FROTA DE AMBULÂNCIAS, SENDO 9 DE SUPORTE BÁSICO E 4 DE SUPORTE AVANÇADO	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	43.155.000,00
Federal	39.638.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>82.793.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2421
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTEALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA COM APOIO PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO NO ÂMBITO DO SUS
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA FORTALECIDA
<b>Objetivo:</b>	DISPONIBILIZAR AGENTES TERAPÊUTICOS, NA PERSPECTIVA DE ATENDER AS NECESSIDADES DE TRATAMENTO DOS USUÁRIOS, ALÉM DE PROMOVER O USO RACIONAL E QUALIFICAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SUS.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ABASTECER 100% DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	6.041.000,00
Estadual	8.601.000,00
Federal	27.962.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>42.604.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2436
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTEALECIMENTO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DO SUS
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	PLANEJAMENTO FORTALECIDO
<b>Objetivo:</b>	FORTELECER AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E OS PROCESSOS DE GESTÃO DO SUS, POR MEIO DA

19

QUALIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, DA ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA, DO USO DE EVIDÊNCIAS E DA INTEGRAÇÃO COM O ORÇAMENTO E A AVALIAÇÃO, VISANDO À MELHORIA DA EFICIÊNCIA E DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE.

**Abrangência:** MUNICÍPIO  
**Origem:** PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*IMPLEMENTAR 01 ESTRATÉGIA DE ÂMBITO REGIONALDE EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM FOCO NAS ÁREAS DE FRONTEIRA ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (RMN) EM CONJUNTO COM A SESAP/RN PARA A REALIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 2 OFICINAS PRESENCIAIS E A EXECUÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS	UNIDADE
*REALIZAR 1 LEVANTAMENTO DOS CARTÕES SUS E DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS EM CADA MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, COM A ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO ANALÍTICO PADRONIZADO, VISANDO IDENTIFICAR E PROPOR MEDIDAS DE REDUÇÃO DOS ATENDIMENTOS A PESSOAS RESIDENTES EM OUTROS MUNICÍPIOS EM AO MENOS 90% DAS UNIDADES DE SAÚDE COM MAIOR FLUXO IDENTIFICADO.	UNIDADE
*REALIZAR 3 REUNIÕES FORMAIS DA MESA DE NEGOCIAÇÃO SUS COM PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES POR SEGMENTO COM ACENTOS EM CADA CONSELHO DE SAÚDE DE FORMA A CONTEMPLAR, NO MÍNIMO, 70% DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (RMN)	UNIDADE
*REALIZAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS CIDADES DA RMN FUNCIONAL DE NATAL.	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	1.465.000,00
Federal	802.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.267.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2438
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE TRABALHO
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUALIFICADOS
<b>Objetivo:</b>	PROPICIAR A QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE TRABALHO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO E ABORDAGEM AMPLIADA NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA, COM ÊNFASE NA ATENÇÃO INTEGRAL, EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES AFINS, VISANDO FORTALECER A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO NATAL
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*CAPACITAR 100% DOS DIRETORES E ADMINISTRADORES DA PRIMÁRIA À SAÚDE NO CURSO PARA GESTORES DA ATENÇÃO	PERCENTUAL

## PRIMÁRIA À SAÚDE

*CAPACITAR 100% DOS PROFISSIONAIS NOS DIVERSOS NÍVEIS DE ATENÇÃO PARA RASTREAMENTO, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DAS LESÕES VASCULARES.	PERCENTUAL
*CRIAR E IMPLEMENTAR 1 PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM UNIDADE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	UNIDADE
*CRIAR E IMPLEMENTAR 1 PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	UNIDADE
*CRIAR O SISTEMA DE GERENCIAMENTO ENSINO-SERVIÇO (SIGES)	UNIDADE
*IMPLANTAR 1 CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA GESTORES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	UNIDADE
*REALIZAR 1 CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DO ABRAÇAR	UNIDADE
INSTTUIR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARA CRIAR E IMPLEMENTAR 01 CURSO STRICTU SENSU EM NÍVEL DE MESTRADO EM VIGIÂNCIA A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA EM PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARA CAPACITAR TRABALHADORES(AS) E GESTORES LOTADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE INTEGRANTES DA RENAST DO SUS	JUNIDADE

## FONTES DE RECURSO

Municipal	616.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>616.000,00</b>

## DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO

<b>Código:</b>	2439
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTELECIMENTO DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO FORTALECIDAS
<b>Objetivo:</b>	FORTELECER E AMPLIAR OS SERVIÇOS DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO POR MEIO DA MANUTENÇÃO, AQUISIÇÃO E QUALIFICAÇÃO, BEM COMO DA IMPLEMENTAÇÃO DE NÚCLEOS DE SAÚDE COLETIVA, A FIM DE CONTRIBUIR PARA A ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS (RUE) E QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

## METAS

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 20 CARROS DE URGÊNCIA PARA AS UPAS	UNIDADE
*REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE 100% DAS UPAS	PERCENTUAL



\*REFORMAR E AMPLIAR 100% DA UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPAS) DO SUS MUNICIPAL

PERCENTUAL

\*ADQUIRIR OS EQUIPAMENTOS DETERIORADOS PELO TEMPO DE USO EM 100% UPAS, GARANTINDO A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	46.853.000,00
Federal	89.846.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>136.699.000,00</b>

22

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO		
Código:	2441	
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS	
Tipo:	ATIVIDADE	
Título:	FORTELECIMENTO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO	
ODS(s) Vinculado(s):	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR	
Programa:	146 - MAIS SAÚDE	
Produto:	POLÍTICA DE REGULAÇÃO FORTALECIDA	
Objetivo:	FORTELECER A FUNÇÃO REGULATÓRIA E OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DO SUS EM TODOS OS NÍVEIS DE COMPLEXIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DE FORMA INTERLIGADA AO COMPLEXO REGULADOR, VISANDO ASSEGURAR AOS USUÁRIOS O ACESSO REGULADO AOS SERVIÇOS EFETIVANDO A TRANSPARÊNCIA QUANTO A POSIÇÃO NA FILA DISPONIBILIZANDO ACESSO À INFORMAÇÃO PARA AS(OS) USUÁRIAS(OS), GESTORES DE UNIDADES, TRABALHADORAS(RES) EM SAÚDE DO SUS MUNICIPAL E DEAS(DOS) CONSELHEIRAS(OS) DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
Abrangência:	MUNICÍPIO	
Origem:	PODER PÚBLICO	
METAS		
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	
*CAPACITAR 80% DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM AUDITORIA, FATURAMENTO, CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES), REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE E NO NÍVEL CENTRAL DA SMS	PERCENTUAL	
*ELABORAR 1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE AUDITORIA	UNIDADE	
*IMPLANTAR A PLATAFORMA INOVA SAÚDE, SISTEMA QUE PROMOVA A MELHORIA DOS PROCESSOS DE TRABALHO E DA OFERTA E ACESSO DOS SERVIÇOS À POPULAÇÃO COM MAIOR TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL, PERMITINDO AGENDAMENTO ON-LINE PARA CONSULTAS MÉDICAS/AMBULATORIAIS E EXAMES LABORATORIAIS, COM ABRANGÊNCIA EM TODA A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE	
*IMPLANTAR A POLÍTICA DE REGULAÇÃO EM 100% DAS UNIDADES DE SAÚDE DE NATAL	PERCENTUAL	
*AMPLIAR E QUALIFICAR A EQUIPE DE REGULAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE	
*REGULAR 80% DAS AUTORIZAÇÕES DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES (AIH) DOS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS CONVENIADOS AO SUS EM NATAL, IMPLANTADOS NO SISREG	PERCENTUAL	
*REGULAR 80% DAS AUTORIZAÇÕES DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES (AIH) DOS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS CONVENIADOS AO SUS EM NATAL, IMPLANTADOS NO SISREG	PERCENTUAL	
IMPLANTAR E IMPLMENTAR 01 APLICATIVO DIGITAL PARA ACESSO SOBRE A POSIÇÃO NA FILA DE ESPERA DISPONÍVEL PARA USUÁRIOS, TRABALHADORAS(RES), GESTORES DO SUS.MUNICIPAL E CONSELHEIRAS(OS) DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.	UNIDADE	

FONTES DE RECURSO	
Municipal	616.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>616.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2442
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTELECIMENTO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DO SUS
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE FORTALECIDA
<b>Objetivo:</b>	PROMOVER A MELHORIA DA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO DA REDE, GARANTINDO E AMPLIANDO O ACESSO AOS USUÁRIOS DO SUS
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO

24

Origem: PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA 100% DOS USUÁRIOS QUE REALIZARAM CIRURGIA BARIÁTRICA NO SUS	PERCENTUAL
*AMPLIAR O ATENDIMENTO NO HORÁRIO NOTURNO A PACIENTES DA REDE PÚBLICA DO SUS MUNICIPAL	UNIDADE
*IMPLANTAR E IMPLMENTAR 1 LINHA DE CUIDADO DE DIABETES E VASCULAR	UNIDADE
*IMPLANTAR E IMPLEMENTAR 1 PROGRAMA MUNICIPAL DE CUIDADOS PALIATIVOS	UNIDADE
*OFERTAR 1 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM DEFORMIDADE CONGÊNITA DE FISSURA LABIOPALATINA NA REDE PROPRIA DO SUS.	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	501.000,00
Estadual	46.716.000,00
Federal	1.693.149.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.740.366.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2444
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTELECIMENTO DA VIGILÂNCIA DE ZOOSE E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITAS POR VETORES
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	AÇÕES DE VIGILÂNCIA DE ZOOSE E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES FORTALECIDAS
<b>Objetivo:</b>	FORTELECER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, COM VISTAS A PREVENIR OS RISCOS DECORRENTES DO CONVÍVIO, NEM SEMPRE HARMÔNICOS ENTRE HUMANOS E ANIMAIS, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE ZOOSE E OUTRAS DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA

25

*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DOS ZOONOSSES	PERCENTUAL
ADQUIRIR 1 CARROCINHA PARA A UNIDADE DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES*ADQUIRIR 1 CARROCINHA PARA A UNIDADE DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES	UNIDADE
*ADQUIRIR 1 LINHA DE TELEFONE MÓVEL PARA O PLANTÃO DA UNIDADE DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES	UNIDADE
*CAPACITAR 100% DOS SERVIDORES DA UNIDADE DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES	PERCENTUAL
*CRIAR E IMPLEMENTAR 1 SALA DE SITUAÇÃO DE SAÚDE DA VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES	UNIDADE
*REALIZAR 1 CADASTRO DA POPULAÇÃO ANIMAL (CÃES E GATOS), PARA O CONTROLE E MONITORAMENTO DE RAIVA, LESHIMANIOSE E ESPOROTRICOSE	UNIDADE
*ASSEGURAR 100% DA EQUIPE MULTIROFISSIONAL NECESSÁRIA AO FUNCIONAMENTO DO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSSES COM SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO SUS	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	512.000,00
Federal	4.948.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.460.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2445
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	REDE IMPLEMENTADA
<b>Objetivo:</b>	IMPLEMENTAR A REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA, MEDIANTE A ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PARA A MELHORIA DO ACESSO, ACESSIBILIDADE E ACOLHIMENTO DOS PACIENTES.
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DE MOBILIÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE TRÊS CENTROS ESPECIALIZADOS EM REABILITAÇÃO	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE TRÊS CENTROS DE REABILITAÇÃO	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	18.495.000,00

Federal	37.067.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>55.562.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2447
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTELECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA OPERACIONALIZADAS
<b>Objetivo:</b>	PROTEGER E PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO COM AÇÕES CAPAZES DE ELIMINAR, DIMINUIR E PREVENIR OS

27

<b>Abrangência:</b>	RISCOS A SAÚDE, INTERVINDO, ASSIM, NOS PROBLEMAS SANITÁRIOS DECORRENTES DO MEIO AMBIENTE, DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE BENS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE À SAÚDE.
<b>Origem:</b>	MUNICÍPIO
	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% MOBILIÁRIOS PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	PERCENTUAL
*ADQUIRIR 1 LINHA DE TELEFONE MÓVEL PARA O PLANTÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	UNIDADE
*CAPACITAR 100% DOS SERVIDORES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA,	PERCENTUAL
*CRIAR 1 SISTEMA DE INFORMAÇÃO COM MÓDULOS CADASTRO, INSPEÇÃO, LICENCIAMENTO E DENÚNCIA JUNTO À SEMPLA E SEFIN	UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	9.864.000,00
Federal	2.877.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.741.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2448
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	FORTELECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO SUS
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	CONSELHO MUNICIPAL FORTALECIDO
<b>Objetivo:</b>	FORTELECER E QUALIFICAR AS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO SUS, MEDIANTE A MELHORIA DA ESTRUTURA DO CONSELHO DE SAÚDE E DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS CONSELHEIROS, PARA FOMENTAR A TOMADA DE DECISÃO E A FISCALIZAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE SAÚDE E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS
<b>Abrangência:</b>	
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 1 AUTOMÓVEL EXCLUSIVO PARA AS ATIVIDADES DO CMS, VISANDO ASSEGURAR TRANSPORTE E ESTRUTURA DE LOCOMOÇÃO PARA OS CONSELHEIROS EM SUAS ATIVIDADES	UNIDADE
*ASSEGURAR A REALIZAÇÃO DE 4 SEMINÁRIOS SOB A FORMA DE DEVOLUTIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE REALIZADAS	UNIDADE
*CRIAR UMA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE
*DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E CAPACITAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO SUS PARA 100% DOS	PERCENTUAL

28



## (AS) CONSELHEIROS (AS)

\*ESTRUTURAR AS CONDIÇÕES FÍSICAS, MATERIAIS E DE PESSOAL  
PARA GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DE 100% DA  
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

.PERCENTUAL

\*ADQUIRIR E SUBSTITUIR 100% DO MOBILIÁRIO PARA  
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE

\*ADQUIRIR 100%, DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA  
EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO E PARA VIABILIZAR AÇÕES  
DESCENTRALIZADAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

UNIDADE

\*ADQUIRIR 1 LINHA DE TELEFONE MÓVEL PARA O CONSELHO  
MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE

\* ASSEGURAR ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS PROPRIOS E  
CONECTIVIDADE PARA REUNIÕES E EVENTOS VIRTUAIS DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE

\*ESTRUTURAR UM AUDITÓRIO COM EQUIPAMENTOS E MOBILIA  
ADEQUADA COM 50 LUGARES PARA AS ATIVIDADES COLETIVAS  
COMO REUNIÕES PLENÁRIA, REUNIÕES DAS COMISSÕES E AÇÕES  
EDUCATIVAS REALIZADAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

UNIDADE

\*GARANTIR A REALIZAÇÃO DE 100% DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS  
DE SAÚDE CONVOCADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE,  
INCLUSIVE AS CONFERÊNCIAS DE TEMÁTICAS ESPECÍFICAS

PERCENTUAL

\* REIMPLANTAR A GRATIFICAÇÃO PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA  
EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME  
REGIMENTO DO CMS/NATAL

UNIDADE

\*LOTAR 02 SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO NA  
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA  
O DESEMPENHO DE SECRETÁRIO(A) EXECUTIVO ADJUNTO(A),  
CONFORME REGIMENTO DO CMS/NATAL

UNIDADE

## FONTES DE RECURSO

Municipal	616.000,00
-----------	------------

<b>TOTAL</b>	<b>616.000,00</b>
--------------	-------------------

## DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO

Código: 2449

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS

Tipo: ATIVIDADE

Título: IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS ISTS/AIDS E HEPATITES  
VIRAIS

ODS(s) Vinculado(s): 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Programa: 146 - MAIS SAÚDE

Produto: AÇÕES IMPLEMENTADAS E QUALIFICADAS

**Objetivo:** QUALIFICAR AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE POR MEIO DA EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS ISTS/AIDS E HEPATITES VIRAIS, VISANDO A REDUÇÃO DO NÚMERO DESSES AGRAVOS NO MUNICÍPIO.

**Abrangência:** MUNICÍPIO

**Origem:** PODER PÚBLICO

DESCRIÇÃO	METAS	UNIDADE DE MEDIDA
*AMPLIAR O ATENDIMENTO DA PREP EM 2 UNIDADES POR DISTRITO SANITÁRIO		UNIDADE
*IMPLANTAR 1 CENTRO DE TESTAGEM MUNICIPAL		UNIDADE
*IMPLANTAR 1 PROGRAMA DE TESTAGEM PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (ISTS) NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR		UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	496.000,00
Federal	3.656.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.152.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2450
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE

30

**Título:** FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL  
**ODS(s) Vinculado(s):** 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR  
**Programa:** 146 - MAIS SAÚDE  
**Produto:** AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL OPERACIONALIZADAS  
**Objetivo:** FORTALECER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL MEDIANTE O CONTROLE E MONITORAMENTO DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS  
**Abrangência:** MUNICÍPIO  
**Origem:** PODER PÚBLICO

DESCRIÇÃO	METAS	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA , ESTATÍSTICAS VITAIS E AMBIENTAL		PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIDA NO TRÂNSITO		PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL		PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% MOBILIÁRIOS PARA A VIGILÂNCIA DOS AGRAVOS CRÔNICOS NÃO TRANSMISSÍVEIS E O PROJETO VIDA NO TRÂNSITO		PERCENTUAL
*ADQUIRIR 100% MOBILIÁRIOS PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		PERCENTUAL
*ADQUIRIR 1 LINHA DE TELEFONE MÓVEL PARA O PLANTÃO DO CIEVS		UNIDADE
*CAPACITAR 100% DOS PROFISSIONAIS DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		PERCENTUAL
*CAPACITAR 100% DOS SERVIDORES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, ESTATÍSTICAS VITAIS E AMBIENTAL		PERCENTUAL
*CRIAR E IMPLEMENTAR 1 SALA DE SITUAÇÃO DE SAÚDE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE		UNIDADE

FONTES DE RECURSO	
Municipal	2.466.000,00
Federal	21.149.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.615.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2454
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E INOVAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
<b>Programa:</b>	161 - SERVIÇOS EM UM CLICK
<b>Produto:</b>	GESTÃO ADMINISTRATIVA MODERNIZADA
<b>Objetivo:</b>	REALIZAR A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ADQUIRINDO E UTILIZANDO FERRAMENTAS PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, LOGÍSTICA E GERENCIAL, COM ÊNFASE NAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SETOR.

31

**Abrangência:** MUNICÍPIO  
**Origem:** PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 1 SERVIDOR PARA A SALA DE INFORMÁTICA	UNIDADE
*CAPACITAR 100% DO CORPO TÉCNICO POR MEIO DE CURSOS E OFICINAS NA ÁREA DA TECNOLOGIA	PERCENTUAL
*EXPANDIR EM 100% O SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA DE SAÚDE PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE ACORDO COM A LGPD	PERCENTUAL
*IMPLANTAR O SISTEMA DE CONTROLE DE RECURSOS E GERENCIAMENTO DE CHAMADOS	UNIDADE
*RENOVAR 100% DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA REDE DE SAÚDE DE NATAL	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	12.331.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.331.000,00</b>

DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2970
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	APRIMORAMENTO E EXPANSÃO DOS PROGRAMAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE FORTALECIDAS, MODERNIZADAS E MANTIDAS
<b>Objetivo:</b>	FORTALECER E MODERNIZAR A REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE POR MEIO DA INCORPORAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS, COM FOCO NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO, MELHORIA DA RESOLUTIVIDADE E APRIMORAMENTO DOS CUIDADOS OFERTADOS À POPULAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O MAIS APS POTIGUAR
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*AMPLIAR E UNIFORMIZAR O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE 100% DAS UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS), ASSEGURANDO O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NO PERÍODO DAS 7H ÀS 19H GARANTINDO A MANTUTENÇÃO DOS PRINCÍPIOS E MODELO ASSISTENCIAL DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA.	
*AMPLIAR PARA NO MÍNIMO 5, O NÚMERO DE EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA	UNIDADE
*AUMENTAR A COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA NO MÍNIMO 80% DA POPULAÇÃO, COM FOCO NA EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA COM ADESAO AO MAIS APS POTIGUAR	PERCENTUAL
ADERIR 100% AO +APS POTIGUAR	PERCENTUAL
IMPLANTAR NO MÍNIMO 15 EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS	PERCENTUAL

\*IMPLANTAR 1 POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

UNIDADE

\*IMPLANTAR 1 POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA MIGRANTES E REFUGIADOS

UNIDADE

\*IMPLANTAR E IMPLMENTAR O TURNO NOTURNO PARA ATÉ 21:00 EM NO MÍNIMO 02 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE POR DSITRITO SANITÁRIO LOCALIZADAS EM UNIDADES COM POTENCIAL DE MAIOR ACESSO DE TRANSPORTE URBANO, ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA E ILUMINAÇÃO ADEQUADA. COMPOSTAS POR EQUIPES E-MULTI

UNIDADE

33

\*IMPLANTAR 1 UNIDADE DE REFERÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE BACILOSCOPIA

UNIDADE

\*IMPLANTAR AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES EM 20 ESCOLAS COM ADESAO AO PSE

UNIDADE

\*IMPLANTAR DE 2 UNIDADES DE REFERÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DA PROVA TUBERCULÍNICA (PPD)

UNIDADE

\*PROMOVER A ADESAO DE 100% DAS ESCOLAS MUNICIPAIS AO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

PERCENTUAL

\*PROMOVER A ADESAO DE 100% DAS UBS AO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

PERCENTUAL

\*REALIZAR 100% DAS AÇÕES EDUCATIVAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO E DA SAÚDE INTEGRAL, COM FOCO NA POPULAÇÃO ADOLESCENTE

PERCENTUAL

## FONTES DE RECURSO

Municipal	2.466.000,00
Estadual	4.405.000,00
Federal	65.044.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>71.915.000,00</b>

## DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO

<b>Código:</b>	2981
<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	AÇÕES DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO IMPLEMENTADAS
<b>Objetivo:</b>	MANTER E ESTRUTURAR AS AÇÕES DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, COM ÊNFASE NO COMBATE ÀSINTOLERÂNCIAS E ALERGIAS ALIMENTARES, MEDIANTE A PROMOÇÃO DE PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEIS, VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E SAÚDE DA POPULAÇÃO
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

## METAS

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*IMPLANTAR EM 100% DAS UBS A POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	UNIDADE
*AMPLIAR PARA 100% O ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PERFIL DE SAÚDE DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	PERCENTUAL

## FONTES DE RECURSO

Municipal	616.000,00
Federal	369.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>985.000,00</b>



DADOS DA ATIVIDADE/PROJETO	
<b>Código:</b>	2982

35

<b>Órgão:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título:</b>	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
<b>ODS(s) Vinculado(s):</b>	3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
<b>Programa:</b>	146 - MAIS SAÚDE
<b>Produto:</b>	AÇÕES QUALIFICADAS E SERVIÇOS EXPANDIDOS
<b>Objetivo:</b>	REALIZAR MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, GARANTINDO EFETIVIDADE, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS, COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (PNH).
<b>Abrangência:</b>	MUNICÍPIO
<b>Origem:</b>	PODER PÚBLICO

METAS	
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
*ADQUIRIR 100% DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA AS 5 NOVAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	PERCENTUAL
*ESTRUTURAR EM 100% AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA PLENA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA	PERCENTUAL
*OFERTAR EM 100% DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE A INSERÇÃO DO DIU	PERCENTUAL

FONTES DE RECURSO	
Municipal	61.651.000,00
Federal	194.294.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>255.945.000,00</b>

RESUMO FONTE DE RECURSOS	
Estadual	59.722.000,00
Federal	2.917.940.000,00
Municipal	503.340.000,00

Natal/RN, 21 de Maio de 2025.

Ana Maria do Nascimento Evangelista  
**Presidente do CMS/Natal/RN**

Homologo a Resolução nº 06/2025–CMS-Natal-RN, nos termos do parágrafo 2º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28/12/1990.

Dê-se Ciência e Publique-se.

Geraldo Souza Pinho Alves  
**Secretário Municipal de Saúde de Natal**

**NORMAS TÉCNICAS****(DECRETO Nº 8.740, DE 03 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADO EM 04 DE JUNHO DE 2009)**

- Fica estabelecido que a responsabilidade dos conteúdos das matérias enviadas são de responsabilidade do órgão emissor, competindo à Comissão Gestora do DOM, reproduzir fidedignamente as matérias enviadas pelos diversos órgãos da administração Municipal;
- Em caso de a matéria ser rejeitada para publicação, deverá a Comissão Gestora do Diário Oficial do Município, informar ao órgão emissor o respectivo motivo, no prazo máximo de 24:00 horas;
- No que concerne a prazo hábil de recebimento para efeito de publicação, as matérias de conteúdo administrativo em geral deverão chegar à Comissão Gestora do Diário Oficial, imprerivelmente até às 15:00 horas da véspera da data da publicação;
- Em caso de inobservância ao prazo estabelecido, a matéria será encaminhada à análise no dia seguinte, providenciando-se a publicação na edição subsequente;
- As republicações e Retificação ocorrerão somente quando o equívoco comprometer a essência do ato publicado;
- A reclamação quanto a publicação de matéria deverá ser dirigida, por escrito, à Comissão Gestora do Diário Oficial do Município até 24:00 horas contadas a partir da data de publicação, observando-se o horário de entrega; por motivo de segurança, não serão aceitos pedidos de sustação de matéria por telefone ou e-mail, os quais deverão ser encaminhados por meio de ofício ou fax à comissão Gestora do Diário Oficial do Município, respeitando os limites de horário;
- No que concerne ao Padrão, as matérias enviadas devem observar os seguintes aspectos: em CD, DVD ou disquete gravado apenas com a matéria a ser publicada, identificando-se o nome do órgão, setor responsável pelo envio e telefone para contato, bem como o nome responsável;  
I- por e-mail, identificando o nome do órgão, setor, responsável pelo envio e telefone para contato;  
II- as matérias enviadas por e-mail, CD, DVD e disquete deverão, obrigatoriamente, ser encaminhadas juntamente com o impresso, através de ofício assinado pelo Titular do órgão emissor ou por seu substituto legal;
- Os órgãos Municipais deverão enviar ao Diário Oficial do Município, através de ofício: nome, telefone e número do celular para contato e setores dos responsáveis pelo envio das matérias;
- As páginas deverão ser numeradas, quando o texto contiver mais de uma página;
- Não serão aceitas ou deixarão de serem publicadas, matérias enviadas com formatação em caixa de texto ou de forma que não esteja no padrão exigido(ver decreto), ou caso o CD, ou outra mídia, contenha avaria ou defeito que impossibilite a leitura do arquivo ou ainda se o e-mail enviado não contiver o correspondente anexo;
- Os arquivos recebidos pela Comissão, após publicação da matéria, terão o seguinte destino:  
I – Os Originais impressos permanecerão por 30 (trinta) dias na Comissão Gestora do DOM, após o que serão enviados para reciclagem;  
II – Os cds, dvd's e os disquetes ficarão disponíveis na Comissão até 48:00 horas após a publicação da matéria, devendo o órgão emissor ser responsável pelo seu recolhimento.

A COMISSÃO

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - EXPEDIENTE**Disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.natal.rn.gov.br/dom/> de segunda a sexta, ou em edições especiais

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL - PMN  
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE - PREFEITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS - SECRETÁRIO

COMISSÃO GESTORA DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NATAL  
PRESIDENTE: Rose Mary Linhares Tavares  
MEMBROS: Adriana Lucas Ferreira,  
Ana Catarina Ferreira Duarte Aquino  
SECRETÁRIO: Alan Souza de Almeida  
DIAGRAMADORES:  
Jonathan Nasser de Oliveira Dias, Gleislia Giuliana Thais Silva